



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Carlos Eduardo Correia

**O Nascimento da Criptocracia:
A Ascensão de Trump e o Apoio de Elon Musk às Políticas de Criptomoedas
nos Estados Unidos na Eleição Presidencial de 2024**

Florianópolis 2025

Carlos Eduardo Correia

**O Nascimento da Criptocracia:
A Ascensão de Trump e o Apoio de Elon Musk às Políticas de Criptomoedas
nos Estados Unidos na Eleição Presidencial de 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador:

Prof. Dr. Rodolfo Palazzo Dias

Coorientador:

Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV)

Florianópolis 2025

Correia, Carlos Eduardo

O Nascimento da Criptocracia : A Ascensão de Trump e o Apoio de Elon Musk às Políticas de Criptomoedas nos Estados Unidos na Eleição Presidencial de 2024 / Carlos Eduardo Correia ; orientador, Rodolfo Palazzo Dias, coorientador, Pablo Ornelas Rosa, 2025.

133 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Sociais. 3. Criptomoedas. 4. Tecnofeudalismo. 5. Poder Digital. I. Dias, Rodolfo Palazzo. II. Rosa, Pablo Ornelas . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

Carlos Eduardo Correia

O Nascimento da Criptocracia: A Ascensão de Trump e o Apoio de Elon Musk às Políticas de Criptomoedas nos Estados Unidos na Eleição Presidencial de 2024

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais. Defesa online, 11 de dezembro de 2025



Documento assinado digitalmente
Caetano Kayuna Sordi Barbara Dias
Data: 25/03/2026 16:44:28-0300
CPF: ***.262.400-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente
Rodolfo Palazzo Dias
Data: 26/03/2026 10:50:39-0300
CPF: ***.162.289-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Rodolfo Palazzo Dias

Orientador



Documento assinado digitalmente
EDUARDO VILAR BONALDI
Data: 25/03/2026 16:06:05-0300
CPF: ***.948.108-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Eduardo Vilar Bonaldi

Membro



Documento assinado digitalmente
PABLO ORNELAS ROSA
Data: 26/03/2026 15:12:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV)

Membro

Florianópolis. 2026.

Dedico este trabalho à minha avó,
Etelvina Vanzuita Bernardes (in memoriam),
cujo apoio aos meus estudos desde a infância e cuja confiança
em mim foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Rodolfo Palazzo Dias, pela generosidade de assumir a orientação deste trabalho em momento decisivo, tornando possível sua conclusão, e ao Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa, por aceitar orientar esta pesquisa mesmo não pertencendo ao quadro docente da UFSC, demonstrando um compromisso intelectual que transcende os limites institucionais. Ao Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, então Coordenador do Curso de Ciências Sociais, pela sensibilidade em adequar o currículo às especificidades deste percurso acadêmico, abrindo o caminho que tornou possível chegar até aqui. Ao Prof. Eduardo Vilar Bonaldi, atual Coordenador do Curso e membro da banca examinadora, pela disponibilidade e pelo olhar criterioso que contribuiu para o aprimoramento deste trabalho. A todos que direta ou indiretamente, participaram desta trajetória, tenham aqui o registro sincero de gratidão.

RESUMO

Título: O Nascimento da Criptocracia: A Ascensão de Trump e o Apoio de Elon Musk às Políticas de Criptomoedas nos Estados Unidos na Eleição Presidencial de 2024

Resumo: A reeleição de Donald Trump, somada ao apoio público de Elon Musk às criptomoedas, produziu efeitos relevantes sobre o mercado financeiro global. Este estudo analisa como essa convergência política e tecnológica influenciou a valorização dos ativos digitais, destacando o recorde de aproximadamente US\$ 125.835,92 alcançado pelo Bitcoin em 6 de outubro de 2025, e examina seus desdobramentos econômicos, sociais e políticos. A pesquisa se apoia em conceitos da ciência política e dialoga com o debate contemporâneo sobre tecnofeudalismo, tal como desenvolvido por Yanis Varoufakis, Cédric Durand, Nick Srnicek e Shoshana Zuboff, com especial atenção às dinâmicas do capitalismo de plataforma e do colonialismo de dados. Nesse contexto, o estudo questiona se as criptomoedas de fato promovem uma descentralização do poder econômico ou se acabam reforçando estruturas dominantes já consolidadas no ecossistema digital. O trabalho introduz o conceito de Criptocracia, entendido como um regime tecnopolítico emergente no qual o controle sobre protocolos digitais passa a desempenhar um papel equivalente ou superior às formas tradicionais de soberania, inaugurando novas disputas em torno do poder, da governança e da autonomia dos sujeitos na era da infraestrutura algorítmica.

Palavras-chave: Bitcoin; Criptomoedas; Tecnofeudalismo; Poder Digital; Elites Transnacionais.

ABSTRACT

Title: The Birth of Cryptocracy: The Rise of Trump and Elon Musk's Support for Cryptocurrency Policies in the 2024 U.S. Presidential Election

Abstract: The re-election of Donald Trump, combined with Elon Musk's public endorsement of cryptocurrencies, produced significant ripple effects across global financial markets. This study examines how this political–technological convergence influenced the appreciation of digital assets, highlighting the Bitcoin record of approximately US\$ 125,835.92 reached on October 6, 2025, and analyzes its economic, social, and political implications. The research draws on political science and engages with contemporary debates on technofeudalism as developed by Yanis Varoufakis, Cédric Durand, Nick Srnicek, and Shoshana Zuboff, with particular attention to the dynamics of platform capitalism and data colonialism. Within this framework, the study questions whether cryptocurrencies truly promote a decentralization of economic power or whether they ultimately reinforce dominant structures already consolidated within the digital ecosystem. The work introduces the concept of Cryptocracy, understood as an emerging technopolitical regime in which control over digital protocols begins to assume a role equivalent or even superior to traditional forms of sovereignty, inaugurating new disputes over power, governance, and individual autonomy in the age of algorithmic infrastructure.

Keywords: Bitcoin; Cryptocurrencies; Techno-feudalism; Digital Power; Transnational Elites.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
1.1. Objetivos.....	20
1.2. Objetivos Específicos.....	21
1.3. Metodologia.....	22
2. Plataformas, Dados e Poder Digital.....	25
2.1. Entendendo o Diagnóstico de Yanis Varoufakis.....	39
2.2. Cédric Durand, Tecnofeudalismo e o Capitalismo de Plataforma.....	41
2.3. Tecnofeudalismo e a Nova Hierarquia Digital Global.....	48
2.4. Criptomoedas como Mecanismo de Poder Tecnofeudal.....	51
3. Donald Trump, Elon Musk e a Exploração das Criptomoedas no Contexto Estatal.....	56
3.1. O Papel dos ETFs de Bitcoin na Institucionalização das Criptomoedas.....	66
3.2. Rússia e a Reserva Criptografada: O Bitcoin como Arma Geopolítica e Paradoxo Estatal.....	71
3.3. Coreia do Norte e a Guerra Cibernética Criptografada: O Hack da Bybit e o Bitcoin como Arma Geopolítica do Socialismo Juche.....	75
3.4. O Papel do Bitcoin na Estratégia Iraniana contra Sanções Internacionais.....	77
3.5. El Salvador: Soberania Digital e o rompimento com o FMI.....	79
3.6. A Revolução Digital Reacionária: Tecnologia e Poder no Universo de Musk, Trump e o Dark MAGA.....	83
3.7. World Liberty Financial: A Tokenização do Poder Político e a Entrada no Mercado Tradicional.....	95
4. O Fim do Feudo Digital: Propostas para uma Economia Pós-Tecnofeudal...97	
5. Referências.....	109
Apêndice 1: Capital Comum Programável e a Recuperação da Função Pública da Blockchain.....	130
Anexo 1: Reportagem do diário catarinense de 13 de junho de 2013, sobre o Clube Sou Daqui.....	134

1 Introdução

Esta pesquisa é fruto de uma trajetória que une a experiência prática no desenvolvimento de alternativas para a vida digital coletiva, iniciada em 2011 com o projeto Clube Sou Daqui¹, à formação em ciências sociais. Essa perspectiva híbrida, entre o técnico e o humano, fundamenta a crença de que a tecnologia digital pode e deve servir à justiça social, à participação cidadã e à abertura de novos caminhos democráticos. Paralelamente à minha atuação técnica no campo do desenvolvimento, busquei desenvolver, ao longo dos anos, uma base em ciências humanas desde do meu início nos estudos das ciências sociais em 2004. Essa formação entre o técnico e o humano tornou-se a perspectiva pela qual enxergo e atuo no mundo.

Estudar a expansão sistêmica do capitalismo atualmente configura-se como um ato de resistência essencial diante das transformações geopolíticas contemporâneas. O cenário atual revela uma distorção alarmante: as criptomoedas e as redes digitais, anteriormente vistas como ferramentas de libertação e descentralização, foram cooptadas por uma aliança entre corporações tecnológicas, elites² financeiras transnacionais e governos autoritários de tendências criptofascistas³.

¹ O Clube Sou Daqui (veja mais em: https://www.youtube.com/watch?v=62FA_wp51pY — acesso em 06/05/2025) foi, na sua essência, uma experiência pioneira de como organizar uma plataforma de forma colaborativa — um "socialismo de plataforma" antes mesmo do termo ficar em evidência. Em sua concepção original, ele funcionava como uma espécie de DAO democrática, onde as pessoas podiam gerir juntas bens e serviços locais. Desenvolvido a partir de 2011, esse projeto já antecipava várias discussões que hoje são centrais, como descentralização, governança comunitária e economia colaborativa. Tal empreendimento foi reconhecido no programa +SocialGoods nas Nações Unidas (Anexo 1).

² O conceito de elite refere-se às minorias organizadas que exercem poder e influência sobre as majorias, independentemente do regime formalmente existente (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 385). A literatura clássica e contemporânea sobre o tema inclui contribuições fundamentais de autores como Charles Wright Mills, Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca no cenário internacional, além de trabalhos relevantes de Renato Perissinotto, Adriano Codato e Paulo Roberto Neves Costa no contexto brasileiro.

³ Criptofascismo é a apropriação estratégica das criptomoedas e das infraestruturas digitais por governos autoritários, elites corporativas e movimentos de extrema-direita, com o objetivo de: (a) consolidar poder por meio do controle financeiro digital, da vigilância algorítmica e da repressão de dissidências; (b) contornar instituições democráticas, sanções internacionais e mecanismos de responsabilização pública; (c) legitimar agendas antissociais, neoliberais ou reacionárias sob o discurso de "liberdade financeira" ou "descentralização"; (d) concentrar riqueza e influência em circuitos exclusivos, reproduzindo hierarquias de poder tradicionais sob a aparência de inovação.

Personalidades como Donald Trump e Elon Musk, amplamente idolatradas por movimentos de ultradireita, investidores do setor de criptomoedas e segmentos libertários-conservadores (MIHĂILESCU, 2024; MAGAÑA, 2025), não constituem anomalias político-tecnológicas, mas sim a expressão visível de um novo regime de poder que nasceu e se consolidou sobretudo no ecossistema ideológico e empresarial do Vale do Silício, atravessado pela *silicolonização do mundo* e pelo tecnoconservadorismo que articulam racionalidade neoliberal, plataformas digitais e extrema direita (AMARAL; ROSA; SABARIEGO, 2025). Sob o discurso sedutor da inovação, esse aparato tecnocrático opera como mecanismo de corrosão democrática, convertendo o direito à autodeterminação dos povos em uma ilusão algorítmica (ZUBOFF, 2019). Ao mesmo tempo, reforça um projeto hegemônico transnacional por meio da colonização digital, ou, nos termos de Silveira (2024), pelo colonialismo de dados, articulando-se a dinâmicas de concentração de poder típicas do capitalismo de plataformas (DURAND, 2020). O resultado é a consolidação de um apartheid tecnológico global no qual o Sul Global luta para preservar sua resiliência e soberania digital diante da assimetria estrutural imposta pelo Vale do Silício (PASCUAL, 2024).

Destarte, este estudo nasce de uma trajetória híbrida: técnica, teórica, empírica e criativa. Inicialmente, a pesquisa explorou a antropologia do blockchain⁴, mas a escassez de referências consolidadas nessa área revelou uma lacuna e levou a um redirecionamento para a dimensão política, teórica e crítica das criptomoedas e suas implicações na sociedade contemporânea. Assim, a pesquisa mantém-se aberta a múltiplas abordagens inter e multidisciplinares, debatendo sobre descentralização, soberania digital e novas formas de organização social. Entre agosto de 2024 e março de 2025, atuei como daytrader⁵ de criptomoedas nas

tecnológica. Trata-se, em essência, da fusão entre autoritarismo político e capitalismo tecnofinanceiro, onde a arquitetura descentralizada das criptomoedas é instrumentalizada não para emancipar, mas para intensificar formas de dominação.

O criptofascismo, portanto, pode ser entendido como a expressão política e autoritária do tecnofeudalismo, onde a arquitetura descentralizada dos protocolos é instrumentalizada para intensificar formas de dominação.

⁴ Blockchain é um registro digital descentralizado e imutável que registra transações em blocos encadeados e criptograficamente seguros. É a tecnologia subjacente a Bitcoin e outras criptomoedas.

⁵ No período de seis meses, realizei operações na corretora Bybit, especificamente no mercado de futuros, com foco em criptoativos emergentes. A partir de um capital inicial de R\$600, obtive um

plataformas Binance (www.binance.com) e Bybit (www.bybit.com). Essa experiência prática me permitiu aprofundar minha compreensão sobre a dinâmica dos mercados digitais, gerando insights sobre volatilidade, comportamento de rede e fluxos financeiros no ecossistema cripto. Além disso, funcionou como uma espécie de imersão etnográfica nesse espaço simbólico⁶ virtual, hoje cada vez mais explorado e instrumentalizado por grupos da extrema direita global.

Essa experiência prática nas trincheiras da tecnologia me levou a enxergar, na academia, as estruturas de poder por trás da retórica da descentralização. A hipótese do tecnofeudalismo, desenvolvida por autores como Varoufakis (2024) e Durand (2020), ofereceu a lente teórica para decifrar a cooptação das ferramentas digitais por uma aliança entre corporações, elites financeiras e governos autoritários.

Esta pesquisa investiga a ascensão da Criptocracia⁷ como um fenômeno global assimétrico: uma arquitetura emergente de poder digital caracterizada pela apropriação privada dos mecanismos de governança por meio de protocolos tecnológicos que operam na forma de criptomoedas. Observa-se que conglomerados tecnológicos transnacionais e operadores de infraestruturas digitais vêm consolidando formas inéditas de soberania privatizada sobre esferas informacionais, econômicas e simbólicas. Esse processo, por sua vez, tem contribuído para a erosão de modelos públicos de governança, enfraquecendo iniciativas democráticas e populares em diversas regiões do mundo.

retorno aproximado de R\$10.000, o que corresponde a uma média de 0,8% de lucro diário. A estratégia adotada envolveu o aproveitamento de lançamentos de tokens em condições especiais, a utilização controlada de alavancagem no mercado futuro, com a análise de padrões de liquidez e comportamento nos primeiros ciclos de negociação. Essa experiência empírica demonstra o potencial de ganhos expressivos em contextos de alta volatilidade, ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade de gestão rigorosa de risco.

⁶ É urgente, portanto, uma reflexão teórica crítica sobre os cenários que se desenham: (1) A ascensão do tecnofeudalismo, onde novas aristocracias digitais controlam infraestruturas algorítmicas; (2) O papel da inteligência artificial como ferramenta de consolidação de monopólios cognitivos; (3) A tecnologia blockchain como campo de disputa entre descentralização retórica e centralização prática. O futuro tecnológico não é neutro, ele está sendo escrito agora nas arenas regulatórias, nos laboratórios corporativos e nas brechas dos sistemas descentralizados. Ignorar essa disputa é abrir mão de participar ativamente na definição de qual "futuro" de fato se materializará.

⁷ Criptocracia é um termo cunhado nesta pesquisa para designar um regime tecnopolítico no qual o controle sobre protocolos digitais, criptomoedas e infraestruturas blockchain é exercido por uma elite tecnocrática transnacional, substituindo formas tradicionais de soberania estatal.

Neste sentido, a ascensão de figuras como Donald Trump e Elon Musk representa mais do que um fenômeno midiático ou político isolado, já que configura a materialização de um novo regime tecnopolítico que reestrutura radicalmente as relações de poder tradicionais. Suas ações, que vão desde a promoção agressiva da financeirização via criptomoedas até a instrumentalização estratégica de plataformas digitais para vigilância e manipulação em massa, constituem um desafio substantivo aos princípios democráticos fundamentais, particularmente no que concerne à autodeterminação popular. Na prática, estruturas de poder supostamente descentralizadas são dominadas por uma convergência entre grandes capitais tecnológicos, Estados⁸ hegemônicos e atores algorítmicos, o que nos leva a observar três dimensões críticas desse processo:

1. O mercado criptofinanceiro e suas contradições: Apesar do discurso de descentralização, o ecossistema reproduz dinâmicas de acumulação especulativa e concentração de poder, confirmando a tese de Durand (2020, p. 172-189) de que a 'economia digital transforma os ativos financeiros em instrumentos de dominação'^{9 10}.
2. A inteligência artificial como força motriz dessa transformação: A IA é utilizada para aprofundar assimetrias sob o pretexto de eficiência¹¹.
3. Os Estados Unidos atuam simultaneamente como reguladores e beneficiários do sistema, exemplificando o que Zuboff (2019) chama de 'capitalismo de

⁸ Estado é entendido como a forma de organização política caracterizada pela soberania sobre um território e uma população, dotado de aparato jurídico e coercitivo próprio (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 425).

⁹ Enfatiza o "controle que passa pelo domínio de elementos estratégicos e ativos intangíveis", ligando ativos intangíveis à depredação e concentração de poder no capitalismo digital (DURAND, 2020, p. 189)

¹⁰ Por exemplo: (1) "Whales" (grandes detentores de criptomoedas) controlam percentuais significativos de ofertas de tokens; (2) Fundos de investimento como BlackRock e Grayscale dominam grandes parcelas do mercado via ETFs de Bitcoin; (3) Corretoras centralizadas (CEXs) como Binance e Coinbase intermediam a maioria das transações, impondo taxas e controles de liquidez.

¹¹ Exemplos incluem: (1) Bots de mercado que executam operações de alta frequência (*high-frequency trading*), prejudicando investidores minoritários; (2) Algoritmos de trading predatório que exploram padrões de comportamento de usuários em plataformas de DeFi; (3) Vigilância em cadeias on-chain por empresas como Chainalysis, que rastreiam transações sob a justificativa de compliance, mas facilitam a monitorização estatal e corporativa.

vigilância', onde a regulação estatal pode servir para legitimar e consolidar a extração de dados e o controle privado¹².

Vivemos o que pode ser caracterizado, à luz de Amaral, Rosa e Sabariego (2025), como uma disrupção controlada no campo tecnopolítico. A narrativa libertária original das criptomoedas, enraizada na contracultura cypherpunk e no ideal de descentralização, foi progressivamente cooptada por um complexo tecnofinanceiro global, articulando desde inteligência artificial predatória e vigilância sutil em blockchains transparentes até a geopolítica do poder digital estadunidense. Essa captura não é casual: ela expressa uma transformação ideológica profunda no Vale do Silício, que migra de um discurso de emancipação digital para um paleolibertarianismo alinhado a interesses corporativos e geopolíticos (AMARAL; ROSA; SABARIEGO, 2025). Notamos ainda que, em um regime criptopolítico, a cooptação das redes digitais por elites de poder é um processo recorrente; as tecnologias não são neutras, e a promessa de liberdade pode ser instrumentalizada para fins de vigilância e repressão, criando o que Bernal (2014) denomina infopolítica.

Como observa Golumbia (2016, p. 15), o cyberlibertarianismo opera através de "certas palavras-chave que transitam com relativa fluidez entre o discurso explicitamente alinhado à direita e o debate político mais amplo, mas que operam como dispositivos de mobilização e ativação para a ação política da direita". O autor argumenta que "O ciberlibertarianismo, portanto, não deve ser entendido simplesmente como o sistema de crenças de alguém que se autodeclara abertamente um libertário no sentido político tradicional. A análise desse fenômeno busca algo mais sutil: a forma como um conjunto de slogans e crenças associados à difusão das tecnologias digitais incorpora elementos centrais de uma visão de mundo de direita, ainda que se apresente, na superfície, com um compromisso retórico com valores que, à primeira vista, não parecem derivar da direita" (GOLUMBIA, 2016, p. 10). Quando o Bitcoin concretiza os ideais dos cypherpunks,

¹² (1) Regulação top-down: Sanções a *mixers* de privacidade como Tornado Cash e restrições a transações anônimas; (2) Instrumentalização de infraestruturas: Promoção de stablecoins atreladas ao dólar (como USDT e USDC), que reforçam a hegemonia do USD e permitem o monitoramento global de fluxos financeiros.

materializa essa visão que associa inovação tecnológica a pressupostos políticos libertários de direita.

Em contraponto, Zuboff (2019) demonstra como "o capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais", resultando na capacidade de "adquirir fontes cada vez mais preditivas de superávit comportamental" (ZUBOFF, 2019, p. 22-23). Desse modo, a descentralização tecnológica não garante a redistribuição efetiva de poder; pelo contrário, oculta sua reconcentração em estruturas digitais que reproduzem - e em certos casos intensificam - as hierarquias já existentes no mundo offline através do extrativismo de dados.

O retorno de Donald Trump ao poder em 2024 consolidou um projeto político-tecnológico que acelerou radicalmente a convergência entre o Estado e as corporações digitais, neste sentido. Esta virada não se limitou a uma simples desregulamentação setorial, mas materializou aquilo que Cédric Durand (2020) identifica como o cerne do tecnofeudalismo: a economia digital onde o poder se concentra em plataformas que substituem a concorrência por dominação. Sob a nova administração, essa dominação foi institucionalizada através de um triplo movimento: (1) uma agenda explícita de desregulamentação do setor cripto financeiro, desmontando barreiras protetoras (CHIDI, 2024); (2) o estrangulamento orçamentário de agências reguladoras históricas, como a SEC e a CFTC, esvaziando sua capacidade de fiscalização; e (3) a criação de um arcabouço de incentivos fiscais e antitruste sob medida para grandes players tecnológicos (MONTGOMERY, 2025).

Como bem sintetiza Varoufakis (2024, p. 6), os mercados foram substituídos por "plataformas de negociação digital que parecem, mas não são, mercados, e são melhor entendidas como feudos". A política de Trump, portanto, não promoveu uma liberação de mercado, mas sim uma transferência de soberania regulatória para esses novos feudos digitais, movimento radicalmente antitético aos ideais originais do movimento cypherpunk, que visava a emancipação frente a estruturas de poder centralizadas, e não a sua consolidação sob uma nova roupagem.

Paralelamente, Elon Musk, em sua atuação à frente de iniciativas governamentais, incluindo sua nomeação para o Departamento de Eficiência Governamental (DOGE), promoveu uma agenda marcada por:

1. Cortes profundos em políticas sociais, especialmente em programas de assistência e infraestrutura pública (MONTGOMERY, 2024);
2. A aceleração de processos de privatização de serviços públicos, como telecomunicações, transporte espacial e infraestrutura de internet (MONTGOMERY, 2024);
3. A implementação de medidas que beneficiam diretamente seus interesses empresariais no setor tecnológico, como contratos governamentais para a SpaceX e a Tesla e a liberação de regulamentações para a Starlink (SEISDEDOS; TASCA, 2025).

Nesse contexto, a presente pesquisa parte da seguinte problemática: as criptomoedas estão de fato descentralizando o poder ou estão reconfigurando sua concentração sob uma nova forma — a criptocracia? Essa problemática se alinha ao debate sobre o tecnofeudalismo, indicando uma mutação profunda nas dinâmicas de dominação: um feudalismo digital onde elites privadas controlam infraestrutura técnica, dados, e principalmente os protocolos de governança, incluindo criptomoedas e inteligência artificial. O desafio, portanto, é compreender se a descentralização técnica das criptomoedas implica em redistribuição real de poder ou apenas disfarça sua reconfiguração sob novas máscaras algorítmicas que reproduzem as tendências políticas do offline.

Beltramini (2020) descreve como os cypherpunks identificaram uma “crise de liberdade humana” diante do avanço do autoritarismo¹³ tecnocrático, reagindo com o uso da criptografia como instrumento de defesa da privacidade e da autonomia individual frente à vigilância institucional. No entanto, o ideal libertário que orientava

¹³Autoritarismo é caracterizado como uma forma de governo que restringe liberdades políticas e concentra o poder decisório, ainda que preserve certas instituições formais (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 94). O debate teórico contemporâneo sobre o tema inclui contribuições centrais de Juan Linz, cujas tipologias diferenciam autoritarismo e totalitarismo; de Guillermo O'Donnell, que analisa o autoritarismo burocrático na América Latina; e de Hannah Arendt, cuja obra oferece um marco interpretativo sobre formas de dominação política. No Brasil, destacam-se também estudos de Maria Helena Moreira Alves e de Daniel Aarão Reis, que abordam os mecanismos de repressão, controle e legitimidade em regimes autoritários.

esse movimento foi progressivamente apropriado por elites tecnológicas e financeiras, que transformaram a infraestrutura criptográfica em ferramenta de concentração de poder e vigilância algorítmica. Assim, o mesmo aparato concebido como resistência à dominação estatal é hoje mobilizado por governos e corporações hegemônicas, como na aliança entre Elon Musk e Donald Trump, para reforçar novas formas de controle digital e centralização tecnopolítica.

A compreensão do tecnofeudalismo como fenômeno estrutural ganha profundidade quando confrontamos as perspectivas de Yanis Varoufakis e Cédric Durand, cujas análises revelam tanto convergências quanto divergências fundamentais. Enquanto Varoufakis (2024, p. 5) argumenta que 'o capitalismo está agora morto, no sentido de que a sua dinâmica já não governa as nossas economias', tendo sido substituído por algo fundamentalmente diferente que denomina tecnofeudalismo. Ele descreve essa transição como a substituição dos mercados por "feudos digitais" controlados por "capital nuvem"¹⁴, onde o lucro é substituído por "rendas digitais" (VAROUFAKIS, 2024, p. 6).

Por sua vez, Durand (2020) conceitua o tecnofeudalismo como uma economia digital onde o poder se concentra em plataformas que substituem a concorrência por dominação, enfatizando a emergência de uma "aristocracia"¹⁵ tecnológica" que controla infraestruturas algorítmicas e extrai valor de dados e plataformização. Enquanto Varoufakis foca na mutação do capital e na substituição do capitalismo por um novo sistema feudal, Durand insiste na continuidade das crises do capital financeiro, aceleradas pela digitalização, e na plataformização como um mecanismo de extração de renda. Ambos, contudo, convergem na ideia de que as plataformas digitais estabelecem novas formas de dominação e concentração de poder, reconfigurando as relações sociais e econômicas para além do capitalismo tradicional.

¹⁴ É importante salientar que a tecnologia de blockchain opera numa espécie de nuvem. O Bitcoin não requer servidores centrais, mas uma rede peer-to-peer resiliente como a própria internet" (NARAYANAN et al., 2016, p. 7-8).

¹⁵ Para contrastar, Aristocracia é entendida como o "governo dos melhores" (áristoi), associada à virtude e sabedoria, distinta da oligarquia, que é um desvio baseado no interesse dos ricos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 57)

Esta pesquisa organiza-se em dois eixos centrais: (1) a utilização estratégica das criptomoedas por elites políticas e empresariais transnacionais; e (2) o papel desses ativos digitais no contexto geopolítico e econômico global, enquanto agentes de disrupção financeiro-tecnológica.

O estudo apresenta o contexto da nova ordem financeira global e sua expansão em direção ao Sul Global. A adoção de criptomoedas, promovida como uma alternativa econômica, tem ganhado espaço em países periféricos (GOMES, 2021, 44-48). Experiências como a de El Salvador, que adotou o Bitcoin como moeda legal em 2021, um caso amplamente analisado por Silva (2024) em seu estudo sobre o surgimento das moedas digitais, embora com revisões críticas posteriores (AVELAR, 2025), e da Argentina, onde a crise monetária acelerou a adoção de cryptoativos, inclusive com a polêmica promoção de moedas políticas como a \$LIBRA (CADENA SER, 2025; HERNÁNDEZ, 2024), ilustram dinâmicas de busca por alternativas aos sistemas financeiros tradicionais, mas também revelam riscos de manipulação e dependência.

A popularização de memecoins¹⁶ em contextos periféricos, como a Patriota Coin no Brasil (VENEGAS, 2025), também demonstra como esses ativos podem ser instrumentalizados para fins ideológicos e especulativos. Paralelamente, observa-se a adoção de criptomoedas como reserva de valor por países do Norte e Sul Global, a exemplo de Estados Unidos, que criaram uma reserva estratégica de Bitcoin (LANG; MCGEE, 2024), e de nações sob sanções, como Rússia e Irã, que as utilizam para contornar barreiras financeiras internacionais (REUTERS, 2021a).

Esta pesquisa analisa o impacto das criptomoedas na distribuição de poder econômico e político. O discurso de descentralização convive com uma realidade onde grandes corporações e líderes políticos moldam as regras do jogo, frequentemente em benefício próprio (VAROUFAKIS, 2024, p. 5-6; DURAND, 2020, p. 172-189). Essa nova dinâmica de concentração de poder se manifesta de maneira evidente e proeminente na política institucional dos Estados Unidos, onde a aliança entre Donald Trump e Elon Musk redefiniu o papel das criptomoedas no cenário

¹⁶ Memecoin é um tipo de criptomoeda criada com base em piadas, memes ou temas culturais, muitas vezes sem valor intrínseco ou utilidade prática, mas que ganha valor por meio de especulação e engajamento comunitário. Exemplos incluem Dogecoin (DOGE) e Trump Coin (\$TRUMP).

econômico e geopolítico global, impulsionando uma valorização recorde das cripto após a vitória de Trump em 2024, com impactos em mercados e políticas regulatórias (MONTGOMERY, 2025; SEISDEDOS; TASCA, 2025; KACHWALA, 2024).

Essa reconfiguração das dinâmicas de poder levanta uma questão crucial: ao promoverem valores de individualismo econômico e desconfiança frente a intervenções estatais, estariam as criptomoedas se tornando um antagonista às políticas de bem-estar social? Tal perspectiva sugere que, direta ou indiretamente, esses ativos digitais podem contribuir para o enfraquecimento de modelos sociais orientados à redução de desigualdades e à promoção de segurança coletiva.

Um paralelo elucidativo pode ser traçado com a pesquisa de Loïc Wacquant nos anos 1990. O autor associou o declínio do Estado de bem-estar social à ascensão do encarceramento em massa e à criminalização da pobreza, argumentando que a miséria é tratada não mais como um problema social a ser resolvido por meio de políticas públicas inclusivas, mas como uma questão moral e penal a ser gerida pelo aparato repressivo (WACQUANT, 2001, Parte 1, p. 12). De modo análogo, é possível investigar se as criptomoedas, sob o discurso de emancipação financeira, operam como um mecanismo que corrói as bases de solidariedade e equidade inerentes aos sistemas de proteção social.

Sob essa perspectiva, as criptomoedas não se apresentam apenas como instrumentos financeiros alternativos, mas como veículos de um projeto neoliberal avançado, que desloca responsabilidades estruturais para os indivíduos e naturaliza a desigualdade econômica. Assim como o encarceramento em massa codifica a pobreza como falha moral, o ecossistema cripto codifica a vulnerabilidade econômica como falha técnica ou de acesso à informação, mascarando a concentração estrutural de riqueza e poder. A narrativa de autonomia e descentralização transforma-se, portanto, em uma estratégia de despolitização da desigualdade, na qual a equidade é reduzida à capacidade individual de "participar" do mercado digital. O que se apresenta como liberdade financeira frequentemente funciona como um mecanismo de alienação, reproduzindo exclusão e instabilidade social sob a aparência de oportunidade tecnológica.

Cabe, portanto, refletir sobre as implicações políticas mais amplas dessa tecnologia, considerando não apenas seu potencial emancipatório, mas também suas contradições frente a ideais de justiça social.

Esta pesquisa, portanto, propõe um exame aprofundado das contradições e das oportunidades inerentes à adoção das criptomoedas, especialmente em contextos de desigualdade global. Ao explorar como essas tecnologias são ressignificadas no cenário contemporâneo, busca-se entender de que forma elas podem contribuir para a construção de um sistema financeiro mais inclusivo e justo ou, alternativamente, reforçar hierarquias de poder existentes. A análise transcende os aspectos econômicos para abordar também as implicações sociopolíticas, questionando até que ponto as criptomoedas representam uma ruptura genuína ou uma continuidade das dinâmicas de poder do capitalismo, ou então, novas dinâmicas de relações de poder exercidos por uma elite tecnocrática que é baseada no poder digital.

1.1 Objetivos

Analisar de que maneira a reeleição de Donald Trump em 2024, articulada com o apoio de Elon Musk às criptomoedas, reconfigurou as dinâmicas de poder econômico e político em escala global. Partindo da premissa de que “a criptografia digital é uma tecnologia política fundamental; um palco onde lutas sobre privacidade, liberdade e democracia são travadas” (MONSEES, 2020, p. 10), esta investigação apoia-se no quadro teórico de Yanis Varoufakis (2024), para quem o tecnofeudalismo substituiu o capitalismo como lógica dominante. A partir desse marco, busca-se compreender como a aliança Trump-Musk impacta a estruturação do poder digital, iluminando a questão central que perpassa esta investigação: as criptomoedas promovem de fato a descentralização ou, ao contrário, conduzem a novas formas de centralização e controle sob a arquitetura emergente da criptocracia?

1.2 Objetivos Específicos

1. Investigar se as criptomoedas estão promovendo uma descentralização do poder ou reforçando estruturas dominantes.

2. Analisar se a reeleição de Donald Trump, em articulação com o apoio de Elon Musk às criptomoedas, influenciou a valorização dos ativos digitais, explorando os impactos econômicos e políticos dessa aliança à luz dos debates sobre tecnofeudalismo;

3. Análise de casos empíricos: Investigação de fenômenos concretos que ilustram a emergência da Criptocracia, incluindo:

- a. A criação e impacto de memecoins políticas, como a \$TRUMP coin.
- b. A aliança político-tecnológica entre Elon Musk e Donald Trump e seus desdobramentos criptopolíticos¹⁷, incluindo o lançamento da stablecoin \$USD1 como instrumento de soberania financeira privada.
- c. O uso geopolítico de criptomoedas por países como Rússia, Coreia do Norte e Irã para contornar sanções e afirmar soberania.
- d. El Salvador, e sua soberania digital e experimentação monetária.
- e. Consequências teóricas: Análise das implicações do paradigma tecnofeudal para a reconfiguração do poder e da soberania na economia digital global.

¹⁷ Criptopolítica compreende o estudo e exercício do poder político através de tecnologias criptográficas descentralizadas (blockchains, criptomoedas e contratos inteligentes), conforme conceptualizado por De Filippi e Wright (2018) como "Lex Cryptographia". Este emergente regime de governança baseia-se em regras autoexecutáveis codificadas em protocolos, deslocando o exercício do poder para infraestruturas tecnológicas transnacionais que contestam e, por vezes, suplantam a autoridade regulatória tradicional. A criptopolítica manifesta-se em duas dimensões principais: Como instrumento geopolítico: Uso por Estados (Rússia, Coreia do Norte, Irã) para contornar sanções e criar sistemas financeiros paralelos; e instrumentalização por atores como a aliança Trump-Musk através de cryptoativos (\$USD1) para influenciar políticas regulatórias. Como arena de disputa ideológica: Desdobra-se desde o uso de memecoins (\$TRUMP) para mobilização política até projetos como o \$ALAM, que propõem um "socialismo de protocolo" com modelos democratizantes e redistributivos. Em essência, a criptopolítica revela que o controle dos protocolos equivale ao controle das regras do jogo digital, redefinindo as relações de poder no século XXI. (Fonte: DE FILIPPI, P.; WRIGHT, A. Blockchain and the Law: The Rule of Code. Cambridge: Harvard University Press, 2018).

4. Projeção de alternativa pós-tecnofeudal: Desenvolvimento do "socialismo de protocolo", materializado no criptoativo \$ALAM, como modelo tecnológico fundamentado no paradigma criptopolítico do Sul Global, configurando uma resposta prática à captura da narrativa tecnológica pela criptocracia de extrema-direita através de uma alternativa democraticamente orientada, descentralizada e solidária.

1.3 Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com foco na análise crítica e no estudo de caso. O método qualitativo foi escolhido por permitir examinar os aspectos simbólicos, políticos e discursivos das criptomoedas e do poder digital — dimensões que dificilmente seriam captadas por métodos quantitativos tradicionais. Trata-se de uma investigação exploratória, por analisar um fenômeno recente e ainda em consolidação no campo das ciências sociais: a intersecção entre política, tecnologia e criptomoedas. O objetivo é compreender como a digitalização da economia e a ascensão das plataformas moldam novas formas de poder, centralização e resistência no contexto contemporâneo.

A metodologia estrutura-se em três eixos principais:

1. Revisão teórica: mobiliza o quadro conceitual desenvolvido por Yanis Varoufakis e Cédric Durand sobre o tecnofeudalismo e o capitalismo de plataforma, articulando-o com categorias críticas como colonialismo de dados, capitalismo de vigilância e soberania digital. Essa etapa visa decifrar a dinâmica contemporânea da Criptocracia, compreendida como regime tecnopolítico emergente.

2. Síntese crítica e projeção teórica: busca integrar a análise empírica à reflexão teórica, avaliando as implicações do paradigma tecnofeudal na reconfiguração do poder e da soberania global. Nesta etapa, também se propõe a formulação de alternativas pós-tecnofeudais, como o “socialismo de protocolo”, orientado por princípios de descentralização democrática e justiça digital.

3. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de casos empíricos que exemplificam a emergência e a consolidação do regime tecnopolítico aqui denominado Criptocracia. A seleção dos casos segue o critério de

relevância estratégica para compreender como tecnologias digitais, infraestruturas criptográficas e atores político-econômicos produzem novos arranjos de poder e formas alternativas de soberania.

A metodologia constrói-se por meio de um diálogo crítico entre autores que, em conjunto, oferecem um quadro teórico robusto para decifrar a mutação do capitalismo contemporâneo. O ponto de partida é a tese de Yanis Varoufakis (2024, p. 5) sobre o tecnofeudalismo, que alerta que “a mutação histórica do capital que destaque já aconteceu mas, apanhados nos nossos dramas urgentes, mal nos apercebemos”. Este diagnóstico macro, o de que o capitalismo foi substituído por uma nova lógica de renda digital extrativa, é radicalmente aprofundado pela crítica econômica de Cédric Durand (2020). Para Durand, esta transformação não é uma mera adaptação, mas uma ruptura sistêmica: as metamorfoses do capitalismo conduziram a uma economia digital na qual o poder se concentra em plataformas que substituem a concorrência pela dominação. É precisamente neste ponto que os dois argumentos se entrelaçam de forma potente.

A tese macro de Varoufakis sobre a mutação já consumada encontra sua materialização e mecanismo concreto na análise de Durand sobre o poder das plataformas. O “tecnofeudalismo” não é apenas uma abstração; ele opera por meio da dominação territorial e acumulativa descrita por Durand. A “renda digital extrativa”, alertada por Varoufakis, é o combustível deste novo sistema, cuja arquitetura de poder é sustentada pela dinâmica de monopólio e construção de vantagens cumulativas que Durand identifica no Vale do Silício. Dessa forma, a percepção da mutação (Varoufakis) e a explicação da sua lógica operatória (Durand) complementam-se mutuamente, oferecendo uma visão completa do paradigma tecnofeudal. O autor argumenta que “Ainda que a cultura de abertura e de mobilidade tenha proporcionado inicialmente uma vantagem decisiva ao Vale do Silício, o fator mais poderoso de seu sucesso reside, portanto, em sua dinâmica territorial de construção de vantagens cumulativas na produção de conhecimentos” (Durand, 2020, p. 51).

Se Varoufakis e Durand descrevem a estrutura e a lógica econômica desse novo regime, Nick Srnicek (2019) detalha sua morfologia operacional ao demonstrar

como o capitalismo de plataforma concentra poder por meio do controle de infraestruturas e dados, criando monopólios digitais. É nesse contexto que a influência de Elon Musk sobre as políticas de Trump deixa de ser um lobby tradicional para se tornar um sintoma de como os senhores feudais digitais reconfiguram ativamente o Estado.

Finalmente, Shoshana Zuboff (2019) fornece a peça final ao explicar o mecanismo de acumulação que alimenta todo esse sistema: o capitalismo de vigilância. Se o tecnofeudalismo é a estrutura de poder e o capitalismo de plataforma sua forma organizacional, o capitalismo de vigilância é o seu motor de extração de valor, um sistema que transforma a experiência humana em matéria-prima comportamental para predição, modificação e controle.

Além das dimensões econômicas e políticas, é crucial compreender o blockchain como uma tecnologia narrativa, que não apenas viabiliza transações, mas também configura significados e relações sociais. Como argumentam Reijers e Coeckelbergh (2019, p. 2), as tecnologias blockchain influenciam ativamente as interações e estruturas sociais, configurando realidades através das narrativas que sustentam as transações e relações financeiras. Essa perspectiva ajuda a explicar como a retórica da descentralização, presente no discurso de Musk e Trump, pode ser instrumentalizada para legitimar novas formas de concentração de poder

Dessa forma, a análise da aliança Trump-Musk e da instrumentalização das criptomoedas é iluminada pela seguinte quadrícula teórica: o tecnofeudalismo Varoufakis (VARAOUFAKIS, 2024), compreendido como o novo regime de poder; a crítica da economia digital Durand (DURAND, 2020), que explica a transição sistêmica; o capitalismo de plataforma Srnicek (SRNICEK, 2019), enquanto estrutura que concentra o controle; e o capitalismo de vigilância Zuboff (ZUBOFF, 2019), como mecanismo de extração que torna esse controle lucrativo. Esse arcabouço conjunto revela como as criptomoedas são instrumentalizadas não para descentralizar o poder, mas para intensificar formas inéditas de dominação digital¹⁸. Propõe-se, assim, que a criptocracia representa um aprofundamento das dinâmicas

¹⁸ Para Gerbaudo (2022, p. 156), “a tecnologia é apresentada como um instrumento de democratização, mas frequentemente serve para reforçar estruturas de poder existentes”.

do tecnofeudalismo, agora impregnadas na criação e no controle de protocolos digitais. A análise terá seu marco final em agosto de 2025.

Os termos técnicos utilizados nesta pesquisa serão definidos na primeira ocorrência em uma nota de rodapé.

2 Plataformas, Dados e Poder: O Debate sobre o Tecnofeudalismo

No início do século XXI, a ascensão das plataformas digitais transformou de maneira estrutural as formas de mediação econômica, social e política. A hipótese do tecnofeudalismo surge como uma tentativa de interpretar essa mutação, na qual os mecanismos clássicos do capitalismo, centrados na produção, no trabalho assalariado e na concorrência de mercado, cedem lugar a formas de extração de valor baseadas na captura de dados, na vigilância contínua e na intermediação algorítmica. O tecnofeudalismo, compreendido como uma nova gramática do poder digital (VAROUFAKIS, 2024; DURAND, 2020), manifesta-se concretamente no controle exercido pelas Big Techs e operadores de infraestruturas, que estabelecem uma forma de soberania privatizada. Durand (2020) correlaciona essa dinâmica com a “refeudalização” do espaço público, retomando explicitamente a categoria formulada por Jürgen Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* (HABERMAS, 1984), a partir da qual interpreta a captura corporativa do debate público pelas plataformas digitais.

Em 15 de agosto de 1971, Richard Nixon anunciava o fim da conversibilidade oficial entre o dólar e o ouro, dismantelando os acordos de Bretton Woods e inaugurando a era das moedas fiduciárias inconvertíveis (ALMEIDA, 2019, p. 5). Essa ruptura marca não apenas uma transição monetária, mas também a consolidação de uma arquitetura financeira global baseada na soberania estatal e na centralidade do dólar como moeda de reserva. O tecnofeudalismo e sua expressão criptocrática tensionam esse modelo ao deslocarem a lógica de lastro: em vez do ouro ou do poder coercitivo do Estado, a economia digital passa a se ancorar em tokens e protocolos algorítmicos, que operam sobre o que Varoufakis (2024) denomina capital em nuvem, um meio de produção não-alienável constituído pela

fusão entre infraestruturas digitais proprietárias, algoritmos e dados expropriados dos usuários, que converte as Big Techs em novos senhores senhoriais. Nesse sentido, a criptocracia não rompe apenas com Bretton Woods, mas inaugura um regime híbrido no qual elites tecnocráticas e corporações transnacionais controlam os mecanismos de emissão, circulação e governança monetária, erodindo a soberania monetária estatal e instituindo formas inéditas de dominação digital global.

Esta dinâmica ideológica fundamenta-se na instrumentalização de críticas radicais ao Estado, como as formuladas por Hans-Hermann Hoppe, um dos principais expoentes do anarcocapitalismo contemporâneo. Em *Democracy: The God That Failed* (HOPPE, 2001, p. 23-56), o autor articula uma rejeição veemente à soberania estatal, defendendo formas de governança privatizadas e hierarquizadas, frequentemente apresentadas como alternativas “superiores” à democracia liberal. Embora tenha sido orientando de Jürgen Habermas em seu doutorado na Universidade Goethe de Frankfurt, Hoppe converteu-se em um dos pensadores mais influentes do libertarianismo radical de matriz rothbardiana, influência que, como analisado por Rosa et al. (2024), exerce papel significativo na formação do ideário da extrema direita brasileira. Essa virada intelectual aparece de forma explícita em *Getting Libertarianism Right* (HOPPE, 2018), quando o autor sustenta, em um argumento de forte caráter aporofóbico, que “os ricos geralmente são brilhantes e inventivos, e os pobres geralmente tolos, preguiçosos ou ambos” (HOPPE, 2018, p. 134). Tais premissas, impregnadas de uma crença metafísica e escolástica em pressupostos econômicos universais, como observado por Bourdieu (2001), são estratégicas para o Vale do Silício e outras elites tecnológicas, pois legitimam a autorregulação do setor e alimentam a consolidação de soberanias privadas de caráter extremo.

Tal apropriação é central para a presente investigação, que identifica a cooptação de criptomoedas e redes digitais, originalmente idealizadas como instrumentos de emancipação e descentralização, por uma coalizão entre corporações tecnológicas, elites financeiras transnacionais e governos autoritários. Essa convergência fortalece um paradigma tecnofeudalista, no qual a retórica da inovação e da liberdade mascara a intensificação de hierarquias de poder.

Um exemplo emblemático dessa lógica é a aliança entre Donald Trump e Elon Musk, cujos desdobramentos geopolíticos e sociais são analisados à luz do quadro teórico proposto por Yanis Varoufakis (2024, p. 89-112) e Cédric Durand (2023, p. 34-66). Estes autores exploram as tensões constitutivas entre a promessa de descentralização e a realidade da dominação no emergente capitalismo de plataforma, fornecendo as chaves analíticas para decifrar essa reconfiguração do poder.

Dessa forma, narrativas libertárias de emancipação são estrategicamente convertidas em um véu ideológico que legitima e oculta as emergentes dinâmicas neofeudais de poder. David Golumbia (2016) identifica essa corrente ideológica como *cyberlibertarianismo*, definindo-a como a visão de mundo que, a partir de uma perspectiva de liberdade negativa, sustenta uma oposição axiomática ao Estado. Ele argumenta que, para essa perspectiva, "governos, todos os governos, não apenas aquele governo "ruim" de turno que costumamos descrever como responsável por agir de forma equivocada, existem unicamente para restringir a liberdade, que é entendida aqui como uma liberdade inerentemente negativa" (GOLUMBIA, 2016, p. 12). Segundo Golumbia, essa crença central de que "os governos não devem regular a internet" só se sustenta sob a premissa de que o Estado existe apenas para restringir, e nunca para promover, a liberdade humana, uma premissa que a maior parte da teoria política não direitista rejeita. Consequentemente, essa ideologia, que se apresenta sob uma retórica de neutralidade técnica, efetivamente disfarça um projeto político extremista.

Benjamin H. Bratton (2015), ao discutir o "Cloud Feudalism" em sua obra, endossa essa dinâmica ao afirmar que o "libertarianismo ferrenho (tooth-and-nail libertarianism) se torna uma oportunidade para o desenvolvimento de enclaves quase-soberanos" onde a riqueza se consolida como um baluarte contra as crises e as populações mais vulneráveis (BRATTON, 2015, p. 307-319).

Este capítulo tem como objetivo delimitar os contornos teóricos do tecnofeudalismo, propondo uma análise crítica da reconfiguração do capitalismo tardio em direção a formas neofeudais de dominação tecnossocial. Distinto do feudalismo histórico cujas bases repousavam na propriedade da terra e em relações

de servidão direta, o tecnofeudalismo estrutura-se a partir do controle monopolístico sobre infraestruturas digitais e sistemas de dados (DURAND, 2020). Como sintetiza Durand (2020, p. 147): "Como vimos, a acumulação de dados está no coração do modelo econômico dos gigantes da Internet".

Nesse novo paradigma, a extração contínua de valor opera por meio de um modelo de renda digital, no qual a lógica do lucro capitalista cede lugar à do "aluguel na nuvem". Esse processo se sustenta na modulação da atenção, do comportamento e das decisões dos usuários, que se tornam, nas palavras de Varoufakis (2024, p. 82), "servos da nuvem", figura central de um sistema cuja dinâmica depende, fundamentalmente, da acumulação informacional. Dessa forma, a análise revela como a arquitetura técnica e econômica das plataformas digitaliza e atualiza, sob novas roupagens, relações de dependência e extração análogas às do feudalismo.

Essa dinâmica é sustentada pelo Capitalismo de Vigilância, que opera uma "expropriação cruel do superávit gerado a partir de perfis" e uma "expropriação contínua de comportamentos e saberes" (ZUBOFF, 2019, p. 11). Durand (2020, p. 186) argumenta que:

A vida social enraíza-se na gleba digital. O alicerce das relações de produção digital passa a ser marcado pela dependência de indivíduos e organizações em relação a estruturas que exercem controle monopolístico sobre dados e algoritmos, nas quais os grandes serviços digitais se constituem como feudos dos quais ninguém pode escapar.

Embora envolto em uma retórica de descentralização como no caso das criptomoedas e sistemas distribuídos, esse modelo convive com uma intensa concentração de poder técnico, financeiro e informacional. Com a reeleição de Donald Trump e o fortalecimento de alianças entre Estado e corporações tecnológicas estadunidenses, esse arranjo adquire, cada vez mais, uma feição estatal, consolidando uma nova forma de soberania digital autoritária, a qual denomino criptofascista.

Essa concentração de poder em estruturas técnicas e estatais tem implicações profundas para a normatividade humana. Ao tratar dessas implicações, autores como Reijers e Coeckelbergh (2019) apontam que criptomoedas exemplificam uma tendência de abstração da ação humana, transferindo a confiança

de relações interpessoais para sistemas codificados e descentralizados. Eles argumentam que a abstração das relações humanas implementada pelas criptomoedas pode reduzir o dinamismo e a liberdade presentes nas interações sociais.

Para descrever esse fenômeno de poder concentrado sob a aparência de descentralização, presente na criptocracia, recorre-se ao conceito de tecnofeudalismo. No entanto, mesmo reconhecendo sua pertinência descritiva, o termo enfrenta resistências teóricas substantivas. Críticas como as de Nancy Fraser (2024) alertam que a analogia feudal pode ser excessiva, uma vez que a estrutura fundamental das sociedades contemporâneas permanece ancorada nas lógicas capitalistas de acumulação, e não em um regresso histórico à servidão ou a um rentismo puro como princípio organizador central. Fraser sustenta que a crise capitalista se origina precisamente das tensões entre sua esfera econômica visível e suas bases não capitalistas de sustentação, argumentando que:

Há também uma quarta ideia, que nos leva de volta ao problema da crise com a qual iniciei minha argumentação. As relações entre a camada visível e o plano de fundo do capitalismo abrigam fontes intrínsecas de instabilidade social. Como vimos, a produção capitalista não é autossustentável, mas se beneficia da reprodução social, da natureza, do poder político e da expropriação (FRASER, 2024, p. 40).

Dessa forma, a autora sugere que o sistema mantém seu núcleo capitalista, ainda que em transformação, e que sua instabilidade provém de suas contradições internas, e não de uma suposta transição para um modelo feudal. Neste contexto, a noção de tecnofeudalismo será abordada não apenas como diagnóstico de época, mas como uma categoria crítica capaz de revelar as transformações nas formas de subjetivação, controle e acumulação. Esta perspectiva ecoa um questionamento fundamental sobre a dinâmica do capitalismo, tal como formulado por Yanis Varoufakis (2024):

“O que seria necessário para o capitalismo morrer? Na tua juventude tiveste uma resposta definitiva: o capitalismo morrerá, como o Dr. Frankenstein, indiretamente pelas suas próprias mãos, como vítima merecedora da sua maior criação: o proletariado. Você estava convencido de que o capitalismo estava criando dois grandes campos destinados ao conflito: os capitalistas, que não trabalhavam fisicamente com as tecnologias revolucionárias que possuíam; e os proletários que passaram os seus dias e noites a trabalhar dentro, sobre, sob ou com estas maravilhas tecnológicas, desde navios mercantes e caminhos-de-ferro até tratores, correias transportadoras e

robôs industriais. As tecnologias revolucionárias não eram uma ameaça ao capitalismo. Mas os trabalhadores revolucionários que sabiam como operar essas máquinas incríveis o eram" (VAROUFAKIS, 2024, p. 115).

Trata-se de uma estrutura analítica que permite compreender o deslocamento da mercadoria para o dado, uma transição que caracteriza a economia digital contemporânea. Shoshana Zuboff (2019) descreve essa nova lógica de acumulação, afirmando que:

"O capitalismo de vigilância não está mais confinado ao drama competitivo de grandes empresas da internet, em que mercados futuros comportamentais eram a princípio visados na publicidade on-line. Seus mecanismos e imperativos econômicos tornaram-se o modelo-padrão para a maioria dos negócios que têm a internet como base" (ZUBOFF, 2019, p. 25).

Diante desse cenário complexo, surge a questão central desta pesquisa: como caracterizar esse novo modo de organização social e econômica? E, de forma mais específica, qual o papel das criptomoedas nesse processo? Elas constituem uma genuína forma de resistência e descentralização contra as instituições tradicionais de dominação, ou, ao contrário, funcionam como um reforço de suas dinâmicas de poder e instabilidade offline (VASUDEVAN, 2023).

O conceito de tecnofeudalismo abre um campo de investigação crucial sobre o futuro da economia digital e da soberania dos Estados no século XXI. O debate acadêmico sobre o tema ainda está em pleno desenvolvimento, mas a crescente influência das Big Techs e a monopolização dos fluxos digitais de informação reforçam a urgência de estudos que aprofundem as implicações desse novo modelo econômico (DURAND, 2020; VAROUFAKIS, 2024). Assim, compreender o tecnofeudalismo não é apenas uma questão teórica, mas um desafio político fundamental.

Varoufakis (2024), em *Tecnofeudalismo: O que matou o capitalismo*, defende a tese de que o capitalismo foi substituído por uma nova estrutura fundamentalmente feudal, após ter sido destruído pelo seu próprio capital mutante, o "capital da nuvem" (VAROUFAKIS, 2024, p. 5). O autor argumenta que elites tecnológicas e financeiras, denominadas "cloudalistas"¹⁹, controlam riqueza e poder de maneira análoga aos

¹⁹ Cloudalistas são a nova classe dominante no tecnofeudalismo, detentora do capital-nuvem e controladora das infraestruturas digitais essenciais. Aqui também se encontram os criptocratas, como uma subclasse dessa classe.

senhores feudais. Essa transição se caracteriza pela substituição de dois pilares fundamentais do capitalismo: Os mercados (o meio do capitalismo) foram substituídos por plataformas digitais de negociação que funcionam como feudos (VAROUFAKIS, 2024, p. 6). O lucro (o motor do capitalismo) foi substituído pela renda de caráter feudal, especificamente o "aluguel na nuvem" (cloud rent), que deve ser pago pelo acesso a essas plataformas (VAROUFAKIS, 2024, p. 6).

O capital tradicional, como maquinaria e edifícios, torna-se vassalo perante o novo poder dos proprietários do capital da nuvem, enquanto o restante da população retorna ao estatuto de servos, contribuindo para a riqueza da nova classe dominante por meio de seu trabalho não remunerado (VAROUFAKIS, 2024, p. 6). De modo análogo, Cédric Durand (2020), em *Tecnofeudalismo: Crítica de la economía digital*, explora como a datatificação e a ascensão das plataformas resultaram em uma regressão social. O autor sustenta que a formação de monopólios digitais, cujo poder rivaliza ou mesmo excede o dos Estados, é parte fundamental desse processo. Durand observa que:

Com três décadas de retrospectiva, algo das intuições iniciais do consenso do Vale do Silício ainda se sustenta: a mutação que acompanha a ascensão das tecnologias da informação toca os fundamentos do modo de produção e desestabiliza seus princípios elementares. Mas, onde um otimismo tecnocapitalista prometia uma renovação, o curso dos acontecimentos revela uma degeneração. A expansão do digital perturba as relações competitivas em favor de relações de dependência, desarranjando o funcionamento do conjunto e favorecendo a prevalência da predação sobre a produção, engendrando aquilo que chamei de tecnofeudalismo (DURAND, 2020, p. 201).

Essa dinâmica consolida uma nova elite que controla recursos e acessos essenciais, recriando uma estrutura análoga ao feudalismo. Nela, a relação social predominante passa a ser o "apego" ou "aderência", uma vez que os indivíduos dependem integralmente das corporações para sua participação econômica e social (DURAND, 2020). Como destaca o autor:

Em primeiro lugar, é inegável que as empresas transnacionais ampliaram de forma considerável seu domínio sobre as sociedades contemporâneas. E não se trata apenas de tamanho. Com a telemática, os direitos de propriedade intelectual e a centralização dos dados, exerce-se um controle muito mais rígido tanto sobre os territórios quanto sobre os indivíduos (DURAND, 2020, p. 6).

Dessa forma, as grandes empresas tecnológicas assumem efetivamente o papel de novos "senhores feudais", estabelecendo um regime de dependência estrutural onde o controle não se dá apenas pelo tamanho, mas pelo domínio tecnológico e informacional sobre territórios e indivíduos.

Nesse contexto, as plataformas não apenas intermedeiam transações, mas controlam dados e infraestruturas essenciais da internet, estabelecendo relações de dependência que remetem às formas servis do feudalismo histórico. Essa dinâmica é aprofundada pelas inovações financeiras da criptocracia e seus novíssimos protocolos de governança, conhecidos como tokens²⁰. As criptomoedas, em vez de oferecerem uma alternativa descentralizada, podem atuar como mecanismos que estendem a lógica do aluguel na nuvem (cloud rent) e do controle algorítmico, consolidando ainda mais a ordem tecnofeudal (VAROUFAKIS, 2024).

Essa concentração de poder nas mãos de poucas corporações levanta questões sobre a autonomia dos indivíduos e a soberania dos Estados, uma vez que essas entidades privadas podem influenciar políticas públicas e moldar comportamentos sociais em escala global. Além disso, a lógica do tecnofeudalismo desafia os princípios do capitalismo tradicional, no qual a competição e a inovação eram motores econômicos. No novo paradigma, o controle de plataformas e dados permite a extração de valor sem a necessidade de concorrência direta, estabelecendo monopólios que dificultam a entrada de novos atores no mercado²¹.

Embora a tese do tecnofeudalismo ofereça uma lente poderosa para analisar as transformações contemporâneas, ela não está imune a críticas substantivas. Autores como Nancy Fraser (2024) argumentam que, apesar das novas formas de concentração de poder plataformizado, as dinâmicas fundamentais de acumulação

²⁰ Token é uma unidade de valor digital representada em uma blockchain, que pode simbolizar desde um ativo financeiro até um direito de acesso ou participação em uma rede.

²¹ A concentração de poder em megacorporações digitais compromete a autonomia individual e a soberania estatal, ao permitir que interesses privados moldem políticas públicas e comportamentos sociais em escala global (ZUBOFF, 2019; SILVEIRA, 2024). O tecnofeudalismo rompe com o ideal de livre mercado ao substituir a concorrência por monopólios sustentados pelo controle de dados, macroprocessamento de dados, infraestrutura em nuvem e também monopólios sobre a big data, limitando a inovação e dificultando a entrada de novos atores no ecossistema digital (DURAND, 2020; VAROUFAKIS, 2024).

capitalista, e não um suposto retorno à servidão, permanecem operantes. A autora sustenta que a compreensão do fenômeno exige uma visão expandida do sistema:

Meu argumento se baseia na compreensão ampliada do capitalismo que formulei no capítulo 1. Como aponte ali, muitos pensadores de esquerda têm um entendimento muito estreito do capitalismo como um sistema econômico e nada mais. Com foco nas contradições internas da economia, esses autores equiparam a crise capitalista a disfunções econômicas, como depressões, falências em cadeia e colapsos do mercado (FRASER, 2024, p. 137).

Para Fraser, é mais produtivo entender o fenômeno a partir de um conceito ampliado, que ela denomina “capitalismo canibal”, do que invocar uma regressão feudal. Em linha similar, Nick Srnicek (2019) adverte que a categoria “tecnofeudalismo” pode obscurecer a análise do capitalismo de plataforma, no qual a exploração segue ocorrendo predominantemente por meio do mercado, do trabalho assalariado e da extração de dados como matéria-prima – mecanismos estes que permanecem centrais para a acumulação capitalista, e não feudal (SRNICEK, 2019, p. 58-62).

Essas objeções são relevantes para a presente pesquisa, uma vez que alertam para o risco de que a categoria “tecnofeudalismo” possa simplificar excessivamente a análise de processos complexos de financeirização, plataformização e concentração de conhecimento. No entanto, ainda que a analogia feudal possa ser considerada limitada por alguns autores, de forma indireta através de suas categorias, o conceito segue sendo útil para descrever a reconfiguração das relações de poder e a emergência de novas formas de soberania privatizada no capitalismo de dados, especialmente no contexto da ascensão da criptocracia.

Nesse contexto, é relevante observar que, no âmbito da criptocracia, a blockchain e os contratos inteligentes não operam apenas como protocolos técnicos, mas como verdadeiros agentes do capitalismo em sua forma tardia e altamente especulativa. Ao contornarem instituições tradicionais e criarem infraestruturas próprias de coordenação, tais sistemas funcionam de modo dinâmico, transnacional e desintermediado, produzindo formas de governança que podem inclusive reconfigurar práticas políticas no espaço “offline”. Como argumenta Hine (2015), a distinção rígida entre mundos online e offline é ilusória: ambos constituem uma ecologia contínua, na qual tecnologias digitais moldam experiências sociais, culturais

e institucionais. Assim, no interior da criptocracia, a política não se limita ao ciberespaço, mas se rearticula em novas materialidades e práticas híbridas, evidenciando como infraestruturas digitais passam a integrar, e reconfigurar, o tecido mesmo da vida social.

Apesar das objeções apresentadas por Fraser (2024) e Srnicek (2019) quanto à permanência das dinâmicas capitalistas, a crescente influência das grandes plataformas e sua capacidade de moldar mercados, práticas sociais e instituições políticas indica uma transformação estrutural que merece atenção. O conceito de tecnofeudalismo revela-se, assim, uma ferramenta analítica útil para nomear a magnitude dessa mudança (DURAND, 2020; VAROUFAKIS, 2024).

Nesse ponto, observa-se um deslocamento profundo na lógica de acumulação descrita por Varoufakis, Fraser e Srnicek: os dados, os algoritmos e as infraestruturas digitais, o chamado *capital em nuvem*, convertem-se nos principais instrumentos de dominação e controle social. Tal reconfiguração não implica um retorno literal ao feudalismo histórico, mas evidencia a consolidação de novas formas de soberania privatizada e hierarquias tecnopolíticas, nas quais o poder se exerce pela posse e governança de sistemas informacionais.

Nesse contexto, as criptomoedas e a arquitetura emergente da criptocracia consolidam-se como pilares fundamentais do tecnofeudalismo. Elas operam por meio de infraestruturas de blockchain que materializam a lógica do capital em nuvem, um conceito central para Yanis Varoufakis (2024). O autor argumenta que uma mutação do capital – o *capital nuvem* – deslocou os pilares tradicionais do capitalismo.

Nesse novo regime, os detentores do capital tradicional tornam-se "vassalos" de uma nova classe dominante: os proprietários do capital das nuvens, enquanto a maioria da população retorna a um status análogo ao de "servos" (VAROUFAKIS, 2024, p. 6).

Aplicando essa lógica ao universo cripto, o valor desses ativos – intangível e especulativo – sustenta-se não apenas na plataforma, mas no protocolo, a camada algorítmica basal que define as regras de interação e extração de valor. Longe de cumprir a promessa emancipatória de descentralização, esses protocolos

convertem-se em feudos digitais automatizados. Neles, a governança é exercida por uma tecnocracia transnacional que controla o código e os fluxos de dados. Na prática, a renda digital é extraída por meio de mecanismos como taxas de transação, sistemas de staking e serviços de custódia centralizada. Isso gera uma dependência algorítmica inédita e reforça hierarquias de poder que transcendem as fronteiras estatais, aprofundando a assimetria entre os senhores da nuvem e os usuários-servos.

Dessa forma, a tecnologia, antes celebrada como um vetor de autonomia e descentralização, metamorfoseia-se em um instrumento de controle e submissão, essencial ao regime tecnofeudal.

A acentuada concentração de poder nas mãos de corporações transnacionais, os novos "cloudalistas", ameaça a autonomia individual e a soberania do Estado-nação. O perigo reside na capacidade dessas entidades privadas de influenciar diretamente políticas públicas e moldar comportamentos sociais em escala global, instrumentalizando para isso a arquitetura das criptomoedas e a lógica algorítmica das plataformas. A centralização de recursos e controle por grandes corporações tecnológicas desafia os princípios fundamentais dos Estados modernos, tradicionalmente baseados em mecanismos regulatórios da economia.

Essa nova elite, composta por indivíduos e empresas que dominam infraestruturas tecnológicas e canais de comunicação globais, redefine as dinâmicas de poder na economia digital. A regulação das plataformas digitais emerge como um dos principais desafios para as democracias contemporâneas, exigindo uma redefinição dos papéis tradicionalmente atribuídos às instituições estatais e às corporações privadas na governança da informação.

Portanto, a ausência de regulamentação eficaz sobre as plataformas digitais não apenas enfraquece a capacidade dos Estados de intervir nesses ecossistemas, mas também permite que grandes corporações tecnológicas consolidem seu poder, desafiando a democracia e a autonomia dos Estados. A necessidade de estabelecer mecanismos efetivos de responsabilização para essas plataformas, sem

comprometer sua capacidade de inovação, emerge como um dos principais desafios para as democracias contemporâneas (VIEIRA; TAVARES, 2024).

Esse processo de apropriação privada do conhecimento relaciona-se diretamente com a atuação de figuras como Elon Musk, que, ao combinar o alcance massivo de redes sociais, como a plataforma X (antigo Twitter, www.x.com), com o potencial transformador, e muitas vezes especulativo, das criptomoedas, consolida uma nova forma de influência transnacional. Essa dinâmica desafia instituições tradicionais, como evidenciado por suas intervenções públicas, a exemplo da promoção recorrente da memecoin Dogecoin (\$DOGE). Tais ações demonstram a instrumentalização de narrativas digitais para alterar o valor de tokens e direcionar a adoção de ativos digitais, ampliando sua esfera de influência sobre os setores privado e estatal. Nesse contexto, observa-se uma convergência entre o monopólio cognitivo e a captura corporativa do conhecimento descritos por Rikap (2021), para quem “a propriedade privada e o controle do conhecimento e dos dados tornaram-se uma das principais fontes de renda e de poder” (RIKAP, 2021, p. 4), e a soberania algorítmica exercida por grandes plataformas digitais.

Varoufakis (2024) enfatiza que o controle privado sobre dados e protocolos, o que denomina capital nuvem, configura uma soberania privatizada e a regra dos *cloudalistas*, que vivem de “aluguel na nuvem” (VAROUFAKIS, 2024, p. 6), e não de lucro capitalista. O autor avança ao afirmar que:

Então, qual é a minha hipótese? É que o capitalismo está agora morto, no sentido de que a sua dinâmica já não governa as nossas economias. Nesse papel, foi substituído por algo fundamentalmente diferente, que chamo de tecnofeudalismo. No cerne da minha tese está uma ironia que pode parecer confusa à primeira vista, mas que espero mostrar que faz todo o sentido: o que matou o capitalismo foi... o próprio capital (VAROUFAKIS, 2024, p. 5).

Nesse novo regime, a mutação do capital em “capital nuvem” teria suplantado as dinâmicas capitalistas tradicionais, substituindo os mercados por feudos digitais e o lucro pela renda extrativa.

Paralelamente, Zuboff (2019) identifica no capitalismo de vigilância um mecanismo de expropriação contínua de comportamentos e saberes, essenciais para a produção de valor. Ela destaca que “a dinâmica competitiva desses novos

mercados leva os capitalistas de vigilância a adquirir fontes cada vez mais preditivas de superávit comportamental" (ZUBOFF, 2019, p. 23).

A atuação de Musk exemplifica como essa lógica se expande para o campo das criptomoedas: sob o discurso da descentralização, consolida-se um poder centralizado e personalizado, capaz de ressignificar o valor e a função de tecnologias a partir de interesses particulares. Essa realidade ecoa a análise de Durand (2020) sobre como "esse monopólio hierárquico de uma classe sobre os ativos indispensáveis para a reprodução das condições de subsistência constitui o fundamento da apropriação de um excedente" (DURAND, 2020, p. 172), exercendo "um controle que se exerce por meio do domínio de elementos estratégicos, ativos intangíveis" (DURAND, 2020, p. 189).

A capacidade de hegemonizar narrativas sobre o suposto caráter libertário das criptomoedas opera como um mecanismo de dominação paradoxal: enquanto se vende a ideia de emancipação financeira, consolida-se uma arquitetura de controle assimétrico sobre o desenvolvimento tecnológico. Grandes players globais, hedge funds, corporações do Silicon Valley e instituições financeiras tradicionais orquestram os rumos do ecossistema, apropriando-se dos protocolos descentralizados para instituir uma nova modalidade de monopólio algorítmico.

Este processo não é orgânico, sendo sustentado por políticas corporativas transnacionais que operam em três frentes principais: (1) a cooptação da retórica da descentralização para fins de acumulação de capital; (2) o estabelecimento de padrões técnicos que perpetuam dependências estruturais; e (3) a naturalização de hierarquias de governança que concedem a elites tecnocráticas o poder de veto sobre atualizações de rede ou o controle implícito da tecnologia. O resultado é uma centralização velada: sob o discurso da "liberdade cripto", consolida-se um regime de soberania privada no qual poucos atores concentram a capacidade de definir quais blockchains ganham adoção em massa, quais aplicações recebem financiamento e quais protocolos são considerados legítimos.

Essa dinâmica é elucidada por De Filippi e Wright (2018, p. 6-7), que observam que, embora concebida como descentralizada, a governança das blockchains é frequentemente apropriada por desenvolvedores, mineradores e

grandes investidores. Os autores explicam que, enquanto a governança tradicional depende de instituições burocráticas e leis, os sistemas baseados em blockchain operam sob uma *lex cryptographica* para organizar a atividade econômica e social:

À medida que a tecnologia amadurece, as blockchains podem acelerar uma mudança estrutural de poder, deslocando-o das regras e regulações jurídicas administradas por autoridades governamentais para regras e protocolos baseados em código, governados por redes descentralizadas. Protocolos codificados e as decisões relacionadas ao seu desenvolvimento passariam, em última instância, a determinar o funcionamento desses sistemas e a moldar nossas formas de interação (DE FILIPPI; WRIGHT, 2018, p. 7).

No entanto, essa estrutura tende a ser plutocrática. Como observam Narayanan et al. (2016), mecanismos técnicos, mesmo aqueles que incorporam elementos como o "coin-age", na prática privilegiam atores com maior capacidade computacional e maior acumulação prévia de recursos. Ou seja, embora haja uma tentativa de balanceamento entre diferentes fatores, como *stake* e poder computacional, o sistema permanece intrinsecamente enviesado em favor daqueles que já detêm vantagens significativas.

O mecanismo de "consumo de coin-age"²², por exemplo, pressupõe a posse prévia e a inatividade de moedas, o que é um privilégio de quem possui capital excedente para imobilizar. Como resultado, o poder de governança: a capacidade de influenciar qual versão do software a rede adota concentra-se inevitavelmente nos agentes com maiores recursos técnicos e financeiros.

Essa realidade contradiz frontalmente o ideal de uma descentralização democrática e distributiva, consolidando, em vez disso, uma oligarquia em que o controle sobre o protocolo é proporcional ao capital investido, seja em hardware, seja em tokens. Esse fenômeno se manifesta de maneira clara no domínio de pools de mineração em redes como o Bitcoin e de grandes *stakers* em redes baseadas em Prova de Participação (*Proof-of-Stake*), onde o princípio do "um token, um voto" se traduz, na prática, em "quanto mais tokens, mais voz".

²² Coin-age é um mecanismo utilizado em algumas criptomoedas para medir a "idade" de um token, combinando o tempo em que ele permaneceu inativo na carteira com a quantidade de moedas possuídas. Quanto maior o *coin-age*, maior o peso que o titular do token pode ter em processos de validação ou votação na rede, como em sistemas de Prova de Participação (*Proof-of-Stake*). Esse mecanismo tende a privilegiar usuários com maiores quantidades de moedas acumuladas e que podem mantê-las inativas por períodos mais longos, reforçando desigualdades de poder dentro da rede.

A concentração de conhecimento técnico e propriedade intelectual intensifica significativamente as assimetrias de poder no capitalismo digital, conforme destacado por Rikap (2021). Segundo a autora, a apropriação privada do conhecimento e dos dados consolida-se como fonte fundamental de renda e dominação na economia contemporânea. Este controle oligopolístico sobre os ativos intangíveis permite que grandes corporações e fundos de investimento determinem quais inovações são legitimadas e quais são marginalizadas, estabelecendo um filtro estrutural sobre o desenvolvimento tecnológico.

Essa dupla captura, tanto narrativa quanto tecnológica, revela a essência do projeto criptocrático: uma reengenharia sistêmica das finanças que transfere progressivamente o poder das instituições públicas para um consórcio de atores privados com agendas transnacionais. Através deste processo, a governança econômica global é reconfigurada sob a lógica do tecnofeudalismo, onde o controle sobre protocolos e infraestruturas digitais substitui as formas tradicionais de soberania estatal.

Este cenário converge com a tese do tecnofeudalismo, que propõe a substituição do capitalismo por uma nova ordem econômica. Nela, a promessa inicial de emancipação digital é transformada em um ciclo de financeirização algorítmica, no qual os mecanismos tecnológicos operam como instrumentos de dominação. Essa dinâmica reflete a análise sobre o controle monopolista de ativos estratégicos como base para a captura de valor e o domínio por meio de recursos intangíveis, alinhando-se ainda ao processo de expropriação característico do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019), que converte a experiência humana em insumo bruto para a geração de dados comportamentais.

2.1 Entendendo o Diagnóstico de Yanis Varoufakis

Yanis Varoufakis, economista e ex-ministro das finanças da Grécia, foi um dos principais atores que popularizam, senão o principal, o termo "tecnofeudalismo" para descrever a lógica emergente da economia digital, na qual o capitalismo tradicional é suplantado por relações de extração de renda análogas às do

feudalismo. Nesse novo paradigma, o mercado é substituído pelo feudo digital, onde corporações como Amazon, Google, Apple e Meta controlam não apenas os meios de produção, mas também os canais de distribuição, moedas internas e sistemas legais privados, extraíndo o que Varoufakis denomina "aluguel na nuvem" (2024, p. 6) em vez do lucro clássico.

Essas empresas formam oligopólios de plataformas que estabelecem barreiras técnicas e jurídicas, transformando usuários em “vassalos digitais” sujeitos a termos impostos por “senhores algorítmicos”.

Como alerta Varoufakis:

As tecnologias em rede digital que o capitalismo gerou provaram o seu castigo. O resultado? A humanidade está agora a ser dominada por algo que só posso descrever como uma forma tecnologicamente avançada de feudalismo. Um tecnofeudalismo que certamente não é o que esperávamos que substituísse o capitalismo. (VAROUFFAKIS, 2024, p. 29)

O autor argumenta que essa transição foi impulsionada pela mutação do capital em “capital nuvem”, destacando que: As tecnologias que geraram o capital da nuvem provaram ser mais revolucionárias do que qualquer uma das suas antecessoras (VAROUFFAKIS, 2024, p. 93).

Esse capital desenvolveu capacidades inéditas, tornando-se:

Um detentor de atenção, um fabricante de desejos, um impulsionador do trabalho proletário [...] e o criador de espaços de transações digitais totalmente privatizados (feudos de nuvem [...]), nos quais nem os compradores nem os vendedores desfrutam de nenhuma das opções que teriam nos mercados normais (VAROUFFAKIS, 2024, p. 93).

Esse quadro teórico ajuda a interpretar fenômenos contemporâneos, como a aliança entre figuras como Donald Trump e Elon Musk, que promovem criptomoedas não como ferramentas de descentralização, mas como mecanismos de reforço de uma nova hierarquia digital.

Esse cenário contrasta com o fracasso de sistemas anteriores, como DigiCash e Mondex, que, por dependerem de bancos, não alcançaram a arquitetura aberta do Bitcoin, cuja inovação, como destacam Narayanan et al. (2016, p. 10-11), foi criar um sistema sem qualquer intermediário de confiança. No entanto, essa potencial abertura é frequentemente cooptada por novas formas de concentração de poder por atores hegemônicos.

Apesar da transição para o tecnofeudalismo, a crítica marxista clássica mantém sua relevância. A máxima de Marx de que "a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento do trabalho, escravidão e degradação moral no polo oposto" (MARX, 2013, p. 877) se reconfigura no contexto digital. No tecnofeudalismo, o "trabalho digital" dos usuários, que produzem dados e engajamento, é apropriado como valor não remunerado, configurando uma renda monopólica. Essa análise é ampliada por Rikap (2021), que demonstra como a apropriação privada do conhecimento e dos dados consolida-se como mecanismo central de acumulação de poder na era digital. A autora revela que os monopólios cognitivos emergentes aprofundam assimetrias estruturais, estendendo a crítica para além da esfera economicista tradicional. Dessa forma, evidencia-se que as novas formas de dominação não se limitam à exploração econômica, mas operam através do controle epistêmico sobre dados e algoritmos, estabelecendo hierarquias de poder baseadas na gestão oligopolística do conhecimento e dos meios de produção intelectual.

Dessa forma, a estrutura de poder tecnofeudal opera por meio do controle da arquitetura informacional, da monetização do comportamento e da dependência logística, consolidando uma dominação que substitui a violência física pela coerção algorítmica e epistêmica, o que exige, por sua vez, novas categorias de análise e formas de resistência.

2.2 Cédric Durand, Tecnofeudalismo e o Capitalismo de Plataforma

Cédric Durand contribui decisivamente para o debate contemporâneo sobre o tecnofeudalismo ao articular uma crítica à financeirização da economia e à ascensão do capitalismo de plataforma. Em *Tecnofeudalismo: crítica de la economía digital* (2020), o autor descreve uma inflexão histórica em que o capital produtivo industrial cede lugar a um regime de acumulação baseado no capital informacional e rentista, caracterizado pelo "monopólio hierárquico de uma classe sobre os ativos indispensáveis à reprodução das condições de subsistência", fundamento da

apropriação contemporânea do excedente (DURAND, 2020, p. 172). Sua pesquisa aponta para:

1. A substituição progressiva das relações capitalistas tradicionais (salário, lucro industrial) por mecanismos de extração de renda digital, como monopólios de dados e plataformização, pois "como os ativos digitais e seus usuários são indissociáveis, a mobilidade dos indivíduos e das organizações acaba ficando limitada" (DURAND, 2020, p. 180);
2. A emergência de uma aristocracia tecnológica que controla infraestruturas algorítmicas, funcionando como "senhores feudais digitais" que exercem "um controle que se exerce por meio do domínio de elementos estratégicos, ativos intangíveis" (DURAND, 2020, p. 189).

Esta tese corrobora fundamentalmente a narrativa da criptocracia ao demonstrar como o controle sobre protocolos basilares na internet constitui uma nova forma de soberania privatizada. Neste contexto, a governança algorítmica substitui instituições tradicionais e consolida hierarquias digitais transnacionais através do controle da infraestrutura digital, seja por meio de ativos criptográficos ou através de plataformas centralizadas como as exchanges Binance e Bybit, que funcionam como intermediárias essenciais nestes novos feudos digitais.

A tese de Durand sustenta que as grandes plataformas digitais operam como intermediárias universais, concentrando poder sobre a organização e circulação de bens, serviços e informações através do processo de plataformização. Nick Srnicek (2019) complementa esta perspectiva ao afirmar que "as plataformas estruturam a economia moderna ao centralizar o controle sobre dados e infraestrutura, criando monopólios digitais" (2019, p. 48). Shoshana Zuboff (2019) desenvolve esta análise ao demonstrar que "a mudança na direção de economias de escopo define um novo conjunto de metas: o superávit comportamental deve ser vasto, mas também variado", destacando que esta lógica extrativista se expande para além do virtual, penetrando "a vida real nas estradas, entre árvores, através das cidades" até alcançar "sua corrente sanguínea e sua cama, sua conversa no café da manhã, seu meio de transporte, sua corrida, sua geladeira, sua vaga de estacionamento, sua sala de estar" (2019, p. 245). Esta dinâmica tripartite, que combina intermediação

universal, monopólio digital e vigilância predatória, revela-se crucial para compreender a influência de Elon Musk sobre as criptomoedas, alinhada às estratégias de Donald Trump em 2024, e como as teses desses autores convergem na análise da criptocracia como expressão contemporânea do tecnofeudalismo.

Segundo essa perspectiva, a economia digital não representa uma simples evolução do capitalismo, mas sim uma mutação profunda de suas estruturas rumo à plataformação. Como observa Durand (2020, p. 40), "se o "novo espírito do capitalismo" analisado por Luc Boltanski e Ève Chiapello precisasse encontrar um lugar para se encarnar, os edifícios modernos e luminosos reservados aos criativos das grandes empresas de alta tecnologia do Vale do Silício seriam candidatos evidentes". Nesse novo arranjo tecnofeudal, o autor aprofunda esta análise ao afirmar que "mais do que uma simples reminiscência de um ou outro aspecto do feudalismo, trata-se de uma configuração que remete à lógica feudal em seu conjunto. Em outros termos, a possibilidade de um tecnofeudalismo" (DURAND, 2020, p. 66).

Neste contexto, as plataformas digitais emergiram como novos feudos onde o controle dos dados redefine radicalmente as relações de poder econômico. Elon Musk personifica de maneira emblemática essa figura do "senhor feudal digital". Seu império empresarial, que se estende de redes sociais a infraestruturas espaciais, e seu apoio estratégico a ativos como as criptomoedas, revelam-se destituídos do objetivo declarado de descentralização. Pelo contrário, sua articulação política com Trump expõe uma estratégia deliberada de captura do aparelho estatal, visando consolidar uma soberania privatizada sobre infraestruturas críticas, exercida tanto por meio do controle algorítmico quanto da influência institucional direta, materializando assim as previsões teóricas sobre o tecnofeudalismo.

Sua articulação com as políticas de desregulamentação de Donald Trump consolida um regime de soberania compartilhada entre Estado e corporações, onde o poder econômico é transferido de instituições públicas para plataformas privadas. Esta simbiose entre poder político e tecnológico configura uma nova arquitetura de dominação digital, na qual as criptomoedas deixam de ser instrumentos de

descentralização para se tornarem mecanismos de concentração de poder sob o disfarce de inovação tecnológica.

No contexto das criptomoedas como instrumento de poder tecnofeudal, a análise apresentada por Florencio Cabello e Fátima Solera Navarro (2020, p. 332), no volume organizado por Sabariego, Amaral e Salles, demonstra como os algoritmos impactam a cultura cívica ao aprofundarem assimetrias sociais e redefinirem práticas de participação. Na mesma obra, Benítez-Eyzaguirre (2020, p. 335) adverte que “o uso de algoritmos e o mercado de dados são cada vez maiores e continuarão crescendo”, apontando para a tendência de expansão contínua da vigilância e da captura informacional. Partindo desse diagnóstico, é possível interpretar que as políticas pró-criptomoedas articuladas por figuras como Trump e Musk vão muito além da mera adoção tecnológica: constituem mecanismos sofisticados de manipulação das narrativas cívicas e de reorganização dos regimes de soberania, acompanhando as metamorfoses do capitalismo em direção ao tecnofeudalismo e à criptocracia. Tal estratégia reforça a dominação neoliberal por meio da vigilância e do controle distribuído, operando diretamente sobre infraestruturas digitais, como o blockchain, que ressignificam valores, capturam subjetividades e consolidam novas hierarquias econômicas no paradigma emergente (SABARIEGO; AMARAL; SALLES, 2020).

Esse processo aprofunda o fenômeno que Cassino (2021) define, com base em Couldry e Mejias, como “colonialismo de dados”, categoria que descreve a captura sistemática de informações pessoais e coletivas como forma de extração de valor e sujeição política. No prefácio da obra, Cassino afirma que se trata de “um novo tipo de dependência surgida neste capitalismo da era digital”, enfatizando que o termo colonialismo não é metafórico, mas corresponde a “uma nova forma de colonialismo diferente da que vimos nos séculos anteriores” (CASSINO, 2021, p. 26).

Nessa perspectiva, a incorporação de algoritmos preditivos e sistemas de modulação comportamental intensifica a assimetria entre aqueles que produzem dados e os conglomerados que os capturam, administram e monetizam. Com isso, políticas pró-criptomoedas impulsionadas por figuras como Trump e Musk deixam de ser meros projetos tecnológicos, assumindo a forma de estratégias sofisticadas de

reorganização das narrativas cívicas e dos regimes de soberania, alinhadas às metamorfoses do capitalismo rumo ao tecnofeudalismo e à criptocracia. Esse arcabouço amplia mecanismos de vigilância e controle por meio de infraestruturas digitais, das blockchains às plataformas de rastreamento, que reconfiguram valores sociais, deslocam formas tradicionais de poder e instituem novas hierarquias econômicas no capitalismo em nuvem.

Os pesquisadores explicam que "o colonialismo de dados combinaria as mesmas práticas predatórias do colonialismo histórico com a quantificação abstrata de métodos computacionais", configurando "um novo tipo de apropriação no qual as pessoas ou as coisas passam a fazer parte de infraestruturas de conexão informacionais" (CASSINO et al., 2024, p. 26). Ao aplicar essa lógica à aliança Trump-Musk, torna-se evidente que os criptoativos, quando operados a partir de plataformas que definem unilateralmente as regras de engajamento, estão longe de promover a descentralização prometida. Pelo contrário, eles reforçam mecanismos de sujeição neoliberal, viabilizando a extração de valor de usuários em escala global através da internet e atualizando as dinâmicas coloniais sob novas roupagens tecnológicas.

Durand (2020, p. 188-189) sustenta que o processo de mutação do capitalismo contemporâneo é marcado pelo caráter rentista e não produtivo dos mecanismos de captura de valor, nos quais "a referência ao feudalismo remete ao caráter rentista, ou seja, não produtivo, do dispositivo de captação de valor". Segundo o autor, essa lógica redefine profundamente o papel do Estado, que se reconfigura como gestor de exceções e garantidor da infraestrutura de segurança necessária ao funcionamento do novo feudalismo digital. Durand demonstra ainda que "a ascensão dos intangíveis atropela essa lógica clássica do capitalismo competitivo, pois, como os ativos digitais e seus usuários são indissociáveis, a mobilidade dos indivíduos e das organizações fica bloqueada", criando uma dinâmica na qual "aqueles que controlam os intangíveis possuem uma capacidade sem precedentes de se apropriar do valor sem se comprometer de fato com a produção" (DURAND, 2020, p. 180).

Essa análise oferece uma base teórica para compreender o surgimento da criptocracia, entendida como uma forma de poder baseada na financeirização extrema e na concentração de controle sobre infraestruturas digitais globais. Nessa perspectiva, ativos intangíveis como as criptomoedas funcionam como instrumentos de centralização do poder em elites transnacionais, reforçando a tese de Durand sobre a transição do capitalismo para um regime de plataforma que aprofunda desigualdades estruturais e dependências sistêmicas.

Complementarmente, Sabariego e Sierra Caballero (2022) enfatizam que a tecnopolítica, entendida como o campo analítico que examina as interseções entre tecnologia, comunicação e poder cívico redefine a cultura democrática ao evidenciar como as infraestruturas digitais moldam e condicionam os regimes políticos contemporâneos. Esse enquadramento permite compreender como algoritmos e plataformas produzem o que o volume *Algoritmos* descreve como uma “hierarquia digital”, conceito desenvolvido por Antoni Gutiérrez-Rubí (2020, p. 107). Como o autor argumenta, figuras de grande influência tecnofinanceira, como Elon Musk e Donald Trump, utilizam estrategicamente ambientes digitais para manipular narrativas públicas e reconfigurar a esfera cívica, contribuindo para a erosão da democracia deliberativa. Na formulação de Gutiérrez-Rubí, “a datacracia não é democracia” (2020, p. 109), destacando que a lógica algorítmica orientada por dados substitui critérios de participação cidadã por métricas de visibilidade, influência e perfilamento comportamental. Assim, o apoio dessas elites às criptomoedas pode ser interpretado como uma estratégia tecnopolítica de consolidação de uma criptocracia: um regime de poder cívico mediado, condicionado e controlado por sistemas algorítmicos e infraestruturas financeiras digitais, distante dos ideais de soberania popular e participação democrática.

Desse modo, a criptocracia rompe com a lógica do capitalismo de plataforma ao deslocar o eixo de acumulação e controle das camadas de intermediação (plataformas) para as próprias infraestruturas digitais basilares de troca de valor na internet: os *protocolos criptográficos*. Enquanto o capitalismo de plataforma opera por meio da mediação centralizada e da captura de dados, a criptocracia instaura um regime de soberania algorítmica no nível infraestrutural, onde o poder não reside

apenas na intermediação, mas na governança e na propriedade dos protocolos que definem as regras de circulação de valor. Nesse novo patamar, a dominação não se exerce apenas pela plataforma dos serviços, mas pela feudalização dos próprios protocolos que constituem a base técnica da economia digital, consolidando uma forma inédita de poder, descentralizado na arquitetura, mas concentrado na governança, que reconfigura radicalmente as relações entre Estado, mercado e sociedade.

A criptocracia, portanto, confirma a transição efetuada do capitalismo de plataforma para o tecnofeudalismo, na medida em que materializa a passagem de um modelo baseado na intermediação de serviços para um regime de controle infraestrutural, onde a governança algorítmica e a propriedade dos protocolos substituem a concorrência de mercado pela dominação técnica. Como argumenta Varoufakis (2024, p. 5), “o capitalismo está agora morto (...) substituído por algo fundamentalmente diferente, que chamo de tecnofeudalismo”. A criptocracia é a expressão máxima dessa mutação, pois transfere a soberania econômica para as mãos de uma elite tecnocrática que controla os meios de produção digital em nível protocolar.

Este processo consolida a transição do capitalismo de plataforma para o tecnofeudalismo em sentido amplo, indicando que não nos encontramos mais em fase de transição, mas sim estabelecidos em uma nova ordem tecnofeudal. A análise de Durand (2020) sobre como “a essa estrutura particular de custos acrescenta-se uma relação de dependência própria do mundo dos Big Data e dos algoritmos, na qual indivíduos e organizações consentem em ceder seus dados em troca dos efeitos úteis que os algoritmos lhes fornecem” (2020, p. 184), ganha contornos ainda mais radicais com a criptocracia.

Esta eleva a dominação ao nível dos protocolos basilares da internet, consumando a feudalização digital ao estabelecer que a riqueza e o poder não derivam mais primordialmente da produção ou da intermediação, mas do controle privado sobre as infraestruturas algorítmicas que regulam o valor em si. Se o capitalismo de plataforma representava uma fase intermediária de concentração, a criptocracia coroa esta trajetória ao institucionalizar a acumulação mediante renda

digital, o controle oligárquico dos protocolos e a servidão dataficada dos usuários como norma consolidada, e não como tendência emergente. Vivemos, portanto, não à beira, mas no interior pleno do tecnofeudalismo.

A criptocracia é a evidência definitiva de que o capitalismo, como modo de organização econômica hegemônico, foi suplantado por uma lógica feudal-digital, na qual a soberania reside nos *senhores da nuvem* e seus feudos algorítmicos. Estes novos soberanos não controlam apenas mercados ou dados, mas os próprios protocolos basilares que regem a criação e a circulação de valor na internet. Neste regime, a acumulação não emana primariamente da produção material ou da intermediação financeira tradicional, mas da renda extrativa gerada pelo controle oligárquico sobre a infraestrutura digital, confirmando a transição para um tecnofeudalismo onde usuários são reduzidos a servos dataficados e o poder é exercido por uma tecnocracia transnacional.

2.3 Tecnofeudalismo e a Nova Hierarquia Digital Global

O paradigma do tecnofeudalismo consolida uma hierarquia global na qual um oligopólio de plataformas composto por Meta, Google, Amazon, Apple e Microsoft atua como um verdadeiro senhorio digital, controlando infraestruturas essenciais, fluxos de dados e os próprios meios de interação social no Ocidente. A presença de seus CEOs na posse de Donald Trump em 20 de janeiro de 2025 reforça simbolicamente essa centralidade, evidenciando a aproximação entre o poder político tradicional e as corporações que hoje detêm o controle material e informacional da esfera pública digital. À medida que os Estados nacionais veem sua capacidade regulatória esvaziada, essas empresas consolidam um regime de governança privada, no qual decisões fundamentais sobre circulação de informação, modulação da atenção, monetização da vida social e até mesmo critérios de verdade são tomadas em escritórios corporativos, sem escrutínio público e sem qualquer participação democrática. Trata-se de um arranjo que desloca a soberania para atores tecnocorporativos, aprofundando a assimetria entre cidadãos, governos e plataformas e constituindo o núcleo de poder característico do tecnofeudalismo.

Varoufakis (2024) descreve os proprietários do capital nuvem como uma "nova classe de senhores feudais", à qual os detentores do capital tradicional se tornam vassalos (2024, p. 6). Essa dinâmica consolida o poder de elites transnacionais, exemplificada pela atuação de Elon Musk, cuja aquisição do Twitter ilustra a formação de feudos digitais (VAROUFAKIS, 2024, p. 6), processo acelerado pela reeleição de Trump em 2024 através de políticas pró-criptomoedas. O autor sustenta que o "capital da nuvem" redefiniu radicalmente o poder econômico ao demonstrar que "a mutação do capital naquilo que chamo de capital nuvem demoliu os dois pilares do capitalismo: os mercados e os lucros", pois "o lucro e os mercados foram expulsos do epicentro do nosso sistema econômico e social, empurrados para as suas margens e substituídos" (VAROUFAKIS, 2024, p. 6-7). Esta nova hierarquia digital global materializa-se na influência de Elon Musk, cuja promoção de criptomoedas, aliada à ascensão de Trump, reforça a concentração de poder em elites transnacionais que operam em escala planetária, substituindo a lógica capitalista competitiva pela extração de renda digital em feudos algorítmicos globais.

Nesse novo feudo algorítmico global, os seres humanos, reduzidos a usuários (produtores e consumidores de dados), trabalham gratuitamente para alimentar os sistemas de inteligência artificial e publicidade direcionada, sem compartilhar os lucros gerados por sua própria atividade digital²³. A extração de valor, nesse sentido, assemelha-se à lógica medieval do camponês que cultiva a terra do senhor, mas aqui a colheita é de datapoints e a servidão é voluntária — ainda que inconsciente.

O diagnóstico de Loïc Wacquant (2003) sobre a "nova gestão da miséria" oferece um ponto de interpretação central para compreender a ascensão da criptocracia. Ao analisar o Estado neoliberal norte-americano, Wacquant demonstra que a retração das políticas sociais é acompanhada de uma expansão paralela e agressiva do aparato policial, judicial e carcerário, um processo no qual o Estado "centauro" se torna liberal para os poderosos e punitivo para os pobres

²³ Diante desse cenário, surge uma questão ética urgente: se os dados são o novo 'capital', por que sua governança não pode ser coletiva? Uma alternativa viável seria a substituição desse modelo extrativista por uma DAO (Organização Autônoma Descentralizada) de governança democrática, onde os usuários, como co-proprietários dos dados, decidissem como eles são usados e como os lucros são distribuídos. Assim, em vez de servos do algoritmo, seríamos soberanos de uma economia digital verdadeiramente colaborativa.

(WACQUANT, 2003, p. 64–65). A criptocracia reproduz essa lógica em escala digital: sob a retórica da liberdade e da descentralização, emerge um regime de governança que desloca a proteção pública e a mediação institucional para mecanismos automatizados de vigilância, auditoria e disciplinamento inscritos no próprio código. Trata-se de uma reengenharia tecnopolítica que, assim como o Estado neoliberal descrito por Wacquant, substitui a solidariedade coletiva por formas sofisticadas de controle individualizado.

A ascensão das criptomoedas e dos contratos inteligentes intensifica esse movimento ao instituir economias paralelas governadas por uma racionalidade tecnofeudal: a governança torna-se automática, a fiscalização descentralizada e o controle incorporado à própria infraestrutura. Contudo, longe de promover emancipação, tais dispositivos transferem poder para novos intermediários, desenvolvedores de protocolos, grandes detentores de tokens e plataformas de staking, que passam a operar como gestores privados da ordem digital. Assim, a promessa de descentralização encobre uma reconcentração de riqueza e autoridade nas mãos de uma tecnocracia financeirizada, reatualizando no espaço digital os mecanismos de desigualdade estrutural que Wacquant identifica como centrais na produção contemporânea da marginalidade urbana.

Esta hierarquia emergente torna-se evidente na atuação de figuras como Musk e Trump, que instrumentalizam as criptomoedas para expandir seu domínio digital, corroborando a tese central dos autores sobre o tecnofeudalismo. Como alerta Zuboff (2019, p. 83), "o que é crucial, agora, é identificarmos essa nova forma de capitalismo em seus próprios termos e em suas próprias palavras", destacando a urgência de "desmascarar as tendências dessas novas criações, uma vez que elas aumentam a desigualdade, intensificam a hierarquia social, exacerbam a exclusão, usurpam os direitos e despem a vida pessoal daquilo que a torna pessoal". O desafio que se coloca, portanto, é decisivo: "Se é para o futuro digital ser o nosso lar, então cabe a nós torná-lo o nosso lar. E precisaremos saber. E precisaremos decidir. E precisaremos decidir quem decide. Essa é a nossa luta por um futuro humano".

Se, no feudalismo clássico, a riqueza era medida em terras e lealdades, no tecnofeudalismo ela se traduz em patentes, datasets exclusivos e controle sobre APIs. A resistência a esse sistema exigirá não apenas regulação estatal, mas a reinvenção de modelos de propriedade coletiva de dados e a disputa por soberania tecnológica — um desafio tanto político quanto epistêmico²⁴.

2.4 Criptomoedas como Mecanismo de Poder Tecnofeudal

Apesar de seu discurso libertário e sua retórica de descentralização, as criptomoedas não escapam à lógica do tecnofeudalismo, antes, tornam-se um de seus mecanismos mais sofisticados. Sob o véu da autonomia algorítmica e da suposta neutralidade dos smart contracts, consolida-se uma estrutura de poder na qual novos senhores digitais, whales²⁵, fundos de investimento e desenvolvedores de protocolos controlam os fluxos de valor e governança, reproduzindo hierarquias tão rígidas quanto as do sistema financeiro tradicional.

Diante da falsa promessa de descentralização, as criptomoedas têm, na prática, concentrado poder em estruturas que se assemelham a feudos digitais, conforme demonstrado nos capítulos anteriores. Essa dinâmica ajuda a explicar o apoio de Elon Musk a Donald Trump: longe de democratizar o acesso a moedas como o Bitcoin, tal aliança fortalece o controle de uma elite tecnológica, os chamados *cloudalistas* (VAROUFAKIS, 2024, p. 6). Como observa Varoufakis (2024, p. 88), “como todo o capital desde o início do capitalismo, o capital da nuvem pode ser pensado como uma vasta máquina de produção e de modificação de comportamento”; porém, logo em seguida, o autor adverte que “é aí que termina a semelhança entre o capital terrestre e o capital na nuvem e onde começa a diferença entre os capitalistas convencionais e os *cloudalistas*”. Essa distinção revela que o tecnofeudalismo não apenas desloca os mecanismos de produção de valor, mas redefine a própria estrutura de poder econômico, concentrando autoridade em um

²⁴ Contudo facilmente traduzido em tecnologia voltada para a soberania digital.

²⁵ Whale (baleia) é um termo do mercado de criptomoedas para designar investidores ou entidades que detêm grandes quantidades de um ativo digital, capazes de influenciar significativamente seu preço e liquidez.

grupo reduzido de gestores algorítmicos que controlam plataformas, infraestruturas e redes inteiras.

Um paradoxo central do ecossistema criptofinanceiro reside na disjunção entre sua infraestrutura técnica e sua intermediação econômica. Embora a tecnologia blockchain seja inerentemente descentralizada e opere em redes ponto a ponto (P2P), o acesso a ela é amplamente mediado por plataformas profundamente centralizadas, como Binance e Bybit. Essas entidades concentram a custódia de fundos, a execução de ordens e a governança de mercado, atuando como gargalos oligopolísticos dentro de um sistema que se propunha a ser distribuído. Essa contradição evidencia que a descentralização tecnológica, por si só, não garante a distribuição de poder econômico e político — poder este que acaba sendo capturado por novas formas de centralização corporativa.

Como alertam Acemoglu e Johnson (2023, p. 303):

Na ausência de poderes compensatórios, as tecnologias digitais foram engolfadas por uma nova utopia digital, que elevou o uso de software e de máquinas a um instrumento para fortalecer empresas e marginalizar o trabalho. Soluções digitais impostas de cima para baixo pelos líderes tecnológicos passaram a ser consideradas, quase por definição, como estando alinhadas ao interesse público. No entanto, o que a maioria dos trabalhadores recebeu foi algo muito mais distópico: perderam seus empregos e seus meios de subsistência.

Esse fenômeno não ocorre num vácuo social: ele se ancora na reconfiguração do Estado contemporâneo. Wacquant (2003, p. 79) observa que, “no clima de revanche social e racial que se instalou [...] a prisão retorna ao primeiro plano, pois ela se oferece como um meio simples e direto de restaurar a ordem, inseparavelmente econômica, moral e racial”, papel que se intensifica sob o neoliberalismo, quando “o encarceramento reafirma seu papel de panacéia diante da ascensão da insegurança social”.

Essa lógica sugere que as criptomoedas, longe de cumprir a promessa de democratização financeira, podem ser apropriadas por elites para reforçar desigualdades estruturais. O resultado potencial não é a liberdade financeira universal, mas a instauração de um verdadeiro “apartheid digital”, no qual o acesso e o controle sobre os recursos são segregados. Na criptocracia, essa exclusão se

materializa por barreiras técnicas, econômicas e cognitivas, que reproduzem e amplificam as vulnerabilidades das populações historicamente marginalizadas.

Este movimento em direção ao que Varoufakis (2024) caracteriza como tecnofeudalismo, no qual o "capital da nuvem" substitui o lucro tradicional pela lógica extrativa do "aluguel na nuvem", não emerge do vazio. Suas raízes podem ser rastreadas até os ideais originais do movimento cypherpunk, que, conforme Hughes (1993), defendia que "Cypherpunks escrevem código" como ato de resistência pela privacidade, promovendo software livre como instrumento de emancipação. No entanto, observa-se uma profunda ironia histórica: essas ferramentas técnicas concebidas para descentralizar o poder são progressivamente cooptadas para servir a estruturas de concentração de autoridade. A ascensão do tecnofeudalismo é, assim, precedida por um contexto mais amplo de autoritarismo digital, no qual os próprios instrumentos da descentralização convertem-se em vetores de uma nova centralização pela sua narrativa, potencializando, através de seu código originalmente antiautoritário, as exclusões sociais já em curso.

Nessa mesma linha, Durand (2020) argumenta que:

É inegável que as empresas transnacionais ampliaram de forma considerável seu domínio sobre as sociedades contemporâneas, ressaltando que não se trata de uma questão de tamanho, mas de que, com a telemática, os direitos de propriedade intelectual e a centralização dos dados, exerce-se um controle muito mais rígido tanto sobre os territórios quanto sobre os indivíduos (DURAND, 2020, p. 6).

Complementarmente, Zuboff (2019) demonstra que, sob o capitalismo de vigilância, "muitas das práticas definidas como monopolistas na realidade agem como meios de açambarcar suprimentos de matéria-prima derivados dos usuários", onde "não há um preço monetário a ser pago pelo usuário, apenas uma oportunidade para a companhia de extrair dados" (2019, p. 168). Esse mecanismo de extração comportamental pode ser perfeitamente estendido ao universo cripto, onde o apoio aberto de Musk e Trump às criptomoedas as transforma em ferramentas sofisticadas de controle e vigilância algorítmica. Ao promoverem criptoativos sob o discurso da liberdade financeira, esses atores na realidade consolidam infraestruturas de monitoramento e acumulação de dados transacionais, aprofundando as assimetrias de poder inerentes ao tecnofeudalismo através de

novas formas de extração de valor comportamental mediadas por protocolos blockchain.

A promessa inicial das criptomoedas era a de um sistema monetário democrático, livre da intermediação bancária e da manipulação estatal. No entanto, o que emergiu foi um ecossistema marcado por:

1. Concentração de Riqueza e Influência: Uma pequena parcela de endereços (os whales) detém grande parte dos tokens em circulação, permitindo-lhes manipular mercados, votar em mudanças de protocolo e ditar as regras do jogo. Em redes supostamente descentralizadas como Bitcoin e Ethereum, a mineração e o staking são dominados por pools e corporações, criando uma aristocracia de validadores.
2. Extrativismo de Dados²⁶ e Liquidez: Plataformas de DeFi²⁷ (finanças descentralizadas) e CEXs (corretoras centralizadas) monetizam a atividade dos usuários por meio de taxas, front-running e exploração de dados comportamentais — uma dinâmica que ecoa o capitalismo de vigilância, agora aplicado ao universo cripto.
3. Governança Oligárquica: Os sistemas de DAO^{28,29} (Organizações Autônomas Descentralizadas), em teoria democráticos, na prática são controlados por aqueles com maior quantidade de tokens, transformando o "um token, um voto" em uma plutocracia algorítmica³⁰.

²⁶ Extrativismo de dados é a prática de coletar e monetizar dados de usuários em larga escala sem compensação adequada ou controle sobre o uso desses dados.

²⁷ DeFi refere-se a um ecossistema de aplicações financeiras baseadas em blockchain que operam sem intermediários centralizados, como empréstimos, swaps e seguros, usando contratos inteligentes.

²⁸ DAO é uma organização gerida por regras codificadas em contratos inteligentes, onde as decisões são tomadas coletivamente pelos detentores de tokens de governança, sem uma autoridade central.

²⁹ Essa dinâmica de concentração de poder é empiricamente corroborada por Fritsch, Muller e Wattenhofer (2022), que analisaram a distribuição de poder de voto em DAOs como Compound, Uniswap e ENS. Os autores constataram que o coeficiente de Gini da distribuição de tokens entre delegados era superior a 0,98 em Compound e Uniswap, e o coeficiente de Nakamoto, que mede o número mínimo de atores necessários para controlar a maioria dos votos era de apenas 8 para Compound e 11 para Uniswap. Isso evidencia que, apesar da retórica de descentralização, na prática, o poder de governança está altamente concentrado em poucos atores, reproduzindo estruturas de dominação análogas às do capitalismo tradicional.

³⁰ Plutocracia é um sistema de governo no qual o poder é exercido pelos mais ricos. No contexto cripto, refere-se à concentração de poder de governança em mãos de grandes detentores de tokens (whales).

Além disso, o surgimento de stablecoins³¹ lastreadas em dólar (como \$USDT e \$USDC) insere a dependência do sistema financeiro tradicional, enquanto projetos de CBDCs³² (moedas digitais de bancos centrais) ameaçam fundir o controle estatal com a vigilância corporativa, criando um panóptico monetário.

Nesse contexto, as criptomoedas não configuram uma ruptura com o tecnofeudalismo, mas sim uma transição para uma nova fase: a da financeirização algorítmica³³, na qual o poder não se limita à posse de dados, mas se estende ao controle dos meios de circulação de valor. Essa dinâmica pode ser lida à luz da noção de servidão voluntária, de Étienne de La Boétie ([1576] 2009), que descreve a disposição dos indivíduos a consentir com sua própria submissão diante de autoridades que prometem proteção ou benefícios simbólicos. De maneira semelhante, os usuários do ecossistema cripto acreditam estar exercendo autonomia financeira, mas acabam por sustentar, com trabalho, dados e capital, estruturas centralizadas de extração de riqueza.

Assim, a promessa de descentralização no universo cripto pode ser entendida como um dispositivo ideológico que mascara a concentração crescente de poder em mãos de elites tecnocráticas e financeiras, reproduzindo, sob novas roupagens digitais, a lógica da servidão voluntária e da captura estrutural.

Segundo Varoufakis (2024), "toda grande transformação traz consigo um novo tipo de crise", da mesma forma que a agricultura gerou epidemias e o capitalismo produziu depressões econômicas, "o tecnofeudalismo está a aprofundar fontes de instabilidade pré-existentes e a transformá-las em novas ameaças existenciais", sendo que fenômenos como a Grande Inflação pós-pandemia "não podem ser devidamente compreendidos fora do contexto do tecnofeudalismo" (2024, p. 130). Essa perspectiva é crucial para desvelar como as criptomoedas, promovidas por Musk no contexto eleitoral de 2024, operam como ferramentas de controle tecnofeudal ao invés de instrumentos de descentralização. A promessa

³¹ Stablecoin é uma criptomoeda lastreada em um ativo estável, como moeda fiduciária (ex.: dólar) ou ouro, com o objetivo de minimizar a volatilidade. Exemplos: \$USDT, \$USDC, \$USD1.

³² "Uma Moeda Digital do Banco Central surge como uma resposta potencial à ascensão das criptomoedas, buscando manter o controle monetário" (ALMEIDA, 2019, p. 32).

³³ Financeirização algorítmica descreve a automação e intensificação da lógica financeira por meio de algoritmos e protocolos digitais, expandindo a extração de valor para novas esferas.

emancipatória do universo cripto revela-se, assim, um sofisticado dispositivo ideológico que camufla a reconcentração de poder nas mãos de elites tecnocráticas, atualizando sob roupagens digitais a lógica da servidão voluntária: enquanto os usuários acreditam estar aderindo a um projeto libertário, na realidade alimentam estruturas de exploração estrutural que convertem sua participação em fonte de acumulação algorítmica para os novos senhores feudais digitais.

A tecnologia blockchain, ao possibilitar registros imutáveis e descentralizados, suscita questionamentos fundamentais sobre sua capacidade de transformar estruturas de poder consolidadas. Contudo, sua implementação concreta frequentemente reforça dinâmicas centralizadoras, contradizendo seu potencial emancipatório original. Como observa Szostek (2019, p. 25), "a tecnologia, especialmente em sua convergência na economia digital" e "novidades tecnológicas de ponta, como tokens e a chamada tokenização de ações, ICOs, contratos inteligentes, criptomoedas, incluindo o Bitcoin, tecnologias de registro distribuído (DLT) e blockchains" representam instrumentos que "podem substituir ou já substituíram a lei em muitos contextos". Esta substituição de mecanismos legais por artefatos técnicos evidencia uma transição paradigmática em que "as ferramentas tecnológicas mais recentes certamente transformaram o comportamento humano e as formas de concluir e executar acordos, introduzindo novos instrumentos antes inexistentes, como os tokens, que funcionam como um substituto moderno para instrumentos jurídicos tradicionais". Esta percepção revela a contradição essencial inerente à blockchain: enquanto sua arquitetura promete redistribuir poder, sua aplicação prática frequentemente reproduz hierarquias mediante a codificação tecnológica de relações assimétricas. O desafio central, portanto, consiste em desmontar a narrativa hegemônica de emancipação tecnológica para desvelar o tecnofeudalismo que se oculta sob a arquitetura aparentemente neutra dos protocolos criptocráticos.

3 Donald Trump, Elon Musk e a Exploração das Criptomoedas no Contexto Estatal

A reeleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2024 consolidou uma nova fase na relação entre poder político e tecnologia digital. Mais do que um apoio simbólico às criptomoedas, sua aliança com Elon Musk resultou em medidas concretas que ampliaram a influência de grandes corporações no mercado financeiro digital. Este capítulo analisa como essa relação se traduziu em ações políticas, incluindo a regulamentação favorável às criptomoedas, o uso de ativos digitais para financiar campanhas e a manipulação de mercados por meio da criação de memecoins associadas a figuras políticas. Após sua reeleição em 2024, Trump nomeou Musk para liderar o recém-criado Departamento de Eficiência Governamental (DOGE³⁴), refletindo uma colaboração estreita entre governo e tecnologia.

A família Trump também incorporou criptoativos em suas estratégias políticas, lançando memecoins como \$TRUMP³⁵ e \$MELANIA. Esses ativos digitais apresentaram uma valorização expressiva logo após o lançamento, impulsionados pela forte adesão de apoiadores e especuladores do mercado. No entanto, essa valorização inicial foi seguida por quedas abruptas, resultando em perdas significativas para investidores que adquiriram os tokens no pico do preço. Especialistas apontam que esse comportamento é característico de esquemas especulativos conhecidos como pump-and-dump³⁶, em que o valor do ativo é artificialmente inflado antes de uma liquidação massiva, prejudicando investidores de varejo (WILSON; CONLIN, 2025; MONEY TIMES, 2025; TRM LABS, 2025).

³⁴A sigla DOGE, escolhida para o Departamento de Eficiência Governamental, gerou um hype significativo no mercado de criptomoedas, especialmente ao evocar a memecoin Dogecoin (\$DOGE), promovida por Elon Musk, cujo preço saltou até 24,6% após o anúncio de Trump em novembro de 2024, alcançando níveis não vistos desde 2021.

³⁵ Apropriando-se dessa lógica, Rosa (2019, p. 42) observa que a extrema-direita brasileira opera através de uma “guerra cultural digital permanente”, na qual memes (memecoins?), fake news e espetáculos online tornam-se armas políticas. Nesse contexto, as *memecoins* emergem como uma ferramenta financeira e cultural desse ecossistema, transformando o humor e a influência política em ativos especulativos que reforçam comunidades e financiam agendas, aprofundando a metáfora da guerra cultural no âmbito econômico.

³⁶ Pump-and-Dump (Inflar e Liquidar):** Esquema fraudulento no qual o preço de um ativo (como uma criptomoeda ou ação de baixo valor) é artificialmente inflado ("pump") por meio de recomendações falsas e exageradas, frequentemente disseminadas em redes sociais e fóruns online. Uma vez que o preço atinge um pico, os organizadores do esquema vendem suas participações maciçamente ("dump"), lucrando com o valor inflado e deixando investidores tardios com perdas substanciais.

A Trump Coin (\$TRUMP) foi lançada em 17 de janeiro de 2025, apenas três dias antes da posse de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. Inicialmente, sua legitimidade foi alvo de especulações, até que o próprio Trump oficializou o lançamento por meio de suas contas nas redes sociais X e Truth Social (<https://truthsocial.com/>) (WILSON; CONLIN, 2025; MONEY TIMES, 2025). Apresentada como o "único meme oficial de Trump", a criptomoeda rapidamente ganhou notoriedade no mercado, atraindo um grande volume de investimentos.

Logo após seu lançamento, a Trump Coin experimentou uma valorização expressiva, atingindo um pico de US\$ 14,5 bilhões em valor de mercado em 19 de janeiro de 2025, na véspera da cerimônia de posse presidencial. No entanto, apesar do crescimento inicial, a moeda sofreu uma desvalorização significativa em pouco tempo, perdendo cerca de dois terços do seu valor original. Esse fenômeno gerou especulações sobre possíveis manipulações de mercado, conforme especialistas em blockchain (TRM LABS, 2025).

Apesar da volatilidade, a criptomoeda \$TRUMP consolidou-se como uma das principais memecoins do mercado, alcançando uma capitalização de aproximadamente US\$ 15 bilhões e figurando entre as 20 maiores criptomoedas globais. Após atingir um pico de US\$ 75,35, o ativo sofreu uma correção para cerca de US\$ 50, evidenciando a volatilidade característica desse tipo de investimento. No entanto, a criptomoeda manteve-se acima de 50% de seu preço inicial, demonstrando resiliência no mercado especulativo (MONEY TIMES, 2025).

A estrutura da criptomoeda \$TRUMP levantou questões éticas significativas devido à concentração de tokens em entidades afiliadas a Donald Trump. Do total de 1 bilhão de tokens emitidos, 800 milhões (80%) foram alocados para a CIC Digital LLC, uma afiliada da Trump Organization. Esses tokens reservados foram bloqueados por períodos de três a 12 meses, seguidos por um cronograma de desbloqueio gradual diário ao longo dos 24 meses subsequentes. Essa concentração gerou debates sobre potenciais conflitos de interesse e práticas de mercado, uma vez que tais entidades possuem influência significativa sobre o mercado da criptomoeda (TRM LABS, 2025).

Análises forenses indicaram que, enquanto a empresa de Trump e seus parceiros lucraram cerca de US\$ 100 milhões em taxas de negociação, mais de 813.000 carteiras de investidores acumularam perdas totais de aproximadamente US\$ 2 bilhões. Esses dados levantam preocupações sobre a equidade e transparência do projeto, evidenciando riscos significativos para investidores, especialmente aqueles sem experiência no mercado de criptomoedas (WILSON; CONLIN, 2025).

Na Argentina, o presidente Javier Milei promoveu a criptomoeda \$LIBRA, que, após um aumento inicial de valor, sofreu uma queda drástica, resultando em perdas significativas para investidores e desencadeando investigações criminais e ações coletivas. Essas iniciativas evidenciam uma tendência crescente entre líderes políticos da extrema-direita em utilizar criptomoedas como ferramentas estratégicas para mobilização e financiamento político. No Brasil, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro lançaram a Patriota Coin, uma memecoin inspirada em iniciativas semelhantes de figuras políticas internacionais (VENEGAS, 2025).

O colapso dessas criptomoedas está associado a um fenômeno conhecido como “rug pull”, um tipo de golpe financeiro no mercado cripto. Nesse esquema, os criadores de um ativo digital promovem intensamente a criptomoeda, muitas vezes vinculando-a a figuras públicas influentes para atrair investidores. Com a entrada massiva de novos compradores, o valor do ativo sobe rapidamente, criando uma falsa sensação de valorização sustentável. No entanto, após essa alta artificial, os desenvolvedores ou detentores majoritários retiram seus fundos abruptamente, vendendo grandes quantidades de tokens e provocando um colapso súbito nos preços. Como resultado, investidores comuns ficam com ativos severamente desvalorizados ou até mesmo sem valor, enquanto os idealizadores do projeto lucram com a especulação gerada. Esse tipo de manipulação financeira tem se tornado um problema recorrente no mercado cripto, especialmente em projetos sem regulamentação e transparência adequadas (BAZAN, 2025; LEE MAIMAI, 2025).

A adoção dessa estratégia por figuras políticas amplia seu impacto, pois a credibilidade associada a líderes conhecidos atrai uma base maior de investidores, incluindo apoiadores e eleitores que enxergam essas moedas como um símbolo

político. Além disso, a falta de regulamentação no setor cripto permite que essas operações ocorram sem grandes obstáculos legais, reforçando o risco de manipulação e prejuízos financeiros generalizados (MORAIS; FALCÃO, 2019).

Líderes políticos da extrema-direita global têm explorado o mercado de criptomoedas para promover suas agendas políticas e econômicas, levantando debates sobre ética, regulação e os impactos sociais dessas iniciativas. Originalmente associadas à descentralização financeira e à autonomia individual, as criptomoedas têm sido instrumentalizadas em estratégias de poder que favorecem grandes corporações e reforçam agendas neoliberais radicais, contrastando com políticas de bem-estar adotadas por países em desenvolvimento (HADJADJI, 2023) (FERRERO, 2021).

O paradoxo histórico de que tecnologias disruptivas são mobilizadas para conservar estruturas de dominação tem intensificado debates sobre a necessidade de novos marcos regulatórios globais. Esses marcos devem contemplar as dimensões éticas e os impactos sociais dessa nova economia política digital (DURAND, 2020, p. 6). Nesse contexto, Zuboff (2019, p. 25) adverte que "o capitalismo de vigilância não está mais confinado ao drama competitivo de grandes empresas da internet", pois "seus mecanismos e imperativos econômicos tornaram-se o modelo-padrão para a maioria dos negócios que têm a internet como base". Paralelamente, a ascensão de movimentos de extrema-direita, que desafiam valores democráticos e promovem agendas conservadoras e populistas, representa uma ameaça à governança mundial. Esse fenômeno agrava os riscos do uso político das criptomoedas e consolida seu poder tecnofeudal (HERZ; SUMMA, 2024), na medida em que instrumentaliza as tecnologias descentralizadas para fins de concentração de poder e vigilância algorítmica.

Esses eventos destacam a necessidade de uma discussão aprofundada sobre a ética e a regulação das criptomoedas, especialmente quando utilizadas para promover agendas políticas que podem impactar negativamente a sociedade.

A ascensão das memecoins políticas, embora tenha potencial como ferramenta de arrecadação e engajamento eleitoral, também introduz riscos sistêmicos que podem minar a credibilidade do setor cripto e transformá-lo em um

instrumento de manipulação geopolítica. Essa nova configuração política e financeira não se restringe ao governo Trump, mas faz parte de um fenômeno global mais amplo.

A natureza tecnológica do blockchain, definido por Casey e Vigna (2018, p. 64) como "um registro distribuído, de escrita apenas aditiva, composto por transações assinadas de forma verificável, encadeadas sequencialmente e protegidas criptograficamente, que é replicado por uma rede de nós computacionais, com atualizações contínuas determinadas por um mecanismo de consenso controlado por software", cria uma estrutura descentralizada e resistente à regulação estatal que permite a circulação de capitais privados entre países sem rastreamento efetivo. Essa arquitetura técnica possibilita a expansão de lobbies políticos e financeiros além do escopo da supervisão tradicional, facilitando o financiamento de campanhas políticas, a influência em políticas públicas e o suporte a movimentos ideológicos, frequentemente à margem das normas de transparência que regem o sistema financeiro convencional.

Embora os mesmos autores argumentem que essa tecnologia tenha o potencial de restaurar a confiança social através de uma "justiça distribuída", na prática sua aplicação tem servido menos para criar nova confiança e mais para corroer a já existente nas instituições tradicionais. A transferência da fidúcia para protocolos algorítmicos, longe de resolver o problema da desintermediação, acaba por agravar os desafios éticos e regulatórios, criando um déficit de responsabilização democrática onde o poder tecnocrático substitui o controle popular.

Essa natureza também torna as criptomoedas um ativo global, permitindo sua adoção em economias emergentes e em mercados altamente regulados, servindo como alternativa para sistemas financeiros convencionais e como meio de transações transfronteiriças sem a intermediação de bancos centrais ou instituições financeiras tradicionais³⁷.

Nesse contexto, as memecoins políticas não apenas representam uma nova forma de especulação digital, mas também um meio sofisticado de contornar

³⁷ Os Canais Neoclássicos e Não-neoclássicos da política monetária podem ser afetados pela ascensão das criptomoedas, alterando a capacidade de atuação dos bancos centrais (ALMEIDA, 2019, p. 25).

fronteiras nacionais, ampliando a capacidade de grupos políticos influenciarem processos democráticos e redefinindo as relações de poder na economia digital global. Essa configuração do poder digital, entretanto, não necessariamente estimula a inovação no mercado. Pelo contrário, grande parte da economia digital tornou-se refém de criptomoedas altamente especulativas, que, em vez de viabilizarem um sistema genuinamente acessível, alimentam ciclos de volatilidade e concentração de riqueza. Além disso, muitos desses ativos digitais foram estruturados com mecanismos que favorecem práticas desleais, resultando em prejuízos significativos para investidores desavisados (VASUDEVAN, 2023).

O envolvimento de personalidades políticas de grande visibilidade nesse tipo de prática torna o fenômeno ainda mais alarmante. A credibilidade associada à fé pública dessas figuras amplifica o alcance dessas operações, atraindo investidores que confiam em sua influência e aparente legitimidade. Por exemplo, o presidente argentino Javier Milei promoveu a criptomoeda \$LIBRA, que, após um aumento inicial de valor, sofreu uma queda drástica, resultando em perdas significativas para investidores e desencadeando investigações criminais e ações coletivas (CADENA SER, 2025).

A promoção de criptomoedas por figuras influentes como Donald Trump e Elon Musk explora as lacunas jurídicas decorrentes da ausência de uma definição legal clara para *blockchains públicas*. Essa ambivalência gera um ambiente de incerteza regulatória, particularmente perigoso em um mercado de rápida expansão e alto risco (SZOSTEK, 2019, p. 42). Como observa Szostek, “Muitos Estados têm demonstrado uma postura bastante séria em relação ao tema e ao modo de utilização das blockchains, algo visível nas regulamentações jurídicas mais recentes que tratam do assunto ou que incorporam definições de blockchains ou registros distribuídos”. A Lei HB2417 do Arizona é citada como exemplo paradigmático, pois não apenas “fornece uma definição da tecnologia de “blockchain”, mas também “especifica algumas das consequências decorrentes de seu uso”, demonstrando a tentativa de trazer segurança jurídica a um domínio tecnológico ainda fluido.

Nesse vácuo regulatório, consolida-se um fenômeno que pode ser designado como o “Toque de Midas”. Diferentemente do mito clássico, em que o rei

transformava em ouro tudo o que tocava, essa versão contemporânea converte notoriedade e capital político diretamente em ativos financeiros. O mecanismo opera pela manipulação das percepções de valor: a simples associação de uma personalidade de grande visibilidade a uma criptomoeda confere-lhe uma aura de legitimidade e credibilidade, atraindo investidores leigos para esquemas notoriamente especulativos e voláteis, como exemplo os *rug pulls*.

Esse processo viabiliza a criação de moedas digitais lastreadas primariamente em influência política, a exemplo da \$USD1, associada a Trump, que, sob o discurso da democratização financeira, na realidade reforçam estruturas de poder pré-existentes. Longe de distribuir controle, tais iniciativas consolidam soberanias algorítmicas privadas, onde o domínio sobre protocolos, dados e a própria narrativa de valor se concentra em poucos atores. Estes, por sua vez, possuem a capacidade única de explorar sua reputação, a atenção do público e, sobretudo, as brechas de um sistema regulatório ainda em construção.

Neste contexto, nota-se que a ascensão de Donald Trump ao poder, impulsionada pelo apoio ativo de Elon Musk e respaldada por grandes investidores do setor cripto, inaugura uma nova era em que as fronteiras entre política, economia e tecnologia se tornam cada vez mais permeáveis, tanto no Norte quanto no Sul Global. Essa influência vai além do uso de memecoins políticas, envolvendo também a alocação estratégica de novas tecnologias, consolidando as criptomoedas como um elemento aceito em diversos aspectos da economia e da governança digital (GUILFORD, 2024).

Essa convergência evidencia não apenas o uso estratégico de tecnologias emergentes como instrumentos de reconfiguração política, mas também a crescente influência de atores privados na definição das diretrizes econômicas globais. Grandes investidores em criptoativos, big techs, fintechs e fundos institucionais exercem um domínio significativo sobre os ecossistemas digitais, assumindo um papel central na reorganização das relações de poder contemporâneas. Como observa Vitagliano (2024), as big techs controlam tecnologias que representam riscos diretos para a democracia, influenciando processos eleitorais, padrões de consumo e dinâmicas de vigilância em escala global. Exemplos abundam: o uso de

algoritmos de segmentação política por plataformas como o Facebook nas eleições norte-americanas de 2016 e 2020 (CADWALLADR; GRAHAM-HARRISON, 2018); a atuação do X/Twitter na amplificação de hostilidades políticas durante a campanha presidencial de 2024 (PICCARDI et al., 2025; PASCUAL, 2025); a capacidade da Amazon e da Google de estabelecer “verdades operacionais” ao priorizar seus próprios produtos e controlar a arquitetura informacional (ANGWIN; LARSON, 2021; TATE, 2023; FEDERAL TRADE COMMISSION, 2023; SCHROEDER, 2014); e o poder da Meta em modular a visibilidade de movimentos sociais por meio de ajustes algorítmicos opacos, frequentemente denunciados como formas de supressão de conteúdo político, incluindo casos relacionados à Palestina (PAUL, 2021; PAUL, 2024; REUTERS, 2024). Essas práticas demonstram que o poder digital não se restringe à infraestrutura técnica, mas se manifesta como uma forma de governança privada capaz de moldar opiniões, comportamentos e até decisões estatais. Nesse contexto, o alinhamento entre elites tecnológicas e projetos políticos conservadores como a articulação entre Elon Musk e Donald Trump nas eleições de 2024 (MALLINDER, 2024; REID; LANGE, 2024), revela-se parte de uma estratégia mais ampla de captura da esfera pública por meio de plataformas digitais proprietárias.

A crescente concentração de capital especulativo, intensificada pela adoção centralizada de criptomoedas em um cenário de precariedade regulatória, acentua o risco de aprofundamento das assimetrias globais. Embora propagadas como instrumentos de distribuição de riqueza, as criptomoedas são, na prática, majoritariamente mediadas por plataformas centralizadas cujos interesses corporativos privilegiam a maximização de lucros em detrimento do empoderamento social. Este processo, que em tese poderia representar uma revolução financeira inclusiva, converte-se em um mecanismo de dependência digital que beneficia grandes conglomerados em vez de comunidades historicamente marginalizadas.

No Sul Global, onde a infraestrutura tecnológica é precária e o acesso digital profundamente desigual, essa dinâmica não apenas perpetua, mas intensifica as disparidades socioeconômicas. Como observa Siqueira (2022, p. 45), “as criptomoedas se alteram de acordo com a lei de oferta e demanda no mercado”, o que as torna “moedas altamente voláteis, sem histórico estável e sem

previsibilidade", característica que as torna particularmente danosas em contextos de vulnerabilidade econômica, onde a população possui menor capacidade de absorver riscos financeiros.

Durante a campanha presidencial de 2024, Elon Musk, CEO da Tesla, SpaceX (<https://www.spacex.com/>) e da rede social X, destacou-se não apenas como um financiador de peso, mas também como um estrategista-chave na formulação e promoção de políticas voltadas à adoção de tecnologias descentralizadas (NIK, 2024). Utilizando sua posição de liderança no setor tecnológico, Musk articulou discursos alinhados às narrativas de liberdade econômica e ruptura institucional, frequentemente evocando princípios libertários no contexto das criptomoedas.

Nesse contexto, as criptomoedas transcendem sua proposta original de alternativa financeira descentralizada, convertendo-se em instrumentos de poder estratégicos para a consolidação do domínio de elites políticas e econômicas. Esta metamorfose as transforma em ferramentas de agendas tecnopolíticas marcadamente excludentes e voláteis, habilmente manipuladas pelos cloudalistas que controlam as infraestruturas digitais. Longe de cumprirem a promessa de redução das desigualdades, esses ativos digitais terminam por ampliar as disparidades socioeconômicas globais, aprofundando o fosso entre os detentores do capital-nuvem e a população geral, que permanece à margem dos reais centros de decisão da economia digital.

Em 6 de março de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, cumpriu uma promessa de campanha ao assinar uma ordem executiva para estabelecer uma reserva estratégica de Bitcoin. Conforme análise de Lang e Mcgee (2024), essa reserva seria composta por aproximadamente 200.000 bitcoins confiscados em processos criminais e civis, permitindo sua capitalização sem custos diretos aos contribuintes. A medida, que visa consolidar a liderança global dos EUA no setor, tem sido alvo de críticas fundamentadas que apontam para sua instrumentalização política.

Analistas destacam que a iniciativa representa "a nova criptoconomia da ultradireita" (PEIRANO, 2025), na qual tecnologias descentralizadas são cooptadas

para projetos de poder personalista. Ademais, configura um caso emblemático de "conflitos de interesse entre a política e os negócios digitais" (SEISDEDOS; TASCA, 2025). Tais evidências sugerem que uma elite transnacional vem moldando ativamente o cenário das criptomoedas, levantando o questionamento central sobre se as promessas de liberdade econômica inerentes a essa tecnologia estão sendo realizadas ou, pelo contrário, instrumentalizadas para consolidar novas formas de dependência e desigualdade no sistema financeiro global. Nesse contexto, torna-se essencial investigar como as criptomoedas, enquanto tecnologia emergente, estão sendo apropriadas para atender a interesses específicos de atores hegemônicos e quais são as implicações dessa apropriação para as relações de poder globais.

3.1 O papel dos ETFs de Bitcoin na institucionalização das criptomoedas

A aprovação dos ETFs de Bitcoin pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), em janeiro de 2024, representou um divisor de águas na institucionalização das criptomoedas. Após anos de resistência regulatória, a Comissão autorizou pela primeira vez a listagem e negociação de ETFs de Bitcoin à vista, permitindo que investidores institucionais e de varejo tivessem acesso ao ativo digital por meio de fundos regulamentados em bolsa (GENSLER, 2024). O lançamento registrou um volume expressivo de US\$ 4,6 bilhões em negociações no primeiro dia, sinalizando uma forte demanda de mercado.

Um ETF (*Exchange-Traded Fund*) é um fundo de investimento negociado em bolsa que busca replicar o desempenho de um índice, commodity ou conjunto de ativos. No caso dos ETFs de Bitcoin, eles permitem que investidores tradicionais se exponham ao preço do Bitcoin sem a necessidade de armazenar diretamente o ativo digital, oferecendo assim uma via institucionalizada e regulada de participação no mercado cripto.

A decisão da SEC, conforme Gary Gensler (2024), não endossou o Bitcoin, mas foi uma adaptação pragmática às pressões do mercado e decisões judiciais. Essa aprovação simboliza a transição das criptomoedas de um espaço alternativo para o coração do sistema financeiro tradicional, integrando-as aos circuitos de

acumulação do capital global. Assim, os ETFs cristalizam a captura institucional da promessa cripto, deslocando-a para um regime de governança financeira dominado por fundos de investimento e grandes gestoras de ativos, em vez de democratizar o acesso.

A institucionalização de criptoativos, como os ETFs de Bitcoin (incluindo os propostos pela Trump Media), está intrinsecamente ligada a movimentos políticos que contestam a autoridade regulatória em nome de uma suposta soberania nacional (KESSEL, 2025). Esse fenômeno ganha contornos concretos em ações como a de plataformas digitais vinculadas a Donald Trump, que, em agosto de 2025, desafiaram ordens judiciais alegando uma 'violação da soberania dos EUA'. Essa estratégia dupla busca, por um lado, legitimar um poder digital autônomo e, por outro, criar um ambiente favorável a políticas pró-criptomoedas, como as defendidas por Elon Musk. Dessa forma, reforça-se uma perigosa articulação entre o 'tecnopoder' e narrativas de exceção soberana, em um movimento que beneficia os 'barões do cripto' e visa transformar os EUA em um centro de ativos digitais (VIANA, 2024; VIETNAM.VN, 2025).

No entanto, é crucial destacar que essa convergência ignora complexidades fundamentais. A integração de blockchains e ativos digitais no sistema financeiro tradicional, inclusive por meio de ETFs, exige, antes de tudo, uma análise jurídica minuciosa. Como alerta Szostek (2019, p. 56), a regulação desses ativos é um campo cheio de desafios, que não pode ser suplantado por retórica política. A efetiva governança desses instrumentos depende do rigor legal, e não de narrativas de exceção que buscam escapar ao escrutínio democrático.

Como alerta Benítez-Eyzaguirre (2020, p. 338), a institucionalização de tecnologias algorítmicas no acesso à informação representa uma ameaça à cultura cívica, ao ponto de que, “com as ferramentas de medição na internet, buscam-se fórmulas para a previsão dos resultados eleitorais”. A autora destaca pesquisas como a de Epstein e Robertson (2015), que demonstraram que “entre 50% e 60% dos participantes mudaram seu voto em favor do candidato que aparecia como primeiro resultado em um mecanismo de busca” e que “entre 75% e 99,5% dessas pessoas não tiveram consciência de que os resultados estavam manipulados”.

Complementando essa análise, Cardon (2012, apud Benítez-Eyzaguirre, 2020) acrescenta que os algoritmos tipificam a competição na web, esvaziando progressivamente o espaço público ao priorizar conteúdos polarizantes e facilmente manipuláveis. No contexto dos ETFs de Bitcoin, essa crítica ganha materialidade concreta: Trump e Musk utilizam tais instrumentos não para democratizar as finanças, mas para influenciar a soberania econômica e democrática por meio da manipulação algorítmica e da concentração de poder tecnofinanceiro, atualizando em escala global os mecanismos de influência identificados pelos autores e fomentando um engajamento político que reforça hierarquias digitais em detrimento da participação cidadã genuína.

A absorção de criptomoedas por veículos financeiros tradicionais, como os ETFs, consolida um modelo de tecnopolítica extrativista que, longe de cumprir as promessas de inclusão financeira e descentralização, aprofunda desigualdades e reforça hierarquias de poder existentes. Como demonstra Varoufakis (2024), o "capital de nuvem", mutação fundamental do capital tradicional, substitui o lucro produtivo pela lógica do "aluguel na nuvem" (2024, p. 6), reinstaurando uma dinâmica feudal onde a renda extraída de dados, comportamentos e protocolos digitais torna-se o motor principal da acumulação.

Neste paradigma tecnofeudal, os criptoativos institucionalizados operam como mecanismos sofisticados de extração de valor que convertem usuários em "servos digitais", alimentando involuntariamente a riqueza de uma elite transnacional de cloudalistas. Como detalha o autor, "as tecnologias que geraram o capital da nuvem provaram ser mais revolucionárias do que qualquer uma das suas antecessoras", desenvolvendo capacidades únicas: "tornou-se ao mesmo tempo um detentor de atenção, um fabricante de desejos, um impulsionador do trabalho proletário [...] e o criador de espaços de transações digitais totalmente privatizados (feudos de nuvem [...]), nos quais nem os compradores nem os vendedores desfrutam de nenhuma das opções que teriam nos mercados normais" (VAROUFAKIS, 2024, p. 93). Esta transição não apenas perpetua o domínio das Big Techs e elites financeiras, mas também corrói a soberania democrática, convertendo inovações tecnológicas potencialmente disruptivas em instrumentos de vigilância e controle centralizado.

Dessa forma, a convergência entre estratégias políticas de desafio à regulação, a influência de figuras como Musk e a financeirização de criptomoedas por meio de ETFs revela um projeto tecnofeudal já maduro. Nele, a soberania econômica é progressivamente transferida de instituições democráticas para plataformas e atores privados, que operam por meio de contratos, algoritmos e estruturas de governança opacas — um verdadeiro regime de exceção financeira e tecnológica.

De acordo com Lang e McGee (2024), a decisão de aprovar os ETFs de Bitcoin foi impulsionada pela pressão do mercado financeiro e pelo amadurecimento da infraestrutura regulatória ligada aos criptoativos. A medida beneficiou grandes gestoras como BlackRock (<https://www.blackrock.com/>), Fidelity (<https://www.fidelity.com/>) e Ark Invest (<https://www.ark-invest.com/>), que passaram a oferecer produtos atrelados ao preço do Bitcoin, permitindo que investidores apostem na valorização do ativo sem precisar adquiri-lo diretamente.

Este movimento de financeirização digital, como observa Durand (2023, p. 117), fundamenta-se numa distinção crucial entre renda e lucro: "Aritmeticamente, não há diferença: tanto a renda como o lucro equivalem ao dinheiro que sobra quando os custos são pagos. A diferença é mais subtil, qualitativa, quase abstracta: o lucro é vulnerável à concorrência de mercado, a renda não".

O autor explica que "a renda flui do acesso privilegiado a bens de fornecimento fixo", enquanto "o lucro, pelo contrário, flui para os bolsos dos empreendedores que investiram em coisas que de outra forma não existiriam", sendo esta capacidade de recriação competitiva que "torna o lucro vulnerável à concorrência".

No contexto da aliança entre Trump e Musk, os criptoativos são instrumentalizados não como ferramentas de descentralização e inovação concorrencial, mas como mecanismos de consolidação de renda digital, um fluxo de valor protegido da concorrência pelo controle oligopolístico de infraestruturas algorítmicas essenciais. Através da institucionalização via ETFs e outros veículos financeiros, estes ativos convertem-se em instrumentos de extração de renda tecnofeudal, onde o valor é capturado não pela geração de inovações produtivas,

mas pelo controle privilegiado de protocolos e plataformas que funcionam como os novos "recursos de oferta fixa" da era digital.

Além disso, Zuboff (2019, p. 415) adverte que "seria errado supor que o capitalismo de vigilância pode ser entendido somente através do prisma da ação econômica", pois "as consequências da nova lógica de acumulação já vazaram e continuam a vazar para além das práticas comerciais, penetrando na estrutura das relações sociais, alterando nossas relações com nós mesmos e entre nós". A autora descreve este fenômeno como "uma espécie invasiva que cria o próprio suprimento de comida", transformando os comportamentos humanos em matéria-prima para sua própria expansão.

Essa lógica manifesta-se concretamente no funcionamento dos ETFs de Bitcoin, onde algoritmos preditivos e bots de alta frequência operam em tempo real, capturando dados de mercado não para criar valor através da produção, mas para antecipar movimentos e extrair renda comportamental. Desta forma, a suposta democratização do acesso às criptomoedas via ETFs mascara uma dinâmica de acumulação ainda mais opaca e automatizada, onde a promessa de descentralização cede lugar à vigilância algorítmica e à extração de valor em escala industrial, consolidando a simbiose entre capitalismo de vigilância e tecnofeudalismo.

Em comunicado oficial, o presidente da SEC, Gary Gensler, esclareceu que a aprovação dos ETFs de Bitcoin não representa um endosso à criptomoeda ou a criptoativos em geral, mas sim uma resposta às decisões judiciais e ao crescente interesse do público por produtos financeiros regulados vinculados a esse mercado. Gensler também alertou sobre os riscos associados ao investimento em Bitcoin, destacando sua volatilidade, caráter especulativo e vulnerabilidade à manipulação de mercado (GENSLER, 2024).

Esses produtos financeiros representam uma "ponte" entre o sistema financeiro tradicional e o ecossistema crypto, oferecendo maior liquidez e facilitando a entrada de grandes investidores no mercado de ativos digitais. Contudo, essa aproximação também tem sido criticada por descaracterizar os princípios fundadores do Bitcoin, como a descentralização e a autonomia financeira.

3.2 Rússia e a Reserva Criptografada: O Bitcoin como Arma Geopolítica e Paradoxo Estatal

A ofensiva financeira ocidental contra a Rússia, intensificada após o início da guerra na Ucrânia em 2022, introduziu um novo patamar de sanções, caracterizado pelo congelamento de reservas internacionais, a exclusão de bancos-chave do sistema SWIFT e uma desmonetização forçada no cenário global. Conforme noticiado pela imprensa internacional, essas medidas incluíram o congelamento de aproximadamente US\$ 300 bilhões das reservas do banco central russo e a desconexão de instituições financeiras críticas da rede de pagamentos Swift (MÁXIMO, 2022). Diante desse cenário, a Rússia viu-se impelida a buscar alternativas à hegemonia do dólar, fazendo com que o Bitcoin e outras criptomoedas emergissem como mecanismos potenciais de resistência monetária.

Embora o Banco Central russo mantivesse historicamente uma postura cautelosa em relação a esses ativos, considerando-os uma ameaça à estabilidade financeira doméstica, o contexto geopolítico recente forçou uma inflexão estratégica. Em meio a sanções sem precedentes, o Bitcoin passou a ser visto não apenas como um ativo especulativo, mas como reserva de valor e instrumento viável para transações internacionais fora da órbita do dólar.

Essa mudança de perspectiva é respaldada por estudos recentes. Makhlouf & Selmi (2022) investigam os impactos da exclusão russa do SWIFT sobre as remessas internacionais, apontando que, apesar dos efeitos adversos imediatos, há sinais de adaptação por meio de mecanismos financeiros alternativos. Na mesma linha, Hudima, Dzhabrailov & Chernykh (2022) avaliam as possibilidades jurídicas de a Federação Russa utilizar criptomoedas para contornar sanções, sugerindo a existência de margem legal para tais operações. Ademais, Prokopenko (2024) analisa o desenvolvimento de um rublo digital como ferramenta para mitigar os efeitos das sanções, sobretudo aquelas vinculadas ao sistema de pagamentos internacional.

Este movimento estratégico insere-se em um quadro mais amplo de transformação do poder global, onde o tecnofeudalismo desencadeia o que

Varoufakis (2024, p. 165-166) denomina "Nova Guerra Fria" entre potências, na qual "a supremacia tecnológica e a dominação da nuvem tornaram-se os novos campos de batalha". O autor ilustra esta dinâmica com o caso emblemático das sanções à Huawei: em 2019, "o presidente Donald Trump emitiu um decreto que, com efeito, proibia a Google de permitir a utilização do seu sistema operativo Android em smartphones fabricados pela Huawei", o que representou a "expulsão da Huawei do feudo global da nuvem do Google". Esta medida, longe de ser "uma loucura trumpista" isolada, consolidou-se sob a administração Biden com "restrições abrangentes à venda de semicondutores e equipamentos de fabricação de chips para a China", configurando uma estratégia deliberada de "restringir o acesso do país a tecnologias críticas".

Neste contexto de disputa tecnogeopolítica, o uso do Bitcoin como reserva criptografada pela Rússia transcende uma mera tática financeira de curto prazo, constituindo-se como estratégia de soberania digital alinhada às dinâmicas de poder que se intensificam no cenário pós-eleição de Trump em 2024 (KALASHNIKOV, 2025). As criptomoedas emergem, assim, como instrumentos nesta batalha pela hegemonia tecnológica global, onde o controle sobre infraestruturas digitais define os novos contornos do poder no século XXI.

A Rússia adota uma posição ambígua: enquanto busca controlar o uso interno do Bitcoin para evitar evasão de capitais e descentralização financeira, permite que atores estatais e paraestatais explorem o blockchain para contornar bloqueios internacionais. Mineradoras russas, por exemplo, intensificaram a produção de Bitcoin para acumular reservas externas com liquidez global, aproveitando a vasta oferta energética do país. Kennedy et al. (2025) argumentam que a Rússia depende crescentemente de criptomoedas para sustentar seu comércio internacional e burlar sanções ocidentais.

Além disso, parlamentares russos já propuseram o uso de criptomoedas em contratos de comércio exterior, especialmente com países também afetados por sanções ocidentais, como Irã e Venezuela. Nesse contexto, o Bitcoin se transforma em uma ferramenta geopolítica, capaz de permitir à Rússia continuar operando no sistema global mesmo sob isolamento financeiro. O Ministro das Finanças, Anton

Siluanov, afirmou: "Como parte do regime experimental, é possível usar bitcoins, que mineramos aqui na Rússia³⁸, em transações de comércio internacional" (REUTERS, 2024). Ele acrescentou que "essas transações já estão ocorrendo" e devem ser expandidas.

Contudo, o governo de Vladimir Putin mantém sua crítica à descentralização absoluta. Reconhecendo o valor estratégico do Bitcoin, o Kremlin busca submetê-lo à lógica estatal. Em 2023, o Ministério das Finanças propôs uma regulação que permitia o uso de Bitcoin apenas por empresas autorizadas e em condições específicas de exportação e importação. A lógica é clara: aproveitar a transação transfronteiriça do BTC sem abrir mão do controle centralizado do capital interno. Essa estratégia foi explicitada pelo Ministro das Finanças, Anton Siluanov, que afirmou que "a Rússia já está usando bitcoin no comércio exterior" (REUTERS, 2024)

Esse paradoxo russo em relação ao Bitcoin, desejar a liberdade do código para enfrentar o Ocidente, mas manter a dominação sobre ele, revela a tensão entre soberania nacional e soberania digital. O Bitcoin criado como forma de empoderamento descentralizado, é instrumentalizado por Estados autoritários como arma tática e reserva de emergência, enquanto seu espírito libertário é neutralizado por regulamentações estatais rígidas. Essa instrumentalização contradiz a visão de Nakamoto (2008, p. 1), que via a criptomoeda como uma forma de "transferência eletrônica direta entre duas partes sem a necessidade de uma instituição financeira confiável".

Cassino et al. (2024, p. 30-31) destacam que o colonialismo de dados consolida um "mundo bipolar, sendo EUA e China as duas principais potências antagônicas" na reorganização geopolítica contemporânea. Os autores observam que, enquanto "a produção industrial [...] tem em países como a própria China, Taiwan, Coreia do Sul, Vietnã e Japão as principais fontes de inovação",

³⁸ Bitcoin Virgem (Recém-Minerado): Refere-se aos bitcoins recém-criados pela mineração, antes de qualquer transação na rede. Por não possuírem histórico de transferências ou vinculação anterior a endereços conhecidos, apresentam um grau elevado de anonimato em sua origem. Essa característica os torna especialmente relevantes em contextos onde o rastreamento prévio é uma preocupação, embora essa condição se modifique assim que sejam utilizados em qualquer operação na blockchain. No contexto geopolítico isso pode se tornar importante devido as sanções.

paralelamente" a Rússia lidera a aplicação tecnológica de uso militar, apostando fortemente em inteligência artificial e robótica bélica". Neste contexto, o uso de Bitcoin por Rússia e Irã representa uma forma de resistência assimétrica ao domínio tecnológico ocidental, porém dentro de uma estrutura que perpetua dependências periféricas. Esta dinâmica alinha-se paradoxalmente com o apoio de Elon Musk a Donald Trump na disputa pelo controle dos fluxos de dados globais, onde criptomoedas e infraestruturas digitais tornam-se instrumentos duplos: enquanto ferramentas de contra-hegemonia para alguns Estados, funcionam simultaneamente como mecanismos de concentração de poder tecnofeudal para as elites transnacionais que controlam os protocolos basilares da economia digital.

A Rússia, nesse sentido, torna-se um exemplo do uso do Bitcoin não como expressão da liberdade individual, mas como instrumento de guerra econômica digital³⁹, capaz de operar à margem da regulação internacional e fora do radar do dólar. Uma nova lógica de reservas criptografadas começa a emergir — onde o ouro digital é convertido em escudo estratégico contra o cerco financeiro do Ocidente.

3.3 Coreia do Norte e a Guerra Cibernética Criptografada: o hack da Bybit e o Bitcoin como arma geopolítica do Socialismo Juche

O uso de criptomoedas em contextos de conflito geopolítico atingiu um novo patamar com a atuação da Coreia do Norte, que transformou o cibercrime em instrumento estratégico para financiar sua economia sob isolamento internacional. Diante de sanções econômicas severas impostas pela ONU e Estados Unidos, o regime norte-coreano recorreu sistematicamente a atividades ilícitas no ciberespaço (TIDY, 2025), convertendo o roubo de ativos digitais em fonte vital de liquidez financeira à margem do sistema tradicional.

O ataque à exchange Bybit em fevereiro de 2025, com perdas estimadas em 1,4 bilhão de dólares em criptoativos lastreados em Ethereum (TRADINGVIEW,

³⁹ O conceito de "guerra económica digital" descreve o uso estratégico de criptomoedas e blockchains como instrumentos geopolíticos. Estas tecnologias permitem a Estados-nação contornar sanções financeiras e criar sistemas económicos paralelos. Paralelamente, o controle das narrativas é fundamental, pois envolve a batalha pela legitimidade perante a comunidade global de criptomoedas.

2025), exemplifica essa estratégia. Investigações atribuíram a operação ao TraderTraitor — subunidade do 3º Bureau do RGB, agência de espionagem norte-coreana (STUCKMAN; BINDER, 2025) — revelando a sofisticação de campanhas cibernéticas transnacionais com motivações estatais. Conforme alertavam Bradshaw e Howard (2019, p. 17), "as operações de desinformação e influência são cada vez mais transnacionais, envolvendo conexões entre atores estatais e não estatais". O episódio transcende o prejuízo financeiro, expondo como redes de espionagem instrumentalizam a arquitetura descentralizada das criptomoedas para financiar atividades ilícitas e ampliar seu poder geopolítico.

Nesse contexto, a própria natureza da tecnologia pode ser cooptada para fins de controle, um risco destacado por Acemoglu e Johnson (2023, p. 360), que advertem:

Uma vez disponibilizadas, as ferramentas digitais para ampla coleta de dados serão adotadas por muitos — senão pela maioria — dos governos para suprimir a oposição e monitorar melhor seus cidadãos. Elas fortalecerão regimes não democráticos e lhes permitirão resistir de forma muito mais eficaz às pressões oposicionistas. Podem até mesmo criar um terreno escorregadio para que governos democráticos se tornem mais autoritários ao longo do tempo.

Essa prática consolida um padrão: criptoativos como Ethereum (\$ETH) tornam-se veículos eficazes para regimes sancionados obterem recursos não rastreáveis, especialmente mediante uso de carteiras descentralizadas, mixers e bridges anônimas (PARK, 2022; OLADIPUPO, 2025). Dados do Painel de Especialistas da ONU (2024) indicam que a Coreia do Norte desviou mais de 3 bilhões de dólares em criptomoedas desde 2017, posicionando-se como principal operador de ciberataques com fins financeiros. Grupos como o Lazarus Group exploram lacunas regulatórias nas finanças descentralizadas (DeFi), lavando recursos por meio de protocolos como Tornado Cash e exchanges ilícitas, com roubos estimados em 1,3 bilhão de dólares apenas em 2024 (OLADIPUPO, 2025; PARK, 2022).

Em contraste com a abordagem ambígua da Rússia - que regula e instrumentaliza criptomoedas abertamente, a Coreia do Norte desenvolve uma estratégia subterrânea baseada na invisibilidade operacional. Neste contexto,

tecnologias como o Bitcoin são progressivamente esvaziadas de seu potencial libertário original e convertidas em instrumentos de sobrevivência do regime e financiamento de programas nucleares (ZELLERS, 2024; OLADIPUPO, 2025). A exploração sistemática de falhas de segurança e a evasão de mecanismos de prestação de contas (OLADIPUPO, 2025) revelam o paradoxo fundamental da descentralização: ao desafiar o controle estatal, ela simultaneamente possibilita a emergência de novos soberanos digitais que utilizam a tecnologia para dominação e ocultação. Como observa Durand (2020, p. 179), "a lógica que define, desse ponto de vista, a estrutura do feudalismo não reside nas relações jurídicas entre vassalo e soberano", mas sim em relações de dependência estrutural que transcendem as formalidades jurídicas.

A dupla natureza das criptomoedas torna-se assim evidente: se por um lado seu uso por Rússia e Irã representa uma forma de resistência assimétrica ao domínio tecnológico ocidental, por outro perpetua dependências periféricas dentro da arquitetura global do poder digital. Esta dinâmica paradoxal conecta-se organicamente ao apoio de Elon Musk a Donald Trump na disputa pelo controle dos fluxos de dados globais, onde criptomoedas e infraestruturas digitais funcionam como instrumentos duplos - simultaneamente ferramentas de contra-hegemonia para alguns Estados e mecanismos de concentração de poder tecnofeudal para elites transnacionais.

Como sintetiza Varoufakis (2024, p. 109), testemunhamos uma transformação histórica profunda na qual "a renda prejudicial e quase feudal teve a oportunidade de exercer uma vingança histórica sobre o lucro capitalista frutífero". O autor descreve como "os guardiões do capitalismo, como o *Federal Reserve* e o Banco da Inglaterra, financiaram uma nova forma de capital na nuvem, que hoje está a extinguir os mercados e a transformar os consumidores — de agentes soberanos em brinquedos de algoritmos — para além do controle efetivo dos mercados e dos governos".

Essa análise evidencia como a promessa inicial de emancipação digital promovida pelas criptomoedas foi cooptada por uma lógica extrativista, beneficiando uma nova aristocracia tecnológica. Em vez de descentralizar o poder econômico, o

ecossistema cripto tem contribuído para aprofundar as assimetrias globais de poder, sob o véu ideológico da descentralização.

O hack da Bybit insere-se, portanto, numa estratégia ampla de guerra assimétrica digital, onde o espaço criptofinanceiro é convertido em campo de batalha. O alvo duplo — capital ocidental e a confiança sistêmica em redes descentralizadas — expõe os limites éticos e operacionais do ecossistema. A natureza pseudônima de criptomoedas, que oferece privacidade sem anonimato absoluto, é explorada para opacidade e financiamento de atividades autoritárias, contradizendo sua narrativa emancipatória original. Como observa Nakamoto (2008, p. 6), "o modelo bancário tradicional alcança um certo nível de privacidade ao limitar o acesso às informações às partes envolvidas e ao terceiro confiável" - contraste que revela como a arquitetura técnica concebida para autonomia pode ser instrumentalizada para fins de dominação, transformando potencial emancipatório em mecanismo de ocultação.

Esta realidade evidencia a urgência de novos modelos de governança que transcendam a regulação tradicional, focada em plataformas — abordagem comprovadamente ineficaz ante a natureza descentralizada dos protocolos. O caso norte-coreano demonstra como a arquitetura blockchain pode ser instrumentalizada para fins geopolíticos hostis, reforçando a necessidade de equilibrar inovação e responsabilidade por meio de mecanismos distribuídos de supervisão, auditoria algorítmica e cooperação técnica internacional. A verdadeira governança do espaço digital exige atuar simultaneamente nos pontos de intermediação — como exchanges e serviços de custódia — enquanto se desenvolvem estruturas de soberania compartilhada capazes de enfrentar os desafios impostos por uma tecnologia intrinsecamente transnacional, onde controles territoriais mostram-se progressivamente obsoletos.

3.4 O Papel do Bitcoin na Estratégia Iraniana contra Sanções Internacionais

Assim como a Rússia e a Coreia do Norte, a República Islâmica do Irã tem utilizado criptomoedas, sobretudo o Bitcoin, como um instrumento estratégico para

mitigar o impacto das severas sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e por aliados ocidentais (REUTERS, 2021a). O embargo financeiro internacional, que restringe o acesso do país ao sistema bancário global (SWIFT) e congela suas reservas em moeda estrangeira, levou o governo iraniano a buscar alternativas para realizar comércio exterior, financiar importações essenciais e manter o fluxo de capitais.

A mineração de Bitcoin tornou-se uma atividade economicamente estratégica para o Irã. Essa relevância decorre de uma vantagem comparativa fundamental: o país possui energia subsidiada e ampla capacidade ociosa na geração elétrica, o que rapidamente o alçou a um dos principais polos mundiais de mineração (REUTERS, 2021a).

Para capitalizar essa vantagem e trazer a atividade para a esfera oficial, o governo iraniano formalizou o setor em 2020, passando a exigir licenças para os miners. Paralelamente, passou a incentivar a venda do Bitcoin minerado diretamente ao Banco Central. A base técnica que viabiliza essa operação é o mecanismo de Prova de Trabalho (Proof of Work), descrito por Nakamoto (2008, p. 3) como forma de “evitar o gasto duplo” e garantir a segurança da rede sem uma autoridade central (NAKAMOTO, 2008). A estratégia estatal, portanto, é dupla:

1. Internamente: Controlar e aproveitar a capacidade de mineração nacional (REUTERS, 2021a).
2. Externamente: Utilizar as criptomoedas adquiridas como um instrumento financeiro paralelo (REUTERS, 2021a).

Esse mecanismo mostrou-se funcional para contornar parcialmente as sanções internacionais. O Irã passou a utilizar suas reservas de criptomoedas para pagar importações críticas, como alimentos, medicamentos, bens essenciais e equipamentos industriais. Na prática, empresas de comércio exterior passaram a operar por meio de brokers internacionais e exchanges em países neutros ou aliados, convertendo criptomoedas em moedas fiduciárias sem a intermediação do sistema bancário tradicional estadunidense ou europeu (KATTE, 2025).

No entanto, a adoção de criptomoedas pelo Estado iraniano não é isenta de contradições. Por um lado, o governo reconhece o valor do Bitcoin como ferramenta

de soberania monetária e resistência geopolítica. Por outro, mantém um rígido controle sobre sua circulação interna, temendo a fuga de capitais, a desvalorização do rial (moeda local) e a perda de controle sobre o sistema financeiro nacional. Em 2021, o Irã chegou a proibir temporariamente a mineração de criptomoedas devido ao alto consumo de energia durante períodos de crise no abastecimento elétrico (REUTERS, 2021b).

Além do uso estatal, há indícios de que grupos paramilitares e entidades ligadas ao Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) também utilizam criptomoedas para financiar operações no exterior e realizar transações não rastreáveis. Essa apropriação dupla — tanto pelo Estado quanto por atores não-estatais — ilustra o caráter ambíguo das criptomoedas como instrumento de contorno a sanções: ao mesmo tempo em que podem servir como mecanismo de sobrevivência econômica de nações soberanas, também podem facilitar atividades ilícitas e financiamento de conflitos (REUTERS, 2021a; KATTE, 2025).

O caso iraniano demonstra que, em contextos de assimetria geopolítica e cerco financeiro, as criptomoedas podem ser reapropriadas como ferramentas de soberania híbrida: não totalmente descentralizadas, mas controladas pelo Estado de forma estratégica, dentro de uma lógica de guerra econômica. Longe do ideal libertário de descentralização radical, o Bitcoin no Irã é um ativo de lastro geopolítico, integrado a uma arquitetura de poder estatal que busca preservar autonomia em um cenário de hostilidade internacional (REUTERS, 2021b; KATTE, 2025).

3.5 El Salvador: Soberania Digital e o rompimento com o FMI

A adoção do Bitcoin como moeda de curso legal em El Salvador, em setembro de 2021, consolidou-se como um dos experimentos de política monetária mais audaciosos e controversos do século XXI (BRAGA, 2023). Mais do que uma mera inovação financeira, a medida representou um desafio direto ao ordenamento financeiro global hegemonizado por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) (COINTELEGRAPH BRASIL, 2023), que alertou para os riscos à

estabilidade fiscal e à proteção do consumidor. Sob a liderança do presidente Nayib Bukele, a iniciativa foi embalada por uma narrativa sedutora de "soberania digital", prometendo emancipar economicamente a população através da inclusão financeira de aproximadamente 70% dos cidadãos desbancarizados (INFOMONEY, 2023), redução drástica dos custos das remessas - fluxo vital que representa mais de 20% do PIB - e atração de investimentos estrangeiros para uma nova economia digital.

Contudo, esta ambiciosa proposta esbarra na natureza intrínseca das criptomoedas, conforme elucidado por Gomes (2021, p. 45):

Outra diferença está no valor. As criptomoedas se alteram de acordo com a lei de oferta e demanda no mercado, ou seja, ela se valoriza à medida em que mais pessoas procuram por ela e investem. Como consequência, se tornam moedas altamente voláteis, sem histórico estável e sem previsibilidade.

Essa característica fundamental do Bitcoin — sua volatilidade extrema — coloca em xeque sua funcionalidade como moeda de curso legal, especialmente em uma economia emergente como a salvadorenha.

A distinção estabelecida pelo autor entre moedas digitais e criptomoedas é igualmente crucial: As moedas digitais funcionam mais como uma forma de facilitar as transações de moedas fiduciárias, as criptomoedas são um modelo de moeda digital que pode substituir as moedas tradicionais (GOMES, 2021, p. 45).

Essa contradição entre o discurso oficial de estabilidade e a realidade da volatilidade cripto revela as limitações estruturais do projeto de Bukele, expondo a população a riscos sistêmicos não previstos na retórica governamental.

No entanto, esta narrativa de emancipação tecnológica rapidamente entrou em rota de colisão com a realidade socioeconômica do país, reforçando a tese central de que tecnologias formalmente descentralizadas podem ser instrumentalizadas para consolidar regimes de poder notavelmente centralizados e autoritários (SILVERMAN; MCKENZIE, 2022). O caso salvadorenho serve como um poderoso exemplo de como a retórica da liberdade financeira e da desintermediação pode, na prática, ocultar projetos políticos que, longe de romper com estruturas de dominação, as reconfiguram, criando novas dependências. A gestão de Bukele, que se autodenomina "CEO de El Salvador", é criticada por remodelar o judiciário e consolidar o poder executivo, com o projeto Bitcoin sendo uma peça chave dessa

estratégia, servindo como laboratório para o que se pode designar de “criptocracia” no Sul Global – um modelo de governança onde o controle sobre ativos e infraestruturas digitais fortalece o poder executivo (INFOMONEY, 2025).

Desde o início, o FMI posicionou-se veementemente contra a Lei Bitcoin, alertando para os “grandes riscos” à estabilidade financeira, à integridade do sistema e à proteção dos consumidores (COINTELEGRAPH BRASIL, 2023). A volatilidade intrínseca do ativo, a opacidade de suas transações e sua associação histórica com atividades ilícitas foram os pilares de sua crítica, que ecoava a tradicional cartilha do Fundo, pautada por austeridade fiscal e conformidade regulatória para nações mutuárias. A insistência de Bukele em prosseguir com o projeto acirrou as tensões com a instituição, criando um sério obstáculo para a negociação de um empréstimo vital de mais de um bilhão de dólares, essencial para o frágil balanço de pagamentos do país (PÉCHY, 2025).

Apesar da postura de confronto inicial, a correlação de forças internacionais forçou um recuo tático. No final de 2024, em um acordo de financiamento de US\$ 1,4 bilhão com o FMI, o governo salvadorenho cedeu parcialmente: tornou a aceitação do Bitcoin voluntária para o setor privado e limitou severamente o envolvimento do setor público, incluindo a descontinuação gradual da problemática carteira digital estatal Chivo (HERNÁNDEZ, 2025). Contudo, numa jogada de ambiguidade calculada, Bukele manteve o cerne simbólico de sua política, reafirmando que o país continuaria a adquirir Bitcoin como parte de suas “reservas estratégicas”. Esta manobra revela uma dupla face: a submissão pragmática às exigências externas convive com a preservação de um ícone político que sustenta sua imagem de líder disruptivo.

Uma análise crítica mais aprofundada demonstra que os objetivos sociais declarados naufragaram frente a uma realidade complexa (IMF, 2025). A prometida inclusão financeira via carteira Chivo mostrou-se um fracasso operacional: além da baixa adesão sustentada, o sistema foi acometido por falhas técnicas crônicas, lentidão e graves casos de roubo de identidade (SILVA, 2024), corroendo a já frágil confiança da população em uma solução imposta de cima para baixo.

Neste cenário, a suposta “soberania digital” de El Salvador revela-se menos um projeto de empoderamento popular e mais uma sofisticada ferramenta de *nation branding* e relações públicas para um governo com inclinações autoritárias (SILVERMAN; MCKENZIE, 2022). A Lei Bitcoin funcionou como um poderoso ativo geopolítico, projetando Bukele como um visionário na vanguarda tecnológica perante uma audiência global de investidores de risco, libertários e entusiastas das criptomoedas. Esta projeção externa fortaleceu sua base de apoio internacional, enquanto, no plano doméstico, o presidente consolidava seu poder através de políticas de “mão de ferro” contra as gangues, da concentração de poder e do sistemático enfraquecimento dos freios e contrapesos democráticos (SILVERMAN; MCKENZIE, 2022).

Portanto, longe de simbolizar uma ruptura com a hegemonia financeira tradicional, El Salvador protagonizou uma perigosa troca de dependências: da tutela do dólar e do FMI para a volatilidade de um ecossistema cripto especulativo e a influência de uma nova elite tecnofinanceira global (HERNÁNDEZ, 2025). A experiência evidencia de forma cristalina como a promessa emancipatória da descentralização pode ser habilmente cooptada para fortalecer o poder pessoal de um líder (SILVERMAN; MCKENZIE, 2022), beneficiar um restrito círculo de investidores *early adopters* e uma elite local conectada, sem gerar os benefícios econômicos e a justiça social prometidos para a maioria da população (IMF, 2025). A soberania, nesse contexto distópico, não é distribuída ao povo, mas concentrada na figura do presidente e em seus aliados, configurando o embrião de um feudo digital no coração da América Central, onde a moeda é volátil, o poder é absoluto e a população permanece, em última instância, excluída das decisões que moldam seu futuro econômico (HERNÁNDEZ, 2025).

3.6 A Revolução Digital Reacionária: Tecnologia e Poder no Universo de Musk, Trump e o Dark MAGA

A radicalização tecnoconservadora sob a liderança de Donald Trump não se limitou ao campo digital e financeiro. Ela se expressou também em sua política

econômica internacional, marcada por um retorno ao protecionismo e por medidas agressivas voltadas à defesa da indústria nacional. Neste sentido os Estados Unidos têm adotado medidas protecionistas, impondo tarifas a diversos países. Em fevereiro de 2025, o presidente Donald Trump anunciou a imposição de tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio, afetando países como Canadá, México e China. Essas ações visam proteger a indústria nacional e reduzir a dependência de importações, especialmente de nações consideradas concorrentes econômicos. Além disso, Trump declarou a intenção de aplicar tarifas recíprocas a países que taxam produtos americanos, buscando reequilibrar as relações comerciais (FARIZA, 2025). Essa política escalou ao longo de 2025, atingindo outros parceiros comerciais e setores. No caso do Brasil, as tarifas sobre exportações de aço e produtos agrícolas chegaram a 50% (REDAÇÃO G1, 2025), implementadas em setembro do mesmo ano, em uma retaliação direta às políticas institucionais brasileiras.

Essa política econômica nacionalista reflete uma reconfiguração ideológica nos EUA, onde tecnologia, poder político e protecionismo se entrelaçam. A radicalização do movimento MAGA — e especialmente de sua vertente *Dark MAGA*, expressa um tecnoconservadorismo que, liderado por Donald Trump e amplificado pela atuação de Elon Musk em plataformas digitais, articula uma agenda de supremacia tecnológica, concentração de poder corporativo e rejeição ao globalismo (MALLINDER, 2024; REID; LANGE, 2024).

Nesse projeto, o domínio de infraestruturas estratégicas por poucas corporações privadas conecta-se ao uso político dessas plataformas, cujo impacto na formação de opinião e na dinâmica social já é amplamente documentado, desde o caso Cambridge Analytica (CADWALLADR; GRAHAM-HARRISON, 2018) até os efeitos polarizadores de algoritmos como os do X/Twitter nas eleições de 2024 (PICCARDI et al., 2025; PASCUAL, 2025). Além disso, a crescente capacidade de empresas como Amazon e Google de definir hierarquias informacionais, priorizando seus próprios produtos ou controlando o fluxo do que é percebido como verdade, reforça essa centralização de poder privado (ANGWIN; LARSON, 2021; TATE, 2023; FEDERAL TRADE COMMISSION, 2023; SCHROEDER, 2014). Assim, a aliança entre elites tecnológicas e o projeto político conservador de Trump não apenas

consolida um bloco de poder econômico-digital, mas faz com que o Estado norte-americano opere, cada vez mais, por intermédio de estruturas privadas, promovendo uma governança algorítmica sustentada por discursos tecnocráticos e autoritários.

Varoufakis (2024, p. 196) alerta que "Nos seus primeiros dias, esta era uma das promessas do Twitter, claro: que poderia permitir a mobilização das massas. Da Primavera Árabe ao Black Lives Matter, vimos até que ponto essa promessa foi concretizada e até que ponto não foi". O autor desenvolve o conceito de "mobilização da nuvem", propondo ações coordenadas que unam trabalhadores e usuários em estratégias de resistência ao poder dos cloudalistas, argumentando que "os perfis e servos da nuvem podem se unir de forma eficaz" através de boicotes coordenados e paralisações que afetem diretamente o valor de mercado dessas corporações.

Essa análise adquire especial relevância quando observamos a radicalização tecnoconservadora liderada por Musk e Trump, cujas políticas pró-criptomoedas ampliam o controle digital das elites. Neste contexto, Zuboff (2019, p. 237) complementa ao caracterizar o capitalismo de vigilância como "profundamente antidemocrático", destacando que "seu extraordinário poder não se origina a partir do Estado, como vem sendo o caso ao longo da história", mas sim de "uma lógica de acumulação internamente consistente e bem-sucedida" que se propaga globalmente. A autora enfatiza o desequilíbrio fundamental deste sistema: "Empresas capitalistas de vigilância [...] dominam a acumulação e o processamento da informação, em especial aquela sobre o comportamento humano", enquanto "o acesso que temos ao conhecimento delas é escasso: oculto no texto sombra e lido somente pelos novos sacerdotes, seus patrões e suas máquinas".

Essa dinâmica dupla, em que a mesma infraestrutura que possibilita a dominação tecnofeudal também contém, em sua própria lógica operacional, instrumentos potenciais de resistência, é central para compreender a apropriação estratégica das criptomoedas por Musk e Trump nas eleições de 2024. Trata-se, aliás, da concepção foucaultiana de poder, segundo a qual "onde há poder, há resistência" (FOUCAULT, 1979), indicando que nenhuma forma de dominação se exerce de maneira absoluta ou sem pontos internos de fricção. Assim, se por um

lado as plataformas digitais consolidam novas hierarquias de controle e vigilância, por outro, preservam em sua arquitetura descentralizada capacidades de mobilização que podem contestar ou subverter essa mesma dominação. Essa ambivalência revela a natureza contraditória do tecnofeudalismo emergente: um regime que se sustenta sobre infraestruturas altamente centralizadas, mas opera sobre tecnologias cujo desenho original inclui possibilidades de fuga, contestação e reapropriação política.

Essa contradição manifesta-se também no plano político-econômico, como evidenciam as políticas protecionistas de Donald Trump, que refletem uma estratégia alinhada ao movimento Make America Great Again (MAGA). Mais do que uma questão estritamente econômica, o protecionismo insere-se em um discurso nacionalista que rejeita o globalismo e busca fortalecer a identidade americana. O movimento MAGA consolidou-se como um símbolo central da retórica de Trump desde sua campanha presidencial de 2016.

Embora o slogan tenha sido utilizado anteriormente por Ronald Reagan na década de 1980, Trump o ressignificou como um apelo ao nacionalismo conservador, sustentado em políticas protecionistas, endurecimento das leis de imigração e oposição ao globalismo. Dessa forma, medidas como a imposição de tarifas sobre importações não se limitam a objetivos econômicos, mas operam como instrumentos políticos para reforçar essa agenda, promovendo a valorização de um Estado forte e a proteção da indústria nacional contra influências externas (ULRICH, 2025).

Essa radicalização, que se manifesta principalmente em discursos e postagens nas redes sociais, onde seus apoiadores rejeitam qualquer forma de moderação ou cooperação política (MIHĂILESCU, 2024), é intensamente potencializada pelo ambiente digital. Esse fenômeno insere-se no contexto mais amplo do que Rosa (2019, p. 19) identifica como uma transformação radical na política institucional do século XXI, na qual “a sistematização de dados disponibilizados voluntariamente por cada um de nós na internet [...] não somente passou a prever, mas a orientar o nosso comportamento”. Segundo Rosa (2019), apoiando-se nas análises de Rouvroy e Berns (2015), assim como Teles (2018),

essa dinâmica, essa dinâmica corresponde ao que se denomina governamentalidade algorítmica um regime no qual a coleta massiva de dados, convertidos em modelos preditivos, passa a informar e moldar práticas governamentais e sociais. Assim, quanto mais imersa na virtualidade, mais a sociedade fornece voluntariamente informações pessoais que se tornam insumos para técnicas de governo sistematizadas por algoritmos.

Nesse cenário, a estética do movimento Dark MAGA frequentemente associada a imagens sombrias e distópicas que reforçam a ideia de um Trump reconfigurado como figura autoritária e vingativa, não é meramente um estilo, mas um produto e uma ferramenta eficaz desse ecossistema midiático-algorítmico, que acelera e amplifica a erosão das normas da democracia liberal.

Como observa Empoli (2019, p. 103), “uma máquina superpoderosa, concebida originalmente para mirar com precisão incrível em cada consumidor, seus gostos e suas aspirações, irrompeu na política”. Embora plataformas como o Facebook tenham sido inicialmente projetadas como ferramentas publicitárias comerciais, tornaram-se igualmente instrumentais para fins políticos. E, por serem essencialmente motores comerciais, “as redes sociais não são equipadas – e não têm interesse algum em ser para impedir os desvios e os abusos”. É nessa lacuna entre o desenho técnico-comercial das plataformas e seu uso político que movimentos como o Dark MAGA encontram terreno fértil para se expandir, aproveitando a arquitetura de atenção e engajamento para disseminar seu conteúdo e consolidar sua influência.

Dessa forma, o movimento Dark MAGA não representa uma ruptura com as tradições neoliberais, mas sim sua radicalização no ambiente digital, onde poder econômico, infraestrutura tecnológica e influência midiática convergem para redefinir as estruturas políticas contemporâneas.

Essa transformação alinha-se à análise de Varoufakis (2024b), que argumenta:

Na ausência de um concorrente como o sindicato – a classe trabalhadora organizada –, o capitalismo entrou numa evolução dinâmica onipresente que causou esta transformação naquilo que chamo de “capital-nuvem”. Esta transformação representa efetivamente o fim do capitalismo tradicional. Matou o capitalismo, uma evolução que incorpora uma contradição marxista-hegeliana, mas não o tipo de contradição que esperávamos (VAROUFAKIS, 2024b).

Contudo, no plano da economia tradicional, esse mesmo movimento opera um deslocamento significativo: sob o discurso de soberania nacional, adota medidas protecionistas, como as tarifas implementadas por Trump, que representam um afastamento paradoxal do liberalismo ortodoxo, revelando, assim, as contradições inerentes a esse projeto político-tecnológico.

Sendo assim, esse duplo movimento se reproduz na atuação de grandes corporações digitais (Big Techs e fintechs), que exercem influência direta sobre a regulação dos mercados e as dinâmicas de governança algorítmica (FLOR, 2025). O resultado é uma crescente privatização do poder político, na qual competências tradicionalmente estatais são transferidas para o setor corporativo, frequentemente legitimadas pela retórica da inovação tecnológica e da eficiência de mercado, desafiando a soberania dos Estados Nacionais (MARQUES, 2024; ZARRILLI, 2025).

Compreender a radicalização tecnoconservadora liderada por Trump e Musk, no âmbito das políticas de criptomoedas, ou criptopolítica, exige examinar a centralidade do controle de dados nesse processo. Como bem identifica Durand (2020, p. 181):

As estratégias de conquista do ciberespaço passam pelo controle dos fluxos de dados: o acesso aos nossos telefones e computadores, os sensores presentes nas máquinas-ferramenta e nos veículos, os dispositivos em nossas casas... Assim como os poços de petróleo, os pontos de captação dos dados gerados pela atividade de indivíduos e organizações não existem em número infinito. O mesmo ocorre quando se trata de capturar nossa atenção. Consequentemente, há uma forma de escassez absoluta de dados originais.

Essa passagem evidencia que o ciberespaço se tornou o novo território de disputa do poder econômico e político, no qual o controle sobre os fluxos de dados substitui o domínio sobre os recursos naturais como principal fonte de valor e de hegemonia global.

Essa dinâmica de escassez e controle constitui o cerne do projeto tecnoconservador de Trump e Musk. Ao promoverem criptomoedas sob o discurso da liberdade financeira, esses atores na realidade buscam estabelecer novos pontos de captura de dados e atenção em um ecossistema financeiro redesenhado. As políticas pró-criptomoedas implementadas por Trump e fervorosamente apoiadas por Musk não representam uma genuína descentralização, mas sim a criação de um

novo paradigma de acumulação onde o controle sobre fluxos de dados financeiros - quem os gera, quem os acessa e quem os monetiza - torna-se o equivalente contemporâneo ao controle das antigas fontes de recursos estratégicos.

A percepção de Durand sobre a escassez absoluta de dados originais ilumina por que figuras como Musk investem tanto em dominar múltiplas camadas da infraestrutura digital, desde redes sociais até sistemas de pagamento e criptomoedas. Cada uma dessas plataformas funciona como um "poço de petróleo" digital, capturando tipos específicos de dados e atenção que, em sua totalidade, concedem controle estratégico sobre o ciberespaço. Nesse contexto, as criptomoedas emergem como a infraestrutura financeira que viabiliza e monetiza essa nova economia de dados, sob um modelo que, apesar de sua retórica libertária, reproduz e intensifica dinâmicas de concentração de poder.

Visualmente, a retórica do Dark MAGA manifesta-se através de símbolos distópicos, paletas de cores escuras, bandeiras americanas e símbolos militaristas que reforçam uma retórica apocalíptica (MIHĂILESCU, 2024). Esses elementos visuais, combinados com palavras como "reconquistar" e "vingança", transmitem não apenas oposição, mas uma luta contínua, fazendo com que os seguidores do Dark MAGA se sintam como guerreiros justos (STALL; GROBER, 2022). Além disso, a mercadoria associada ao movimento evoluiu de chapéus vermelhos clássicos para uma estética gótica, incluindo chapéus pretos e outros itens que refletem essa nova tendência (SQUIRRELL, 2022).

A ascensão de figuras como Elon Musk no cenário político global deve ser compreendida no contexto da reconfiguração das dinâmicas de poder digital. Segundo Rosa et al. (2024), o tecnoconservadorismo emerge como resposta ideológica às transformações sociopolíticas, aliando a supremacia das plataformas digitais a uma agenda política de direita. Essa aliança busca estabelecer um novo modelo de governança digital onde empresas privadas controlam infraestruturas de informação, dados e processos democráticos.

Neste contexto, plataformas como o YouTube tornaram-se redutos de considerável valia para agitadores da direita em diversos países, constituindo-se

como um dos vetores centrais do que se convencionou chamar de tecnocconservadorismo. Como observam Rosa et al. (2024, p. 173):

Além das conflitualidades presentes no modo de funcionamento desta plataforma digital pautada por seu modelo de negócios centrado em receitas publicitárias, assim como nos efeitos dessa ordem sobre os produtores que a utilizam como fonte de retorno monetário, o YouTube também se tornou um reduto de considerável valia para agitadores da direita em diversos países, sendo também uma das empresas responsáveis pela emergência do que estamos chamando de tecnocconservadorismo.

Essa análise evidencia que, para além de sua função de entretenimento e difusão cultural, o YouTube atua como infraestrutura estratégica para a disseminação de narrativas políticas conservadoras, contribuindo para a consolidação do poder simbólico e discursivo de movimentos tecnocconservadores no espaço digital.

Este fenômeno se consolida por meio da circulação ampliada de pautas neoconservadoras em plataformas digitais. Como observam Rosa et al. (p. 173-174):

Foi por meio de vídeos disponibilizados no YouTube e compartilhados em outras plataformas digitais, tais como o Facebook, WhatsApp, Instagram, etc., que passamos a constatar uma maior circulação de pautas neoconservadoras por vias platafórmicas, promovendo certa subjetivação tecnocconservadora.

Dessa forma, a infraestrutura técnica das plataformas digitais e seus mecanismos de recomendação algorítmica tornam-se instrumentos cruciais para a disseminação e naturalização de valores tecnocconservadores, criando um ecossistema midiático que reforça e expande essa visão de mundo.

A partir da análise de Rosa et al. (2024, p. 147), compreende-se que "o modo como opera a moderação de conteúdo (apesar de sua opacidade) é um fator relevante para nos afastarmos do mito da neutralidade das plataformas, convenientemente propagado por seus proprietários e ainda tratados por muitos de nós como um fato questionável". Esta percepção revela como essa nova forma de controle desloca progressivamente o poder regulatório dos Estados para as corporações privadas, que passam a operar como verdadeiras plataformas de governança digital.

Através de algoritmos de moderação de conteúdo e políticas de uso opacas, essas corporações estabelecem os parâmetros do discurso público e da participação

política, definindo de forma não-transparente o que é permitido ou não no espaço digital. Assim, a economia digital não apenas fortalece a concentração de riqueza nas mãos de poucos, mas também transforma radicalmente as relações de poder, criando uma nova ordem tecnopolítica na qual o mercado e as plataformas digitais exercem influência direta sobre políticas públicas, eleições e dinâmicas sociais - frequentemente orientadas por um viés tecnoconservador que reproduz e amplifica assimetrias existentes.

Diante desse cenário, o estudo dessas estruturas se torna fundamental para entender como a economia digital está sendo instrumentalizada para atender a interesses específicos de atores hegemônicos. A análise crítica do tecnoconservadorismo e do papel das criptomoedas na mobilização política revela que, longe de serem ferramentas de emancipação, esses ativos digitais estão sendo utilizados para reforçar estruturas de poder cada vez mais centralizadas.

Em um discurso público, Elon Musk surpreendeu ao se autointitular membro do movimento "Dark MAGA"⁴⁰, reafirmando sua posição como um dos principais agentes dessa nova corrente ideológica de extrema direita. O momento foi registrado em vídeo e está disponível no YouTube (YOUTUBE, 2024). Além disso, a agência Reuters cobriu o evento, destacando a declaração de Musk e suas implicações políticas.

Com o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, agora contando com o apoio público e estratégico de Elon Musk, uma série de medidas alinhadas à agenda deste movimento começaram a ser implementadas. Essas ações consolidam um governo nacionalista e revanchista, distanciando-se do conservadorismo tradicional e se aproximando de um extremismo político contemporâneo, caracterizado por um conjunto de políticas protecionistas, endurecimento da imigração, reconfiguração das alianças internacionais e um expansionismo territorial cada vez mais explícito.

Uma das prioridades da nova administração tem sido a intensificação das políticas de imigração, ampliando medidas adotadas durante o primeiro mandato de Trump. Entre as ações mais controversas, destaca-se o uso da Lei dos Inimigos

⁴⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fLIJAK8v_i4. Acesso em: 20 mar. 2025.

Estrangeiros de 1798, um dispositivo jurídico que possibilita a deportação de estrangeiros considerados uma ameaça à segurança nacional, sem necessidade de julgamento. Esse mecanismo foi utilizado para expulsar sumariamente centenas de venezuelanos, desencadeando embates jurídicos e resistência dentro do próprio sistema judicial dos Estados Unidos (SHAH, 2025) (HUMAN RIGHTS WATCH, 2025).

Além disso, há um movimento crescente dentro do governo para invocar a Lei da Insurreição de 1807, que autoriza o presidente a empregar forças militares para reforçar o cumprimento das leis. Caso implementada, essa medida representaria um avanço significativo no autoritarismo estatal, abrindo precedente para a utilização do Exército em ações de repressão contra imigrantes dentro do próprio território americano (FIGUEROA, 2025).

O impacto dessas ações extrapola a questão migratória e levanta preocupações sobre o uso político das Forças Armadas, que poderiam se tornar um instrumento de repressão dentro da estrutura governamental, especialmente contra grupos considerados opositores do regime trumpista (MANI, 2025).

Além do endurecimento das leis de imigração, a nova administração também demonstrou interesse em projetos de expansão territorial dos Estados Unidos. Durante sua campanha e nos primeiros meses de governo, Trump voltou a sugerir a aquisição de novos territórios, citando explicitamente a Groenlândia, algumas áreas do México e até mesmo mencionando a importância estratégica do Canal do Panamá referência que dialoga com a tradição histórica de ambições norte-americanas na região. Esse discurso retoma propostas já presentes em seu primeiro mandato, quando a intenção de comprar a Groenlândia da Dinamarca gerou forte indignação internacional e foi prontamente rejeitada pelos líderes europeus (WEISSERT, 2024; ZENGERLE, 2025).

No contexto atual, essa retórica expansionista não apenas reacende um antigo interesse estratégico, mas também se alinha à visão ideológica da extrema-direita global, que defende o fortalecimento dos Estados Unidos por meio da reconfiguração de sua influência territorial e econômica (BRANCO, 2025). Caso tais propostas avancem, podem representar um desafio diplomático significativo, com

potencial para gerar tensões geopolíticas, marcadas por um rompimento com as bases da ordem internacional e a imposição de uma nova geopolítica de cunho protecionista (CEBRI, 2025).

A diplomacia estadunidense também foi reformulada sob um eixo ideológico bem definido, refletindo uma guinada conservadora radical nas alianças estratégicas dos Estados Unidos. Dois dos principais pilares dessa mudança são: retirada de apoio à Ucrânia – Após anos de financiamento militar e suporte diplomático, os Estados Unidos passaram a adotar uma postura de distanciamento em relação ao conflito entre Rússia e Ucrânia. Essa decisão representa uma ruptura histórica com a estratégia de contenção da Rússia, permitindo que o Kremlin fortaleça sua influência no leste europeu; e apoio reforçado a Israel. Em contrapartida, a administração Trump intensificou seu suporte ao governo de extrema-direita israelense, aprovando novos pacotes de financiamento militar e reforçando parcerias estratégicas no Oriente Médio. Essa decisão pode aprofundar as tensões regionais e aumentar a instabilidade geopolítica na região (ÁLVAREZ, 2025).

O realinhamento dos interesses dos Estados Unidos, sob uma perspectiva conservadora e tecnocrática, tem favorecido alianças com regimes autoritários enquanto enfraquece parcerias tradicionais dentro da OTAN e da União Europeia. Essa mudança estratégica reflete uma política externa voltada para o pragmatismo econômico, o protecionismo comercial e o fortalecimento das fronteiras, priorizando a autossuficiência energética e a reindustrialização nacional (JAMIESON, 2025) (MCMANUS et al., 2025) (ALDEN et al., 2025).

A reeleição de Donald Trump, com apoio de figuras influentes como Elon Musk, exemplifica essa tendência, consolidando um projeto político que enfatiza a deportação em massa de imigrantes, o endurecimento das barreiras comerciais e o reposicionamento da diplomacia americana em favor de aliados ideologicamente alinhados. Essas diretrizes ressoam entre setores da população que se sentem desamparados pelo establishment político tradicional, levando a uma reconfiguração das alianças internacionais dos EUA e a uma postura mais unilateral e nacionalista no cenário global (AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL, 2025) (CASSIDY, 2025) (SPEKTOR, 2025).

Na economia, a nova administração reafirmou o protecionismo como pilar central de sua estratégia governamental, adotando uma série de medidas para reduzir a dependência dos Estados Unidos em relação ao comércio internacional. Entre as principais políticas, destacam-se: Aumento de tarifas sobre importações, afetando especialmente produtos oriundos da China, Europa, México e Brasil; re-industrialização forçada, incentivando a produção nacional como alternativa às importações e pressão sobre gigantes da tecnologia e infraestrutura, para que estabeleçam suas bases produtivas dentro do território americano (CERULLO, 2025) (WHITE HOUSE, 2025).

Essas iniciativas têm impacto direto nas relações comerciais globais, pois reforçam a narrativa de uma autossuficiência econômica estadunidense, que busca reduzir a dependência de cadeias produtivas internacionais e aumentar o controle sobre setores estratégicos (COLVIN, 2025).

Segundo Durand (2020, p. 12):

No início dos anos 2000, o projeto do capitalismo global no qual os Estados Unidos haviam engajado as elites políticas e econômicas de todo o mundo encontrava-se diante de si próprio. Vitorioso por nocaute sobre o bloco soviético, seus princípios — livre-comércio, livre circulação de capitais e tratamento igual aos investidores, independentemente de nacionalidade — passaram a ser implementados na maior parte dos países. No entanto, esse projeto tornou-se fragilizado tanto pelo balanço calamitoso das políticas decorrentes do consenso de Washington quanto pelas resistências que ele nunca deixou de suscitar.

Essa citação evidencia que, desde o início dos anos 2000, o projeto do capitalismo global conduzido pelos Estados Unidos já enfrentava fragilidades estruturais, fruto tanto dos efeitos das políticas derivadas do Consenso de Washington quanto das resistências políticas e econômicas internacionais.

Esta fragilização do consenso globalista, diagnosticada por Durand (2020), estabelece as bases estruturais para compreender a radicalização política que culminou nas eleições de 2024. O projeto de globalização neoliberal, outrora hegemônico, encontrava-se em crise profunda, abrindo espaço para o surgimento de movimentos reacionários que se apresentavam como alternativas ao establishment. A eleição de 2024 representa assim a cristalização desta crise, onde figuras como Trump capitalizaram o mal-estar gerado pelas contradições do capitalismo global, oferecendo um projeto soberanista e tecnoconservador como resposta aos fracassos

do consenso de Washington. Neste contexto, a aliança entre o antigo projeto neoliberal em crise e novas formas de autoritarismo digital e criptocráticas configura o cenário político contemporâneo, onde a radicalização surge como sintoma de uma ordem global em colapso.

Assim sendo, o retorno de Trump à presidência não representa apenas uma continuidade de sua agenda anterior, mas sim uma evolução para um modelo ainda mais radical, no qual a governança é cada vez mais centralizada e tecnocrática. A aliança entre Trump e Musk, aliada ao crescimento do Dark MAGA, aponta para uma transformação estrutural da política americana, com implicações globais profundas (LICON, 2025).

As políticas adotadas indicam um movimento nacionalista e autoritário, que se manifesta em diversas frentes – desde a política migratória até a reconfiguração das alianças internacionais e a economia protecionista (JUNIOR, 2023). A ascensão dessa nova direita digital sugere um futuro político incerto e polarizado, no qual o poder das plataformas tecnológicas será decisivo na construção do discurso hegemônico, normalizando o autoritarismo e a desinformação (TORRE, 2025; GIROUX; FIGUEIREDO, 2024).

A radicalização tecnoconservadora pode ser vista através da lente do colonialismo de dados, como explorado por Cassino, Souza e Silveira (2024, p. 54), que argumentam que "estamos vivendo uma nova fase de capitalismo, que atua como uma extensão do processo de extração global que começou sob o colonialismo histórico e pode ser chamada de colonialismo de dados" (CASSINO et al., 2024, p. 54). No caso de Musk e Trump, políticas cripto servem à "tecnopolítica" neoliberal, colonizando narrativas digitais e ampliando desigualdades.

3.7 World Liberty Financial: A Tokenização do Poder Político e a Entrada no Mercado Tradicional

Em maio de 2025, o fenômeno das memecoins políticas deu um salto qualitativo e estratégico com o lançamento dos tokens da World Liberty Financial (\$WLFI), uma empresa de serviços financeiros fundada por Donald Trump e com

fortes vínculos com o círculo íntimo do presidente. Diferente das memecoins voláteis como a \$TRUMP, os tokens da WLFI – \$WLFI⁴¹ (um ticker homônimo mas distinto) – representam uma tentativa de institucionalizar e capitalizar o capital político da família Trump dentro de uma estrutura financeira regulamentada, ainda que de maneira tangencial. Essa institucionalização contrasta com a proposta de Nakamoto (2008), que via a tecnologia como um meio de reduzir os custos de transação e eliminar a necessidade de confiança em terceiros.

A World Liberty Financial não se apresenta como uma memecoin, mas como uma empresa tradicional que usa a tecnologia blockchain para emitir tokens que representam participação em seu ecossistema. Seu plano de negócios inclui a oferta de cartões de crédito, empréstimos e, crucialmente, a emissão de uma stablecoin lastreada em dólar (a \$USD1), em parceria com a empresa de custódia BitGo (SANDOR, 2025). Esta estratégia posiciona a \$WLFI não como uma força disruptiva marginal, mas como um concorrente direto no sistema bancário, porém, um concorrente que tem como principal ativo a marca e a base política de Trump.

Este caso é emblemático da criptocracia em ação, ilustrando três movimentos-chave:

1. Institucionalização da Criptopolítica: A transição das memecoins especulativas para empresas financeiras que emitem tokens de equity sinaliza a maturação de um modelo de negócios que monetiza a lealdade política. Já não se trata de flutuações oportunistas de curto prazo, mas da consolidação de um aparato financeiro paralelo, estruturado e duradouro. O antigo “toque de Midas” das memecoins converte-se em uma arquitetura institucionalizada de poder digital, que deixa de ser apenas um artefato especulativo para se afirmar como um mecanismo permanente de capitalização política do aparato tecnológico feudal.
2. Nacionalismo Financeiro Digital: A retórica da \$WLFI combina o populismo econômico⁴² do "America First" com a linguagem libertária das criptomoedas.

⁴¹ <https://worldlibertyfinancial.com/>. Acesso em: 29 set. 2025.

⁴² O populismo tecnológico pode ser entendido como uma lógica política que combina inovação digital com apelos populares, articulando demandas sociais dispersas, incluindo pautas conservadoras e autoritárias (GERBAUDO, 2022, p. 45).

No entanto, na prática, busca-se criar um conglomerado financeiro centralizado e controlado por uma elite específica, apropriando-se do discurso da "descentralização" para construir uma nova forma de centralidade corporativa-política.

3. Captura Regulatória e Greenwashing Financeiro⁴³: Ao operar em plataformas regulamentadas pela SEC, a WLFI busca uma aura de legitimidade e segurança para atrair um público mais amplo, além dos traders de cripto. Isso permite que ela capture o valor da base trumpista sob um guarda-chuva de compliance, enquanto seu projeto central – a stablecoin \$USD1 – pode, se bem-sucedido, conceder-lhe um poder monetário significativo, lastreado na confiança política em Trump e não apenas em reservas auditáveis.

Portanto, os tokens da World Liberty Financial representam a materialização prática da tese central de Varoufakis (2024) sobre a evolução do tecnofeudalismo trumpista. Conforme sustenta o autor, "o capitalismo está agora morto, no sentido de que a sua dinâmica já não governa as nossas economias", tendo sido substituído pelo tecnofeudalismo (2024, p. 5). Esta transição histórica, provocada pela mutação do capital em "capital nuvem", concretiza-se agora na construção de um feudo financeiro digital.

Nesse novo paradigma, testemunhamos a transferência gradual da soberania monetária das instituições públicas para uma corporação privada cujo principal lastro não é econômico, mas sim a identidade política de seu fundador - um movimento que consolida a arquitetura da criptocracia como herdeira do capitalismo em crise.

Dessa forma, o token \$USD1 encarna o princípio de que, na emergente criptocracia, o poder não é mais disputado apenas nas urnas ou no mercado tradicional, mas também nos protocolos e nas próprias infraestruturas de valor. Estas passam a ser controladas por elites transnacionais que articulam agendas político-corporativas específicas, confirmando que a nova fronteira de dominação reside no controle privado dos circuitos digitais onde a riqueza e o poder são agora gerados e distribuídos.

⁴³ Greenwashing financeiro é a prática de apresentar produtos ou iniciativas financeiras como sustentáveis sem compromissos substantivos com questões ambientais, e também sociais.

4 O Fim do Feudo Digital: Propostas para uma Economia Pós-Tecnofeudal

Este estudo analisou a emergência do tecnofeudalismo e a instrumentalização das criptomoedas no contexto da radicalização tecnoconservadora, tomando como eixo central a aliança entre Donald Trump e Elon Musk. A investigação demonstrou que, contrariando as narrativas de descentralização e emancipação financeira, as criptomoedas têm sido progressivamente cooptadas por elites transnacionais para consolidar novas arquiteturas de poder e acumulação.

A fundamentação teórica, ancorada em Varoufakis, Durand, Srnicek e Zuboff, entre outros, revelou como o capitalismo de plataforma e o capitalismo de vigilância convergem para instituir um novo regime de dominação digital. Nesse modelo, dados são colonizados e infraestruturas tecnológicas transformam-se em feudos contemporâneos, nos quais o controle algorítmico substitui a concorrência de mercado e a extração de renda digital suplanta o lucro tradicional.

A análise empírica, abarcando desde o lançamento de memecoins políticas e a institucionalização dos ETFs de Bitcoin até o uso estratégico de criptoativos por Estados como Rússia, Coreia do Norte e Irã, evidenciou a complexidade e as contradições inerentes a esse fenômeno. Casos emblemáticos, como o da World Liberty Financial e sua stablecoin \$USD1, ilustram a crescente tokenização do poder político⁴⁴, na qual o capital ideológico ingressa no sistema financeiro tradicional, consolidando um nacionalismo digital⁴⁵ que opera por meio da captura regulatória⁴⁶ e da financeirização de agendas específicas.

Conclui-se, portanto, que a promessa original de disrupção democratizante das criptomoedas foi substancialmente subvertida. Em seu lugar, consolidaram-se dinâmicas de reconcentração de poder em escala global, nas quais a própria retórica

⁴⁴ Tokenização do poder político refere-se à conversão de influência e capital político em ativos digitais negociáveis, permitindo a monetização da lealdade política.

⁴⁵ Nacionalismo digital combina políticas protecionistas e soberanistas com o uso estratégico de tecnologias digitais para promover interesses nacionais em detrimento da cooperação global.

⁴⁶ Captura regulatória ocorre quando agências reguladoras passam a servir aos interesses das indústrias que deveriam regular ao invés de ao interesse público.

da descentralização é instrumentalizada para legitimar novas hierarquias digitais e aprofundar assimetrias globais. A radicalização tecnoconservadora, catalisada por figuras como Trump e Musk, utiliza essas tecnologias não para emancipar, mas para promover agendas nacionalistas, protecionistas e autoritárias, reconfigurando a geopolítica do poder digital em desafio direto aos princípios democráticos.

Este cenário é agravado pelo fato de que essa economia digital opera à margem do sistema bancário tradicional, criando um circuito financeiro paralelo que pode ser utilizado para contornar a fiscalização de Estados e atores hegemônicos. Longe de representar uma fuga ao controle institucional, essa marginalidade estratégica beneficia principalmente aqueles que já detêm poder, sejam elites tecnofinanceiras ou Estados que buscam burlar sanções, reafirmando, em novas bases técnicas, as antigas estruturas de dominação que a tecnologia supostamente prometeria dissolver.

Os achados desta pesquisa sugerem a urgência de uma reflexão aprofundada sobre a governança do espaço digital e a necessidade de marcos regulatórios que protejam a autonomia individual e a soberania estatal diante da crescente influência de corporações e elites tecnocráticas. Além disso, evidencia-se a necessidade de criar novos protocolos que incorporem, desde sua concepção, uma narrativa e uma estrutura técnica contrárias à lógica criptocrata e tecnofeudal embutida nos tokens atuais.

Se a criptocracia, conforme demonstrado nesta pesquisa, é o regime onde elites transnacionais instrumentalizam protocolos blockchain para consolidar um tecnofeudalismo digital, privatizando a soberania monetária e transformando a descentralização em narrativa de legitimação, através de protocolos plutocráticos, o socialismo de protocolo⁴⁷ emerge como seu horizonte antagônico. Não se trata de abandonar a tecnologia, mas de ressignificá-la a partir de princípios radicalmente democráticos e comunitários na criação de sua narrativa tecnológica⁴⁸.

⁴⁷ Socialismo de protocolo é uma proposta de desenho técnico-político no qual infraestruturas digitais basilares são concebidas como bens comuns algorítmicos, com governança democrática e mecanismos redistributivos incorporados ao código.

⁴⁸ A alternativa, portanto, é uma narrativa inapropriável, que não possa ser cooptada pelas elites, mas que se mantenha fiel ao princípio de uma tecnologia para a emancipação coletiva.

Em contraposição à lógica extrativista da criptocracia, o socialismo de protocolo⁴⁹ propõe que as infraestruturas digitais críticas, como redes de transação, sistemas de identidade e mecanismos de governança, sejam concebidas como bens comuns algorítmicos, “algorithmic commons”². A discussão sobre o comum aqui mobilizada aproxima-se da formulação apresentada por Hardt e Antonio Negri em *Commonwealth* (2009), onde o comum é compreendido como o conjunto de recursos produzidos coletivamente — saberes, linguagens, afetos e até infraestruturas técnicas — cuja preservação exige instituições capazes de impedir sua apropriação privada. Essa perspectiva também dialoga com o diagnóstico do capitalismo de plataforma, que identifica nas grandes corporações digitais a tendência de centralizar e privatizar o valor gerado pela cooperação social. Ao inscrever o comum diretamente no código, o socialismo de protocolo busca reverter essa dinâmica, garantindo que o valor produzido coletivamente permaneça acessível, redistribuível e governável pela coletividade. Seu desenho técnico priorizaria:

1. A propriedade coletiva e o controle democrático dos protocolos-base, impedindo que a governança seja capturada por whales ou corporações.
2. Mecanismos de distribuição de valor incorporados ao código, como aposentadoria por contribuição à rede ou fundos automáticos para bens públicos, em vez da concentração de renda por meio de taxas de plataforma⁵⁰.

⁴⁹ Socialismo de protocolo distingue-se do conceito mais amplo de *socialismo de plataforma* – que se refere à criação de aplicações e serviços digitais geridos coletivamente (como cooperativas de plataforma) – por focar especificamente na camada infraestrutural de base. Enquanto o socialismo de plataforma opera predominantemente no nível da intermediação (substituindo, por exemplo, a Uber por uma cooperativa de motoristas), o socialismo de protocolo propõe que os próprios protocolos técnicos fundamentais (como blockchains, mecanismos de governança e sistemas de transferência de valor) sejam concebidos como bens comuns algorítmicos, com lógicas redistributivas e democráticas inscritas em seu código. Trata-se, portanto, de uma intervenção mais radical: se o socialismo de plataforma constrói alternativas *sobre* a infraestrutura existente, o socialismo de protocolo busca reformar a própria base técnica sobre a qual as plataformas são edificadas, impedindo estruturalmente a acumulação extractiva e a captura plutocrática.

⁵⁰ Ou mesmo, como no projeto \$alam, cuja arquitetura estabelece que cada transação seja submetida a uma taxa de 0,6%, distribuída da seguinte forma: 0,1% destinada a um fundo de carbono, voltado à mitigação dos impactos ambientais associados ao mecanismo de Proof of Work (PoW); 0,2% alocados à DAO da Palestina, fortalecendo sua capacidade de coordenação autônoma; e 0,2% redistribuídos diretamente aos palestinos autenticados no sistema, funcionando como um mecanismo automático de transferência de renda.

3. Transparência radical e interoperabilidade como normas técnicas, para evitar a formação dos "feudos digitais" descritos por Varoufakis (2024).

Nesse modelo, um protocolo de financiamento coletivo, por exemplo, não seria controlado por uma empresa como a World Liberty Financial de Trump, mas por uma organização autônoma descentralizada (DAO⁵¹) cujas regras de funcionamento garantissem que as decisões e os benefícios fossem distribuídos entre todos os participantes, e não apenas aos detentores de maior capital.

Enquanto a extrema-direita se apropria da retórica da "liberdade cripto" para um projeto neoliberal-autoritário, o socialismo de protocolo resgata a descentralização para um fim emancipatório. É uma batalha pelo significado político da tecnologia.

Esta perspectiva não rejeita o avanço tecnológico, mas propõe a sua ressignificação em contraposição à lógica instrumental dominante. Ela dialoga com o diagnóstico de Durand (2020) sobre a plataformização, ao defender um modelo alternativo de plataformização cooperativa. Nesse modelo, a infraestrutura digital é orientada para a coordenação econômica consciente e o planejamento democrático, e não para a acumulação privada. Desse modo, configura-se como a antítese da criptocracia: se esta usa a retórica da descentralização para, na prática, centralizar o poder, o socialismo de protocolo utiliza a infraestrutura distribuída para efetivamente distribuir a soberania. Trata-se de usar os instrumentos do sistema vigente para desmontar as suas estruturas de dominação e erigir uma nova ordem socioeconômica.

A resposta a esses desafios reside na disputa pelo sentido político da tecnologia, uma disputa que não é apenas teórica, mas exige a construção de alternativas técnicas materiais. Essas alternativas devem incorporar, desde a sua

i Proof of Work é um mecanismo de consenso em blockchains no quais mineradores resolvem problemas matemáticos complexos para validar transações e criar novos blocos, consumindo grande quantidade de energia. Proof of Stake é um mecanismo de consenso alternativo ao PoW, no quais validadores são escolhidos com base na quantidade de tokens que possuem e estão dispostos a "bloquear" (staking) como garantia.

⁵¹ A partir da leitura de Sadeghi (2022, p. 76), é possível compreender que as Organizações Autônomas Descentralizadas (DAOs) representam uma expressão concreta do potencial das criptomoedas para reorganizar relações produtivas com base em princípios comuns.

arquitetura, princípios antagônicos à lógica criptocrata, impedindo assim a cooptação da narrativa tecnológica pela extrema-direita.

Para além da crítica, é fundamental um engajamento filosófico com as tecnologias blockchain que permita compreender criticamente seus impactos normativos sobre a sociedade. Esta abordagem hermenêutica, como propõem Reijers e Coeckelbergh (2019, p. 12), reconhece que "as tecnologias não configuram nossa compreensão narrativa de uma única maneira unificada", destacando que diferentes tecnologias produzem processos de configuração narrativa distintos, alguns mais próximos ao paradigma textual, outros mais distantes. Esta perspectiva é crucial para desvendar como as blockchains ativamente configuram estruturas narrativas que mediam nossa compreensão da realidade social e econômica.

Essa reflexão hermenêutica torna-se particularmente essencial na construção de alternativas como o socialismo de protocolo, que busca ressignificar a tecnologia blockchain a partir de princípios democráticos e coletivos. Ao compreender como as estruturas narrativas das tecnologias podem engajar-se no mundo da ação ou abstrair-se dele, torna-se possível projetar protocolos que incorporem ativamente configurações narrativas emancipatórias em seu código. Desta forma, pode-se evitar que a promessa de descentralização seja cooptada por elites tecnocráticas, garantindo que as estruturas técnicas reflitam e promovam valores de justiça social e governança democrática desde sua concepção algorítmica mais fundamental.

É neste contexto de disputa pelo sentido político da tecnologia que o criptoativo \$ALAM⁵² se insere como uma antítese tecnológica e política ao modelo hegemônico da criptocracia. Desenvolvido como um desdobramento prático desta pesquisa, o protocolo \$ALAM materializa operacionalmente os princípios do socialismo de protocolo, constituindo-se como um artefato técnico impregnado de intencionalidade política.

Sua concepção integra três dimensões fundamentais:

1. A pesquisa crítica sobre a criptocracia, que diagnostica a cooptação das criptomoedas por elites tecnofeudais;

⁵² <https://github.com/simplestringdev/salam>. Repositorio oficial.

2. A análise de mercado, que identifica as limitações e contradições dos modelos vigentes;
3. O desenvolvimento ativo de alternativas, traduzindo a teoria em infraestrutura tangível.

Ao priorizar em seu código a narrativa do Sul Global, a distribuição equitativa de valor, a governança comunitária e a resistência estrutural à acumulação especulativa, o \$ALAM desafia a lógica extrativista do tecnofeudalismo digital. Ele opera não como mais um ativo financeiro, mas como um protocolo de resistência algorítmica, no qual as regras de funcionamento são desenhadas para impedir a concentração de poder e fomentar a soberania digital coletiva.

A existência do \$ALAM serve, portanto, como demonstração empírica de que a próxima geração de protocolos blockchain não está fadada à cooptação de sua narrativa. Pelo contrário, ela pode ser intencionalmente arquitetada para confrontar o complexo tecnofeudal, oferecendo um caminho técnico-político viável para um futuro digital genuinamente emancipatório. Esta iniciativa representa um esforço consciente de uma intelectualidade orgânica digital, composta por desenvolvedores, pesquisadores e ativistas, para transcender a crítica teórica e engajar-se na construção prática de alternativas. Esse engajamento materializa um passo indispensável para resistir à captura criptocrata e disputar, a partir de bases técnicas concretas, o significado político da tecnologia no século XXI.

Em síntese, a criptocracia não é o fim da história da economia digital, mas uma etapa contraditória na evolução das relações entre tecnologia e poder. O seu desafio estrutural central reside em resgatar o potencial emancipatório da tecnologia face à sua captura por interesses oligárquicos. O futuro digital ainda está em disputa e é na articulação entre crítica rigorosa e experimentação prática que se poderão vislumbrar caminhos para uma economia digital mais justa e democraticamente orientada.

Se a criptocracia representa a consolidação do tecnofeudalismo, um regime em que elites tecnocráticas controlam infraestruturas digitais, monetizam a vida social por meio de renda algorítmica e corroem a soberania estatal, a pergunta que se impõe é: o que vem depois? É possível vislumbrar um horizonte pós-tecnofeudal?

Esse horizonte não significa um retorno ao capitalismo industrial ou à democracia liberal clássica, mas sim a superação das estruturas de dominação digital em ascensão, num futuro pós-capitalista. O pós-tecnofeudalismo pressupõe a ruptura com a lógica extrativista, a reconcentração de poder e a servidão dataficação que marcam o tecnofeudalismo. Para tanto, é necessário enfrentar três dimensões interligadas: a tecnológica, a política e a econômica.

No plano tecnológico, o pós-tecnofeudalismo exige a criação de protocolos verdadeiramente comunitários, como o projeto \$ALAM, mencionado nesta pesquisa, nos quais a governança seja embutida no código, impedindo a captura por grandes detentores (whales) ou corporações. Isso implica mecanismos de consenso mais igualitários, taxas redistributivas automáticas e sistemas de identidade descentralizados que não reproduzam as assimetrias do mundo offline.

Do ponto de vista político, é necessário reinventar instituições democráticas capazes de regular, e, quando necessário, socializar, infraestruturas digitais críticas. Se o tecnofeudalismo substitui o Estado por feudos privados, o pós-tecnofeudalismo deve reconciliar eficiência técnica com controle público, seja por meio de cooperativas de plataforma, seja pela regulação de “commons algorítmicos” ou então pela construção de protocolos distribuídos.

Na dimensão econômica, a transição pós-tecnofeudal depende da ressignificação da tecnologia. Em vez de criptomoedas como ativos especulativos, é preciso valorizá-las como ferramentas de organização produtiva, financiamento coletivo e circulação de bens comuns. A renda digital deve ceder lugar a modelos de valor compartilhado, nos quais os produtores de dados, os usuários, sejam também seus beneficiários.

Essa transição não ocorrerá de forma espontânea. Exigirá coalizões transnacionais entre movimentos sociais, Estados soberanos, desenvolvedores engajados e comunidades digitais. Como alerta Durand (2020), a platformização não é um destino irreversível, mas um campo de luta. A disputa pelo sentido da tecnologia, se instrumento de dominação ou de emancipação, definirá se o pós-tecnofeudalismo será marcado pela democratização digital ou por novas formas de oligarquia algorítmica.

O tecnofeudalismo não se configura meramente como uma crise econômica; ele é a culminação de uma racionalização social dominada pela lógica cognitivo-instrumental, onde o capitalismo de plataforma consolida o "tecnopoder" através da extração de dados e da substituição da renda por um domínio soberano e extrativo. O pós-tecnofeudalismo, por conseguinte, constitui-se como uma oportunidade reconstrutiva, não para um retorno nostálgico ao passado, mas para o avanço em direção a um paradigma digital genuinamente democrático, cuja arquitetura será definida pela capacidade de codificar os protocolos de uma nova ordem.

Neste quadro teórico, o neoconceito de "dinheiro inteligente" (smart money⁵³) adquire um sentido estritamente vinculado ao socialismo de protocolo. Em vez de representar apenas uma evolução técnica das formas monetárias, transforma-se no instrumento operativo central de uma arquitetura econômica pós-tecnofeudal. Aqui, a moeda não se limita a registrar transações: ela executa finalidades coletivas inscritas diretamente no código, convertendo-se em vetor de justiça redistributiva, proteção ambiental e coordenação democrática.

Ao contrário das criptomoedas especulativas, que reforçam dinâmicas de acumulação individual, e das moedas digitais de bancos centrais (CBDCs), que ampliam capacidades de controle vertical, o dinheiro inteligente é concebido como um ativo teleológico: sua função social não é externa ao sistema, mas estruturada desde o início em seu protocolo. Ele opera de forma convergente com a lógica do socialismo de protocolo, que entende as infraestruturas digitais críticas como bens comuns algorítmicos. Assim como o comum, na formulação discutida por Hardt e Antonio Negri (2009), existe apenas enquanto processo de produção coletiva que precisa de instituições capazes de protegê-lo, o dinheiro inteligente só adquire sentido pleno quando inscrito em estruturas que impedem sua apropriação privada e orientam sua circulação para fins de interesse público.

No socialismo de protocolo, o dinheiro inteligente funciona, portanto, como uma instituição programável. Ele incorpora, diretamente na camada monetária, mecanismos de redistribuição, fundos de reparação, critérios de elegibilidade social,

⁵³ Ver Apêndice 1. Capital Comum Programável e a Recuperação da Função Pública da Blockchain

incentivos ecológicos e regras democráticas de governança. Em vez de depender de políticas externas, a própria moeda torna-se a política: o código é a política pública.

Essa abordagem permite imaginar uma economia em que a infraestrutura monetária deixa de ser um instrumento subordinado ao mercado ou ao Estado, e passa a constituir um sistema de coordenação social baseado na produção, proteção e expansão do comum. O dinheiro inteligente, nesse sentido, é o componente que operacionaliza o socialismo de protocolo na prática, realizando o vínculo entre tecnologia, justiça material e governança distribuída.

Sua arquitetura pode integrar Inteligência Artificial não para otimizar a extração de valor, mas para potencializar funções redistributivas e de governança cívica, materializando princípios éticos no código. Sua engenharia pode, por exemplo, fundamentar-se em epistemologias decoloniais e utilizar tecnologias como a Web-of-Trust para mitigar ameaças à participação (e.g., Sybil Attack), buscando assegurar uma democracia protocolar onde a ética é o algoritmo. O futuro da economia digital, portanto, exige uma reorientação da técnica, transformando-a de vetor de crise em catalisador de emancipação social.

Um exemplo embrionário dessa lógica pode ser observado por meio do \$ALAM, que atua como infraestrutura ética de soberania digital para povos sem Estado. Sua arquitetura facilita a transição de um socialismo de plataforma, focado na intermediação cooperativista, para um socialismo de protocolo, no qual a base técnica da economia digital é redesenhada como bem comum algorítmico.

Como argumentam Reijers e Coeckelbergh (2019, p. 2):

Uma das narrativas globais incipientes sobre inovações tecnológicas revolucionárias gira em torno da chamada tecnologia de blockchain, tendo a conhecida criptomoeda Bitcoin como sua manifestação mais difundida (ROIO, 2013, p. 12). O potencial imaginado do blockchain vem se concretizando nos últimos anos, com o desenvolvimento de aplicações que mimetizam serviços tradicionalmente oferecidos exclusivamente por governos, como o projeto Bitnation (ALLISON, 2015); iniciativas de engajamento cidadão e novas formas de participação democrática, como o projeto D-CENT (D-CENT, 2015); e plataformas digitais para a criação dos mais variados tipos de aplicações descentralizadas, como a plataforma Ethereum (WOOD, 2014). Neste artigo, investigamos as tecnologias de blockchain e o modo como elas podem transformar nossa sociedade a partir de uma perspectiva filosófica. Ao fazê-lo, contrapomos a visão instrumental segundo a qual os seres humanos apenas utilizam tecnologias blockchain para fins previamente definidos e mostramos como essas tecnologias podem ativamente moldar o nosso mundo social.

No \$ALAM, a narrativa tecnológica é orientada à redistribuição automática de valor e à governança por uma Organização Autônoma Descentralizada (DAO), na qual cada pessoa possui direito a um voto, possibilitando uma democracia direta digital em escala transnacional potencialmente ampliada por mecanismos de renda básica universal.

O socialismo de protocolo evoca implícitamente a teoria da Revolução Permanente de Leon Trotsky, adaptada ao contexto do século XXI e das tecnologias digitais. Trotsky argumentava que a revolução socialista, para ser bem-sucedida, não poderia se isolar em fronteiras nacionais, mas deveria se expandir internacionalmente para evitar a degeneração burocrática e a restauração capitalista (TROTSKY, [1930] 2007, p. 132). De forma análoga, o socialismo de protocolo opera em uma rede global (o blockchain), evitando a captura estatal e a burocracia excessiva por meio de uma arquitetura distribuída.

Este modelo inova ao buscar realizar, através de mecanismos de mercado digitais (como as DAOs – Organizações Autônomas Descentralizadas), uma forma de planejamento central descentralizado. Essa estrutura ecoa o pensamento de Lenin sobre o controle direto dos produtores sobre os meios de produção (LENIN, [1917] 1987). Lenin via a substituição da velha máquina estatal burguesa por uma nova, baseada nos operários armados e nos Sovietes, como um meio de organizar a produção e a distribuição (LENIN, [1917] 1987, p. 40). O socialismo de protocolo visa esse controle sem as limitações históricas de burocracia e opacidade, graças à transparência radical do blockchain e à automatização de funções por meio de contratos inteligentes.

Além disso, a estrutura do socialismo de protocolo permite incorporar mecanismos progressistas diretamente no seu código. Um imposto sobre o capital (ou riqueza) global e progressivo, como o proposto por Thomas Piketty para conter a divergência e a concentração de riqueza, poderia ser programado diretamente na blockchain para assegurar sua aplicação automática na economia digital (PIKETTY, 2014, p. 501). Assim, ao aproveitar o quórum e o capital político de uma DAO, torna-se teoricamente possível coordenar recursos de forma eficiente e democraticamente legitimada.

O modelo propõe uma transição dinâmica: um socialismo democrático em evolução contínua. No caso do \$ALAM, se uma tecnologia superior emergir como um mecanismo de consenso mais regenerativo, a DAO pode optar democraticamente por migrar. Essa flexibilidade evita a estagnação e a captura por elites, materializando uma revolução permanente não como ruptura violenta, mas como refinamento tecnológico perpétuo, impulsionado pela participação direta. Nesse sentido, o dinheiro inteligente inaugura um paradigma em que a centralização necessária ao planejamento não decorre de um aparelho de Estado, mas de uma infraestrutura digital auditável e compartilhada, assessorada por IA que codifica princípios de justiça social e soberania popular.

Entretanto, é imperativo confrontar os riscos de captura dessa narrativa pela lógica da criptocracia. Como regime tecnopolítico dominado por elites transnacionais, a criptocracia mostra notável habilidade em cooptar discursos emancipatórios para reforçar estruturas de dominação (VAROUFAKIS, 2024). Essa cooptação pode ocorrer por diferentes vias:

1. Infiltração econômica: aquisição de grandes volumes de tokens por whales, como fundos de investimento alinhados a corporações, permitindo manipular a governança da DAO e esvaziar mecanismos redistributivos.
2. Apropriação narrativa: a retórica de “revolução permanente” e “socialismo de protocolo” poderia ser re-empacotada por atores neoliberais como mais uma versão da “liberdade financeira”, tal como ocorreu com a cooptação do ideal cypherpunk pelo capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019).
3. Integração regulatória hostil: Estados autoritários poderiam adotar forks do protocolo com backdoors de vigilância sob o pretexto de segurança nacional, revertendo sua essência soberana em instrumento de controle geopolítico.
4. Captura tecnológica: a inserção de algoritmos de IA proprietários e extrativistas no núcleo do dinheiro inteligente poderia subverter sua finalidade, priorizando o lucro em detrimento da justiça social.

Portanto, a realização do potencial emancipatório está longe de ser inevitável. Ela requer não apenas inovação técnica, mas também vigilância crítica permanente

e salvaguardas robustas, como auditorias abertas e cláusulas de governança imutáveis, para proteger a integridade do modelo contra a dialética da cooptação. A verdadeira revolução permanente digital dependerá da capacidade de manter os protocolos fiéis a seus princípios coletivistas, evitando que se tornem mais um capítulo na ascensão do tecnofeudalismo.

Assim, a análise de autores como Varoufakis (2024), Durand (2020), Smicek (2019) e Zuboff (2019) revela um cenário preocupante: a ascensão da criptocracia como expressão máxima do tecnofeudalismo. Nesse regime, a promessa libertária das criptomoedas é subvertida em favor da concentração inédita de poder nas mãos de uma elite tecnocrática transnacional. Plataformas e protocolos digitais convertem-se em feudos algorítmicos, onde a extração de renda digital substitui o lucro produtivo e a soberania estatal é corroída por soberanias privadas. A descentralização técnica mascara uma centralização política e econômica profunda: usuários tornam-se “servos de dados”, enquanto a governança é capturada por whales e corporações.

Diante desse diagnóstico, a mera inovação técnica ou a esperança em soluções regulatórias são insuficientes. É necessário codificar salvaguardas desde a origem: auditorias abertas, cláusulas de governança imutáveis, mecanismos redistributivos automáticos e padrões obrigatórios de interoperabilidade. Só assim será possível blindar os protocolos contra a cooptação.

Inspirando-se na proposta das “utopias reais” de Erik Olin Wright (2010), podemos contrastar dois futuros digitais em disputa:

Num futuro tecnofeudal, o poder estaria concentrado em conglomerados transnacionais e Estados autoritários que controlam protocolos basilares. A descentralização seria fachada; cidadãos seriam reduzidos a produtores de valor comportamental, governados por plutocracias algorítmicas. A desigualdade estaria codificada no sistema, com mecanismos automáticos de extração de renda beneficiando senhores da nuvem. A política seria substituída por modulação comportamental, e a democracia, por consensos fabricados digitalmente. Projetos como a World Liberty Financial já apontam nesse sentido.

Num futuro orientado pelo socialismo de protocolo, as infraestruturas digitais seriam concebidas como bens comuns algorítmicos. A governança estaria inscrita no código para garantir participação direta e equitativa. DAOs reorganizariam relações produtivas com base em princípios comunais, e a IA auxiliaria funções redistributivas e deliberação coletiva. O dinheiro inteligente financiaria automaticamente políticas progressivas, como impostos redistributivos e renda básica universal. Transparência radical e interoperabilidade barrariam a formação de feudos digitais. Iniciativas como o protocolo \$ALAM já ilustram esse caminho, priorizando soberania sem Estado e resistência à acumulação especulativa.

Esse contraste não é um destino fechado, mas um campo de possibilidades em disputa. Enquanto o tecnofeudalismo aprofunda a lógica extrativista do capitalismo de vigilância, o socialismo de protocolo resgata a promessa emancipatória da tecnologia, distribuindo não apenas recursos, mas soberania genuína.

O futuro digital ainda está em aberto. Sua arquitetura será definida por aqueles que se dispuserem a codificar alternativas democráticas desde agora. Esta pesquisa conclui, portanto, com um chamado à ação: cabe a pesquisadores, ativistas, desenvolvedores e comunidades engajadas não apenas formular críticas, mas participar ativamente da construção de infraestruturas digitais emancipatórias, seja no desenvolvimento de código, na produção teórica ou na disputa política que o ecossistema blockchain torna possível.

A batalha pelo significado político da tecnologia está apenas começando. E, nesta nova era, blockchain e inteligência artificial já não são meras ferramentas: tornam-se campos de disputa, territórios de soberania e vetores de transformação. O socialismo de protocolo emerge como uma dessas possibilidades históricas, uma arquitetura capaz de reinscrever o comum no coração do digital.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S. *Power and progress: our thousand-year struggle over technology and prosperity*. New York: PublicAffairs, 2023.

ALDEN, E.; MATTHIJS, M.; SMITH, S. A.; KURLANTZICK, J. Geopolitics of Trump tariffs: how U.S. trade policy has shaken allies. *Council on Foreign Relations*, 10 set. 2025. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/geopolitics-trump-tariffs-how-us-trade-policy-has-shaken-allies>. Acesso em: 29 set. 2025.

ALMEIDA, A. H. C. *O impacto da ascensão das criptomoedas na política monetária: como podem afetar a capacidade de atuação dos bancos centrais*. 2019. Monografia (Final de Curso) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ÁLVAREZ, J. Trump confia política externa dos EUA a Marco Rubio. *Huffington Post*, 2025. Disponível em: <https://www.huffingtonpost.es/global/trump-confia-politica-exterior-eeuu-marco-rubio-halcon-medida-proyecto-magabr.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

AMARAL, Augusto Jobim do; ROSA, Pablo Ornelas; SABARIEGO, Jesús. Da silicolonização do mundo ao tecnoconservadorismo: o renascimento do extremismo político brasileiro no século 21. *Revista de Estudios Sociales*, Bogotá, n. 94, 2025.

AMERICAN IMMIGRATION COUNCIL. *Mass deportation: analyzing the Trump administration's immigration policy*. 2025. Disponível em: <https://www.americanimmigrationcouncil.org/report/mass-deportation-trump-democracy/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

ANGWIN, Julia; LARSON, Jeff. Amazon Puts Its Own “Brands” First Above Better-Rated Products. *The Markup*, 14 out. 2021.

AVELAR, B. Bukele da marcha atrás y retira al bitcoin la condición de moneda legal en El Salvador. *El País*, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/america/2025-01-30/bukele-da-marcha-atras-y-retira-al-bitcoin-la-condicion-de-moneda-legal-en-el-salvador.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BAZAN, V. O que é rug pull? Como evitar golpes em criptomoedas. *UnderBlock*, [s.d.]. Disponível em: <https://www.underblock.com.br/definicao/rug-pull/>. Acesso em: 29 set. 2025.

BELTRAMINI, E. Against technocratic authoritarianism: a short intellectual history of the cypherpunk movement. *Internet Histories*, [s.l.], p. 1-19, 2020. DOI: 10.1080/24701475.2020.1731249. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24701475.2020.1731249>. Acesso em: 25 set. 2025.

BENÍTEZ-EYZAGUIRRE, Lucía. Aspectos éticos del uso de algoritmos en el acceso a la información e impactos en la ciudadanía y la política. In: SABARIEGO et al. (org.). *Algoritmos*. 2020.

BERNAL, V.; PYPE, K.; RODIMA-TAYLOR, D. (ed.). *Cryptopolitics: exposure, concealment, and digital media*. New York: Berghahn Books, 2023. 248 p. (Anthropology of Media, v. 12).

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (org.). *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998. 2 v.

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGA, G. S. *Impactos econômicos da adoção de bitcoin em El Salvador*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/38779/1/ImpactosEcon%C3%B4micosAdo%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRANCO, J. Terras irredentas, espaço vital e Doutrina Monroe: o novo expansionismo de Trump. *Brasil de Fato*, São Paulo, 13 mai. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/jorge-branco/2025/05/13/terras-irredentas-espaco-vital-e-doutrina-monroe-o-novo-expansionismo-de-trump/>. Acesso em: 1 out. 2025.

BRADSHAW, S.; HOWARD, P. N. *The global disinformation order: 2019 global inventory of organised social media manipulation*. Oxford: University of Oxford, 2019.

BRATTON, B. *The stack: on software and sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2015.

BYBIT. Gráfico de negociação TRUMP/USDT. [S.l.]: Bybit, 2025. Disponível em: <https://www.bybit.com/en/trade/spot/TRUMP/USDT>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CADENA SER. Es una estafa: los expertos advierten sobre los riesgos del 'cripto-fraude' de Javier Milei. 17 fev. 2025. Disponível em: <https://cadenaser.com/nacional/2025/02/17/pira-milei-estafa-piramidal-cadena-ser/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. *The Guardian*, 17 mar. 2018.

CASEY, M. J.; VIGNA, P. *The age of cryptocurrency: how bitcoin and digital money are challenging the global economic order*. Londres: The Bodley Head, 2015.

CASEY, M. J.; VIGNA, P. *The truth machine: the blockchain and the future of everything*. New York: St. Martin's Press, 2018.

CASSIDY, J. Economic reality bites Trump and his protectionist trade policies. *New Yorker*, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/the-financial-page/economic-reality-bites-trump-and-his-protectionist-trade-policies>. Acesso em: 25 set. 2024.

CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. (org.). *Colonialismo de dados e modulação algorítmica: tecnopolítica, sujeição e guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/editora/wp-content/uploads/sites/17/2022/06/colonialismodedados_fpa_WEB.pdf. Acesso em: 1 out. 2025.

CEBRI. Da geoeconomia à geopolítica de Trump. *CEBRI-Revista*, n. 12, jul. 2025. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/195/da-geoeconomia-a-geopolitica-de-trump>. Acesso em: 1 out. 2025.

CERULLO, M. These companies say they're investing more in U.S. manufacturing as tariffs go into effect. *CBS News*, 30 abr. 2025. Disponível em:

<https://www.cbsnews.com/news/us-manufacturing-domestic-tariffs/>. Acesso em: 25 set. 2024.

CHIDI, G. Musk could use the 'Department of Government Efficiency' for self-enrichment. *The Guardian*, 30 nov. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2024/nov/30/elon-musk-government-efficiency-self-enrichment>. Acesso em: 16 set. 2025.

CNN BRASIL. Tokens da World Liberty, da família Trump, começam a ser negociados. *CNN Brasil*, 28 mai. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/tokens-da-world-liberty-da-familia-trump-comecam-a-ser-negociados/>. Acesso em: 25 set. 2024.

COHEN, L.; HESSON, T. O uso de Trump de lei de guerra para deportações de venezuelanos é ilegal, decide juiz. *Reuters*, Nova Iorque, 1 maio 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/us/trump-cannot-use-alien-enemies-act-deport-venezuelans-judge-rules-2025-05-01/>. Acesso em: 29 set. 2025.

COINTELEGRAPH BRASIL. FMI aconselha El Salvador a limitar uso de bitcoin para evitar riscos. *Exame*, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://exame.com/future-of-money/fmi-aconselha-el-salvador-a-limitar-uso-de-bitcoin-para-evitar-riscos/>. Acesso em: 1 out. 2025.

COLVIN, J. Trump unleashes a supercharged MAGA agenda and Republicans come aboard. *AP News*, 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/09c71f4a1e4084e3adf92546219ee4ab>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório final do Painel de Especialistas estabelecido nos termos da resolução 2680 (2023)*. S/2024/215. Nova Iorque: ONU, 7 mar. 2024. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S%202024%20215.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

DE FILIPPI, P.; WRIGHT, A. *Blockchain and the law: the rule of code*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

DURAND, C. *Tecnofeudalismo: crítica de la economía digital*. Tradução para o português. Madrid: La Cebra/Kaxilda, 2020.

EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo usados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2019.

EPSTEIN, Robert; ROBERTSON, Ronald. The search engine manipulation effect (SEME) and its possible impact on the outcomes of elections. PNAS, 2015.

FARIZA, I. Los aranceles de Trump al acero y al aluminio ponen en alerta a la UE e castigan a industria y consumidores. *El País*, 11 fev. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2025-02-11/los-aranceles-al-aluminio-y-al-acero-impactan-de-lleno-en-canada-y-mandan-un-primer-aviso-a-la-ue.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FEDERAL TRADE COMMISSION. Complaint for Injunctive Relief: FTC et al. v. Amazon.com, Inc. 2023.

FERRERO, I. El bitcoin es un gran peligro para la democracia: las “memeces libertarianas”, también. *El Salto Diario*, 17 abr. 2021. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/laplaza/el-bitcoin-es-un-gran-peligro-para-la-democracia.-las-memeces-libertarianas-tambien>. Acesso em: 1 out. 2025.

FIGUEROA, A. How Trump carved a pathway for his mass deportations through executive orders. *Missouri Independent*, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://missouriindependent.com/2025/03/19/repub/how-trump-carved-a-pathway-for-his-mass-deportations-through-executive-orders/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FLOR, K. Big techs desafiam a democracia e favorecem a extrema direita. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 10 fev. 2025. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/big-techs-desafiam-a-democracia-e-favorecem-a-extrema-direita/>. Acesso em: 1 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOLETTTO, L. (org.). *Manifestos cypherpunks*. São Paulo: BaixaCultura; Ponta Grossa: Monstro dos Mares, 2021.

FRASER, N. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. Tradução de Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRITSCH, R.; MULLER, M.; WATTENHOFER, R. Analyzing voting power in decentralized governance: who controls DAOs? 2022. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2204.01176>. Acesso em: 26 set. 2025.

GENSLER, G. Statement on the approval of spot Bitcoin ETPs. *U.S. Securities and Exchange Commission (SEC)*, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.sec.gov/news/statement/gensler-statement-spot-bitcoin-011023>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GIROUX, H.; FIGUEIREDO, G. Maquinário midiático e digital normaliza a extrema direita na política. *A Terra é Redonda*, 8 out. 2024. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/maquinario-midiatico-e-digital-normaliza-a-extrema-direita-na-politica/>. Acesso em: 1 out. 2025.

GOLUMBIA, D. *The politics of Bitcoin: software as right-wing extremism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

GUILFORD, G. Elon Musk's biggest conflict is with Donald Trump. *Reuters*, 7 nov. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/breakingviews/elon-musks-biggest-conflict-is-with-donald-trump-2024-11-06/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. *Teoria da ação comunicativa: volume 1: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução e apresentação de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

HADJADJI, N. Libertarismo – um novo campo para a extrema direita? *A Terra é Redonda*, 12 dez. 2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/libertarismo-um-novo-campo-para-a-extrema-direita/>. Acesso em: 1 out. 2025.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Harvard University Press, 2009.

HARVEY, D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERNÁNDEZ, A. El criptofiasco de Milei: presidente de Argentina denunciado por presunta estafa. *Huffington Post España*, 15 dez. 2024. Disponível em: <https://www.huffingtonpost.es/global/el-criptofiasco-milei-presidente-argentina-denunciado-presunta-estafa.html>. Acesso em: 19 mar. 2025.

HERNÁNDEZ, J. I. In El Salvador, Bitcoin's retreat left valuable lessons. *Americas Quarterly*, 17 mar. 2025. Disponível em: <https://www.americasquarterly.org/article/in-el-salvador-bitcoins-retreat-left-valuable-lessons/>. Acesso em: 1 out. 2025.

HERZ, M.; SUMMA, G. A extrema-direita como ameaça para a governança mundial. *Instituto Humanitas Unisinos - IHU*, 10 out. 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/648284-a-extrema-direita-como-ameaca-para-a-governanca-mundial>. Acesso em: 19 mar. 2025.

HINE, Christine. *Ethnography for the Internet: embedded, embodied and everyday*. Bloomsbury Academic, 2015.

HOPPE, H.-H. *Democracy: the god that failed: the economics and politics of monarchy, democracy, and natural order*. New Brunswick, N.J.; London: Transaction Publishers, 2001.

HOPPE, Hans-Hermann. *Getting Libertarianism Right*. Mises Institute, 2018.

HUDIMA, T.; DZHABRAILOV, R. A.; CHERNYKH, O. International economic sanctions against the Russian Federation and cryptocurrencies: legal assessment. *Entrepreneurship Economy and Law*, 2022.

HUGHES, E. A cypherpunk's manifesto. [S.l.], mar. 1993. Disponível em: <https://cdn.nakamotoinstitute.org/docs/cypherpunk-manifesto.txt>. Acesso em: 25 out. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. *United States: repeal the Alien Enemies Act, a human rights argument*. HRW, 1 maio 2025. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2025/05/01/united-states-repeal-the-alien-enemies-act/a-human-rights-argument>. Acesso em: 30 out. 2025.

IMF. *El Salvador: selected issues*. In: *IMF Staff Country Reports*. Volume 2025, Issue 068. 2025. Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/view/journals/002/2025/068/article-A001-en.xml>. Acesso em: 1 out. 2025.

INFOMONEY. Bitcoin em El Salvador, dois anos depois: do fracasso à surpresa com títulos. *InfoMoney*, 28 set. 2023. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TgVwukiTG8I>. Acesso em: 1 out. 2025.

INFOMONEY. Is Bukele about to end Bitcoin in El Salvador? *InfoMoney*, 12 mar. 2025. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=op8-TmZJFyl>. Acesso em: 1 out. 2025.

IRAN MINISTRY OF INDUSTRY, MINE AND TRADE. *Regulation on cryptocurrency mining and trade*. Teerã: Ministry of Industry, Mine and Trade, 2020. Disponível em: <https://en.mimt.gov.ir/regulations/crypto-mining>. Acesso em: 24 mar. 2025.

JAMIESON, D. Donald Trump is exploiting Europe's weakness. *Jacobin*, 23 ago. 2025. Disponível em: <https://jacobin.com/2025/08/eu-nato-trump-putin-multipolarity-imperialism>. Acesso em: 30 set. 2025.

JUNIOR, M. H. V. EUA e Trump: como o nacionalismo influenciou a balança de poder mundial. *Revista (RE)DEFINIÇÕES DAS FRONTEIRAS*, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 3, p. 22-41, jun. 2023. Disponível em: <https://journal.idesf.org.br/index.php/redfront/article/download/51/64/324>. Acesso em: 1 out. 2025.

KACHWALA, Z. Tesla stock extends rally as Musk-Trump alliance fuels gains. *Reuters*, 11 nov. 2024b. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/tesla-stock-extends-rally-musk-trump-alliance-fuels-gains-2024-11-11/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

KACHWALA, Z.; MONTGOMERY, B. Elon Musk at Trump rally: "I'm dark, gothic MAGA". *Reuters*, 28 out. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/video/watch/idRW509428102024RP1/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

KALASHNIKOV, H. Rússia quer copiar EUA e criar reserva de Bitcoin com fundos apreendidos. *Livecoins*, 2025. Disponível em: <https://livecoins.com.br/russia-quer-copiar-eua-e-criar-reserva-de-bitcoin-com-fundos-apreendidos/>. Acesso em: 30 set. 2025.

KATTE, S. Iran orders crypto exchange curfew after \$100M Nobitex hack. *Cointelegraph*, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://cointelegraph.com/news/iran-crypto-curfew-nobitex-100m-hack>. Acesso em: 29 set. 2025.

KENNEDY, J. et al. Russia's use of crypto schemes. *RAND Corporation*, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/commentary/2025/08/russias-use-of-crypto-schemes.html>. Acesso em: 30 set. 2025.

KESSEL, A. Trump Media plans to launch 'Crypto Blue Chip ETF' holding Bitcoin, Ether, Solana and more. *Investopedia*, 8 jul. 2025. Disponível em: <https://www.investopedia.com/trump-media-plans-to-launch-crypto-blue-chip-etf-holding-bitcoin-ether-solana-and-more-11768442>. Acesso em: 1 out. 2025.

LA BOÉTIE, É. de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1576].

LANG, H.; MCGEE, S. US SEC approves bitcoin ETFs in watershed for crypto market. *Reuters*, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/bitcoin-etf-hopefuls-still-expect-sec-approval-despite-social-media-hack-2024-01-10/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

LEE MAIMAI. O que é rug pull? Como evitar golpes em criptomoedas. *UnderBlock*, 11 set. 2025. Disponível em: <https://www.underblock.com.br/definicao/rug-pull/>. Acesso em: 29 set. 2025.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução*. São Paulo: Hucitec, 1983.

LICON, A. G. 'Dark MAGA' spreads as conservatives embrace Musk's influence on Trump. *AP News*, 23 fev. 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/trump-musk-cpac-doge-maga-bannon-96ad2a6989c1d210c3ea83ccc11069cd>. Acesso em: 1 out. 2025.

MAGANA, J. L. 'Dark MAGA' spreads as conservatives embrace Musk's influence on Trump. *U.S. News*, 23 fev. 2025. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/politics/articles/2025-02-23/dark-maga-spreads-as-conservatives-embrace-musks-influence-on-trump>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MAKHLIOUF, F.; SELMI, R. Do sanctions work in a crypto world? The impact of the removal of Russian banks from SWIFT on remittances. *Preprint*, Pau Business School / École Supérieure de Commerce de Pau, 2022.

MALLINDER, Lorraine. The Elon Musk effect: How Donald Trump gained from billionaire's support. *Al Jazeera*, 7 nov. 2024.

MANI, K. Politicizing federal troops in US mirrors use of military in autocracies. *Yahoo News*, 23 set. 2025. Disponível em: <https://www.yahoo.com/news/articles/politicizing-federal-troops-us-mirrors-124730888.html>. Acesso em: 30 set. 2025.

MARQUES, E. E. As big techs, os desafios dos estados nacionais e a necessária soberania digital. *Atricon*, 25 set. 2024. Disponível em: <https://atrimon.org.br/as-big-techs-os-desafios-dos-estados-nacionais-e-a-necessaria-soberania-digital/>. Acesso em: 1 out. 2025.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÁXIMO, W. Congelamento de reservas externas ameaça economia russa. *Agência Brasil*, Brasília, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-03/congelamento-de-reservas-externas-ameaca-economia-russa>. Acesso em: 30 set. 2025.

MCMANUS, A.; MULHOLLAND, R.; MILLER, A.; HERMAN, D.; BENSON, R.; FEDERICO, C. 100 days of the Trump administration's foreign policy: global chaos, American weakness, and human suffering. *American Progress*, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://www.americanprogress.org/article/100-days-of-the-trump-administrations-foreign-policy-global-chaos-american-weakness-and-human-suffering/>. Acesso em: 30 set. 2025.

MEZZADRA, S.; CUPPINI, N.; FRAPPORTI, M.; PIRONE, M. (ed.). *Capitalism in the platform age: emerging assemblages of labour and welfare in urban spaces*. Cham: Springer, 2024.

MIHĂILESCU, M. How Dark MAGA memes are shaping radical belief systems. *The Loop: ECPR*, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://theloop.ecpr.eu/how-dark-maga-memes-shape-radical-belief-systems/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MONEY TIMES. Criptomoeda de Trump vale quase US\$ 10 bilhões, mas token de Melania tem lançamento fracassado. São Paulo, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/criptomoeda-de-trump-vale-quase-us-10-bilhoes-mas-token-de-melania-tem-lancamento-fracassado/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MONSEES, L. *Crypto-politics: encryption and democratic practices in the digital era*. New York: Routledge, 2020.

MONTGOMERY, B. Trump's crypto policies: deregulation and corporate dominance. *The Guardian*, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2025/mar/10/crypto-trump-techscape>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MONTGOMERY, B. Trump's second term: how his alliance with Elon Musk is shaping the digital economy. *The Guardian*, 12 nov. 2024. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/us-news/2024/nov/12/trump-elon-musk-vivek-ramaswamy>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MORAIS, F. L.; FALCÃO, R. M. A. A regulação de criptomoedas como instrumento de prevenção à lavagem de dinheiro. *Revista da CGU*, Brasília, v. 11, n. 22, p. 348-363, jan./mar. 2019. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/download/607/337/3257. Acesso em: 1 out. 2025.

MOROZOV, E. Critique of techno-feudal reason. *New Left Review*, v. 133/134, p. 55-73, 2022. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii133/articles/evgeny-morozov-critique-of-techno-feudal-reason>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MOURIER, P. From the “Island of Garbage” to Dark Maga: the resurgence of a masculinist alt-right in the 2024 election? *Journal of Transnational American Studies*, v. 16, n. 1, 3 ago. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/394261428_From_the_Island_Of_Garbage_to_Dark_Maga_The_Resurgence_of_a_Masculinist_Alt-Right_in_the_2024_Election. Acesso em: 30 set. 2025.

NAKAMOTO, S. Bitcoin: a peer-to-peer electronic cash system. 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

NARAYANAN, A.; BONNEAU, J.; FELTEN, E.; MILLER, A.; GOLDFEDER, S. *Bitcoin and cryptocurrency technologies: a comprehensive introduction*. Princeton: Princeton University Press, 2016. Disponível em: https://d28rh4a8wq0iu5.cloudfront.net/bitcointech/readings/princeton_bitcoin_book.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.

NIK. Elon Musk counsels Donald Trump on crypto policy to reach new voters: Bloomberg. *Bitcoin Magazine*, 30 maio 2024. Disponível em: <https://bitcoinmagazine.com/markets/elon-musk-counsels-donald-trump-on-crypto-policy>. Acesso em: 17 mar. 2025.

NIETZSCHE, F. *Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

OLADIPUPO, A. Sanctions evasion 2.0: unpacking the role of cryptocurrency in North Korea and Iran's external trade relations. *Lead City Journal of the Social Sciences*, [local da publicação]: [editora], v. 10, n. 1, p. 1-25, maio 2025. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/392312032_Sanctions_Evasion_20_Unpacking_the_Role_of_Cryptocurrency_in_North_Korea_and_Iran%27s_External_Trade_Relations. Acesso em: 29 set. 2025.

PARK, J. Cyber-hacking as a means of “self-reliance”: North Korea’s ransomware-based cyber-hacking for economic gains in the absence of regulations on cryptocurrencies in global finance. Washington, DC: National Committee on North Korea; Wilson Center, 2022. Disponível em:

https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/media/uploads/documents/2021-2022_NCNK-WilsonCenter_PolicyPaper-JPark.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

PASCUAL, M. G. "Necesitamos reclamar nuestra soberanía digital": una carta de intelectuales denuncia presiones de las tecnológicas a Brasil. *El País*, 17 set. 2024. Disponível em: <https://elpais.com/tecnologia/2024-09-17/necesitamos-reclamar-nuestra-soberania-digital-una-carta-de-intelectuales-denuncia-presiones-de-las-tecnologicas-a-brasil.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PASCUAL, M. G. Algorithms do widen the divide: Social media feeds shape political polarization. *El País English*, 27 nov. 2025.

PAUL, Kari. Facebook under fire as human rights groups claim “censorship” of pro-Palestine posts. *The Guardian*, 26 maio 2021.

PAUL, Kari. Rights groups urge Meta shareholders to end pro-Palestinian content “censorship”. *The Guardian*, 29 maio 2024.

PÉCHY, A. Bukele quebra promessa com FMI e avança na aposta em bitcoins. *Veja*, 4 maio 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/bukele-quebra-promessa-com-fmi-e-avanca-na-aposta-em-bitcoins/>. Acesso em: 1 out. 2025.

PEIRANO, M. La nueva criptoconomía de la ultraderecha. *El País*, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2025-02-24/la-nueva-criptoeconomia-de-la-ultraderecha.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PICCARDI, Tiziano et al. Reranking partisan animosity in algorithmic social media feeds alters affective polarization. *Science*, 2025.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRASHAD, V. A agitação da ordem global. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, jan. 2024. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/01/20240118_D71_PT_Web.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

PROKOPENKO, A. Can the digital ruble shield Russia from western sanctions? *Russia Eurasia Center, Carnegie Endowment for International Peace*, 17 out. 2024.

REDAÇÃO G1 — São Paulo. Tarifação de Trump: taxas de 50% contra o Brasil entram em vigor nesta quarta-feira. *G1*, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/08/06/tarifacao-de-trump-taxas-de-50percent-contra-o-brasil-entram-em-vigor-nesta-quarta-feira.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

REID, Tim; LANGE, Jason. Musk spent over a quarter of a billion dollars to help elect Trump. *Reuters*, 6 dez. 2024.

REIJERS, W.; COECKELBERGH, M. The blockchain as a narrative technology: investigating the social ontology and normative configurations of cryptocurrencies. [S.l.: s.n.], 2019.

REUTERS. Iran bans cryptocurrency mining for 4 months amid power cuts. 26 maio 2021b. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/iran-bans-cryptocurrency-mining-4-months-amid-power-cuts-2021-05-26/>. Acesso em: 29 set. 2025.

REUTERS. Iran uses crypto mining to lessen impact of sanctions, study finds. 21 maio 2021a. Disponível em: <https://www.reuters.com/technology/iran-uses-crypto-mining-lessen-impact-sanctions-study-finds-2021-05-21/>. Acesso em: 29 set. 2025.

REUTERS. Russia is using bitcoin in foreign trade, Finance Minister says. 25 dez. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/currencies/russia-is-using-bitcoin-foreign-trade-finance-minister-says-2024-12-25/>. Acesso em: 30 set. 2025.

RIKAP, C. *Capitalism, power and innovation: intellectual monopoly capitalism uncovered*. Londres: Routledge, 2022.

ROSA, P. O. *Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

ROSA, P. O.; ANGELO, V. A.; ALMEIDA, V. A.; VIEIRA, B. B. *Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

SABARIEGO, J. (org.). *Algoritmos*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2020. 597 p.

SABARIEGO, J.; SIERRA CABALLERO, F. *Tecnopolítica, cultura cívica y democracia*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2022.

SADEGHI, S. *Reconstructing money: toward a philosophy of cryptocurrencies*. 2022. Thesis (Master of Arts) – Global Center for Advanced Studies, January 2022.

SANDOR, K. A World Liberty Financial, apoiada por Trump, confirma planos de stablecoin em dólar com BitGo. *CoinDesk*, 25 mar. 2025. Disponível em: <https://www.coindesk.com/pt-br/business/2025/03/25/trump-backed-world-liberty-financial-confirms-dollar-stablecoin-plans-with-bitgo>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SCHROEDER, Ralph. *Does Google shape what we know?* Prometheus, 2014.

SEISDEDOS, I.; TASCA, E. Criptos, películas y coches eléctricos: las sospechas de conflictos de interés acosan a Trump y Musk. *El País*, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://elpais.com/economia/2025-03-14/cryptos-peliculas-y-coches-electricos-las-sospechas-de-conflictos-de-interes-acosan-a-trump-y-musk.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SHAH, N. How Trump is using the Alien Enemies Act to deport millions. *American Civil Liberties Union (ACLU)*, 26 mar. 2025. Disponível em: [https://www.aclu.org/news/immigrants Rights/anti-immigrant-extremists-want-to-use-this-226-year-old-law-to-implement-a-mass-deportation-program](https://www.aclu.org/news/immigrants-rights/anti-immigrant-extremists-want-to-use-this-226-year-old-law-to-implement-a-mass-deportation-program). Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, P. V. S. *O surgimento das moedas digitais e a experiência de El Salvador com o Bitcoin*. 2024. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/280067/001212689.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

SILVERMAN, J.; MCKENZIE, B. A promessa quebrada do bitcoin em El Salvador. *Intercept Brasil*, 15 ago. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/08/15/bitcoin-el-salvador-nayib-bukele/>. Acesso em: 1 out. 2025.

SILVEIRA, S. A. Brasil tem estrutura digital colonizada, alerta sociólogo. *Agência Brasil*, 6 set. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/brasil-tem-estrutura-digital-colonizada-alerta-sociologo>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SIQUEIRA, M. G. *Criptomoedas, sistema financeiro e a nova ordem financeira internacional*. 2022. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5085/1/CRIPTOMOEDAS%2C%20SISTEMA%20FINANCEIRO%20E%20A%20NOVA%20ORDEM%20FINANCEIRA%20INTERNACIONAL%20%28MATHEUS%20GOMES%29.pdf>. Acesso em: 29 set. 2025.

SPEKTOR, M. The limits of Trump's hardball diplomacy. *Foreign Affairs*, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/united-states/limits-trumps-hardball-diplomacy>. Acesso em: 29 set. 2025.

SQUIRRELL, T. Dark MAGA: the latest cycle in the far-right aesthetics laundromat. *Institute for Strategic Dialogue*, Londres, 19 maio 2022. Disponível em: https://www.isdglobal.org/digital_dispatches/dark-maga-the-latest-cycle-in-the-far-right-aesthetics-laundromat. Acesso em: 29 set. 2025.

SRNICEK, N. *Capitalismo de plataformas*. Tradução de Aldo Giacometti. 1. ed. 1. reimp. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

STALL, H.; GROBER, D. From orange to red: an assessment of the Dark MAGA trend in far-right online spaces. *Global Network on Extremism & Technology*, Londres, 5 abr. 2022. Disponível em: <https://gnet-research.org/2022/04/05/from-orange-to-red-an-assessment-of-the-dark-maga-trend-in-far-right-online-spaces>. Acesso em: 29 set. 2025.

STUCKMAN, K.; BINDER, M. The Bybit heist: what happened & what now? *Wilson Center*, 7 ago. 2025. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/bybit-heist-what-happened-what-now>. Acesso em: 30 set. 2025.

SWI SWISSINFO.CH. El Salvador lucrou US\$ 443 milhões com alta do bitcoin desde 2021. *SWI swissinfo.ch*, 17 jul. 2025. Disponível em: [https://www.swissinfo.ch/por/el-salvador-lucrou-us\\$-443-milh%C3%B5es-com-alta-do-bitcoin-desde-2021/89692728](https://www.swissinfo.ch/por/el-salvador-lucrou-us$-443-milh%C3%B5es-com-alta-do-bitcoin-desde-2021/89692728). Acesso em: 1 out. 2025.

SZOSTEK, D. *Blockchain and the law*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2019.

TATE, Ryan. Amazon Ranks Its Own Products First, FTC Lawsuit Says. *The Markup*, 28 set. 2023.

THE TIMES. Dark Maga rises: how gothic Trump merchandise brings in millions. 2025. Disponível em: <https://www.thetimes.com/us/american-politics/article/dark->

[maga-rises-how-gothic-trump-merchandise-brings-in-millions-9g082j03s](#). Acesso em: 20 mar. 2025.

TIDY, J. Criptomoedas e ByBit: como hackers da Coreia do Norte cometeram maior roubo de criptomoedas da história. *BBC News Português*, 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crlx21zjnn4o>. Acesso em: 30 set. 2025.

TORRE, B. D. Redes sociais e neofascismo de plataforma: crise democrática e indústria cultural digital. *Blog da Boitempo*, 29 abr. 2025. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/blog/2025/04/29/redes-sociais-e-neofascismo-de-plataforma-crise-democratica-e-industria-cultural-digital/>. Acesso em: 1 out. 2025.

TRADINGVIEW. Fundos roubados da Bybit provavelmente serão direcionados para mixers de criptomoedas, afirma Elliptic. 2025. Disponível em: <https://br.tradingview.com/news/cointelegraph:c19758391bc81:0/>. Acesso em: 30 set. 2025.

TRM LABS. Tracing \$TRUMP: the latest memecoin on Solana. 18 jan. 2025. Disponível em: <https://www.trmlabs.com/post/tracing-trump>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TROTSKY, L. *A Revolução Permanente*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ULRICH, F. Tarifas de importação e as estratégias do governo Trump para além do protecionismo. *Exame*, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/instituto-millennium/tarifas-de-importacao-e-as-estrategias-do-governo-trump-para-alem-do-protecionismo/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VAROUFAKIS, Y. *O Minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia*. 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

VAROUFAKIS, Y. *Tecnofeudalismo: o que matou o capitalismo*. Tradução para o português. Londres: The Bodley Head, 2023. 256 p. (Edição brasileira, 2024).

VAROUFAKIS, Y. Os servidores da nuvem produzem capital com seu trabalho gratuito. Entrevista com Yanis Varoufakis. *Instituto Humanitas Unisinos*, São

Leopoldo, 20 jul. 2024b. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/641540-yanis-varoufakis-os-servidores-da-nuvem-produzem-capital-com-seu-trabalho-gratuito>. Acesso em: 1 out. 2025.

VASUDEVAN, R. Criptomoedas são um golpe especulativo que está piorando a instabilidade do capitalismo. *Jacobin Brasil*, 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/10/criptomoedas-sao-um-golpe-especulativo-que-esta-piorando-a-instabilidade-do-capitalismo-global/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VENEGAS, E. Patriota Coin: ¿Qué es la memecoin inspirada en Bolsonaro? *BeInCrypto*, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://es.beincrypto.com/brasil-patriotacoin-memecoin-creada-partidarios-expresidente-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VIANA, N. Trump e os barões do cripto. *Agência Pública*, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/11/trump-e-os-baroes-do-cripto/>. Acesso em: 1 out. 2025.

VIEIRA, R.; TAVARES, V. Ausência de ação efetiva do Estado fortalece plataformas digitais e põe em risco nossa democracia. *Brasil de Fato*, São Paulo, 11 set. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/11/ausencia-de-acao-efetiva-do-estado-fortalece-plataformas-digitais-e-poe-em-risco-nossa-democracia>. Acesso em: 24 mar. 2025.

VIETNAM.VN. Elon Musk e o presidente Donald Trump: existe uma aliança de criptomoedas por trás do grande plano? *Vietnam.vn*, 4 mar. 2025. Disponível em: <https://www.vietnam.vn/pt/elon-musk-va-tt-donald-trump-co-lien-minh-tien-so-dang-sau-ke-hoach-lon>. Acesso em: 1 out. 2025.

VITAGLIANO, L. F. Tecnologias dominadas pelas big techs colocam a democracia em risco em várias frentes. *Revista Relações Exteriores*, 20 dez. 2024. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/big-techs-colocam-democracia-em-risco/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Tradução de Sérgio Lamarão. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEISSERT, W. Trump renews calls to buy Greenland from Denmark. *PBS NewsHour*; *Associated Press*, 23 dez. 2024. Disponível em: <https://www.pbs.org/newshour/politics/trump-renews-calls-to-buy-greenland-from-denmark>. Acesso em: 29 set. 2025.

WHITE HOUSE. TRUMP EFFECT: a running list of new U.S. investment in President Trump's second term. *White House*, ago. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/articles/2025/08/trump-effect-a-running-list-of-new-u-s-investment-in-president-trumps-second-term/>. Acesso em: 29 set. 2025.

WILSON, T.; CONLIN, M. Trump's meme coin made nearly \$100 million in trading fees, as small traders lost money. *Reuters*, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/currencies/trumps-meme-coin-made-nearly-100-million-trading-fees-small-traders-lost-money-2025-02-03/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

WRIGHT, E. O. *Envisioning real utopias*. London: Verso, 2010. 394 p. Disponível em: <https://archive.org/details/envisioningrealu0000wrig>. Acesso em: 2 out. 2025.

YOUTUBE. Elon Musk declara-se "Dark MAGA" em comício de Trump. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fLIJk8v_i4. Acesso em: 20 mar. 2025.

ZARRILLI, T. Como as big techs contribuem para enfraquecer a democracia? *Instituto Aurora*, 28 mai. 2025. Disponível em: <https://institutoaurora.org/como-big-techs-contribuem-para-enfraquecimento-da-democracia/>. Acesso em: 1 out. 2025.

ZELLERS, K. Hacked! North Korea's billion-dollar crypto heisting scheme. *Penn State Journal of Law & International Affairs: Penn State Law*, v. 12, n. 2, p. 261-302, 2024. Disponível em: <https://insight.dickinsonlaw.psu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1369&context=jlja>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZENGERLE, P. Trump to the people of Greenland: “We will make you rich”. *Reuters*, 5 mar. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/trump-people-greenland-we-will-make-you-rich-2025-03-05/>. Acesso em: 29 set. 2025.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

Apêndice 1: Capital Comum Programável e a Recuperação da Função Pública da Blockchain

No interior das contradições do tecnofeudalismo e da criptocracia, emerge a necessidade de reconfigurar a própria natureza do capital digital. Se, como argumentado ao longo desta pesquisa, o chamado “capital da nuvem” (VAROUFAKIS, 2024) constitui hoje o principal meio de dominação, concentrado em plataformas, protocolos e infraestruturas controladas por elites tecnocráticas, torna-se fundamental pensar formas de sua reapropriação coletiva. É nesse contexto que se propõe o conceito de capital comum programável.

O capital comum programável pode ser entendido como uma forma emergente de capital digital que, ao invés de operar sob lógica de propriedade privada e extração de renda, é estruturado como um bem comum governado por protocolos abertos, transparentes e democraticamente orientados. Diferentemente do capital tradicional, baseado na escassez, acumulação e exclusão, e do capital-nuvem, baseado no controle de infraestruturas e dados — o capital comum programável fundamenta-se na lógica da programabilidade descentralizada, onde regras de distribuição, governança e circulação são codificadas em contratos inteligentes e submetidas à deliberação coletiva.

Essa forma de capital surge diretamente do paradigma do socialismo de protocolo, já delineado nesta pesquisa como uma alternativa pós-tecnofeudal. Enquanto o tecnofeudalismo transforma usuários em “servos da nuvem”, dependentes de infraestruturas privadas para sua existência digital, o capital comum programável propõe inverter essa relação: os próprios usuários tornam-se co-proprietários e co-governantes da infraestrutura. Nesse sentido, o protocolo deixa de

ser um instrumento de dominação e passa a operar como uma instituição política distribuída.

A programabilidade do capital comum permite, pela primeira vez na história, a incorporação direta de princípios normativos, como redistribuição, equidade e participação na própria arquitetura econômica. Diferente das instituições tradicionais, que dependem de mediação estatal ou jurídica, o capital comum programável executa suas regras de forma automática e verificável, reduzindo assimetrias de poder e ampliando a transparência. Trata-se, portanto, de uma nova ontologia do capital: não mais um ativo estático, mas um processo dinâmico, governado coletivamente e inscrito no código.

Essa proposta dialoga criticamente com os limites identificados nesta pesquisa: se as criptomoedas, em sua forma dominante, foram capturadas pela lógica da criptocracia e do capital especulativo, sua infraestrutura técnica ainda contém potencial emancipatório. O capital comum programável representa, assim, uma reapropriação política do blockchain, deslocando-o de um instrumento de financeirização para uma ferramenta de organização coletiva.

Dessa forma, o capital comum programável não deve ser compreendido apenas como uma inovação econômica, mas como uma proposta de reorganização do poder na era digital. Ele aponta para a possibilidade de uma economia baseada não na extração, mas na cooperação programada; não na soberania privatizada, mas na governança distribuída; não na escassez artificial, mas na abundância coordenada por protocolos. Nesse sentido, constitui um dos pilares fundamentais de uma alternativa pós-tecnofeudal, alinhada às demandas do Sul Global por soberania digital, justiça econômica e democratização da tecnologia.

A formulação do capital comum programável exige, necessariamente, uma ruptura com a forma dominante de governança observada no ecossistema cripto contemporâneo. Embora a tecnologia blockchain tenha sido concebida sob o signo da descentralização, sua trajetória histórica revela um processo de captura por interesses privados, resultando na consolidação de estruturas oligárquicas de

decisão, frequentemente mediadas por concentração de tokens, poder computacional ou influência institucional.

Nesse sentido, o capital comum programável propõe não apenas uma reconfiguração econômica, mas uma redefinição política da própria infraestrutura digital. Seu princípio fundamental reside na ideia de que as regras de funcionamento do capital — incluindo sua emissão, distribuição, circulação e finalidade — devem ser decididas coletivamente pelos participantes da rede, por meio de mecanismos transparentes, auditáveis e inclusivos de governança. Tais mecanismos podem se materializar, por exemplo, em estruturas como DAOs orientadas por princípios de sufrágio universal ou formas de democracia direta, evitando a concentração de poder e ampliando a participação efetiva dos usuários na definição dos rumos do sistema.

Essa dimensão coletiva não se limita a uma participação simbólica ou consultiva, como frequentemente ocorre em modelos de governança tokenizada capturados por grandes detentores. Ao contrário, trata-se de uma arquitetura deliberativa efetiva, na qual o poder de decisão é distribuído de forma equitativa, podendo incorporar mecanismos como votação quadrática, reputação descentralizada, assembleias digitais e outras formas de democracia algorítmica. O objetivo é evitar a reprodução, no plano digital, das assimetrias estruturais do capitalismo financeiro.

Dessa forma, o capital comum programável opera como um dispositivo de repolitização da infraestrutura tecnológica. Ao deslocar o controle dos protocolos de uma elite tecnocrática para uma coletividade organizada, ele recupera uma dimensão essencial que foi progressivamente esvaziada no desenvolvimento recente das tecnologias digitais: sua função pública.

A noção de função pública da blockchain refere-se à compreensão de que essa tecnologia, enquanto infraestrutura de coordenação social, não deve ser tratada apenas como um instrumento privado de acumulação ou especulação, mas como um bem comum digital, capaz de sustentar formas coletivas de organização econômica, social e política. Tal perspectiva aproxima-se de debates clássicos sobre

bens públicos e comuns, mas os reconfigura à luz da programabilidade e da automação algorítmica.

Recuperar a função pública da blockchain implica reconhecer que os protocolos não são neutros: eles codificam relações de poder. Assim, a disputa sobre quem escreve, controla e modifica o código torna-se, fundamentalmente, uma disputa política. O capital comum programável intervém diretamente nesse nível, propondo que o código seja não apenas aberto, mas também governado como uma instituição coletiva, sujeita a processos democráticos contínuos.

Nesse arranjo, a blockchain deixa de operar como um “feudo digital automatizado”, nos termos críticos discutidos ao longo desta pesquisa, e passa a funcionar como uma infraestrutura pública distribuída, orientada por princípios de justiça social, transparência e participação. A confiança, anteriormente deslocada para mecanismos puramente técnicos (“trustless systems”), é reconfigurada como confiança social mediada por instituições algorítmicas coletivamente construídas.

Adicionalmente, o caráter programável desse capital permite a incorporação direta de finalidades públicas no próprio protocolo. Isso inclui, por exemplo, mecanismos automáticos de redistribuição de valor, financiamento de bens comuns, incentivo à cooperação e proteção contra dinâmicas predatórias. Nesse contexto, destaca-se também o potencial de integração com sistemas de inteligência artificial voltados à formulação, execução e ajuste dinâmico de políticas públicas, ampliando a capacidade de resposta coletiva e a eficiência na gestão de recursos comuns. Assim, o capital comum programável não apenas redistribui riqueza, mas redefine os próprios critérios de produção, circulação e alocação de valor na economia digital.

Por fim, é importante destacar que essa proposta não representa um retorno a formas centralizadas de planejamento, mas sim a emergência de uma nova forma de coordenação social: uma governança distribuída, programável e orientada ao comum. Trata-se de uma tentativa de reconciliar tecnologia e democracia, superando a dicotomia entre descentralização técnica e centralização política que caracteriza a criptocracia contemporânea.

Nesse sentido, o capital comum programável, enquanto expressão do socialismo de protocolo, aponta para a possibilidade de reconstrução da esfera pública no interior da infraestrutura digital, transformando a blockchain de um instrumento de extração e controle em um meio de emancipação coletiva.

Anexo 1: Reportagem do diário catarinense de 13 de junho de 2013, sobre o Clube Sou Daqui

14

DIÁRIO CATARINENSE, QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2013

Editora: Alessandra Ogeda - (48) 3216-3580
Subeditora: Mônica Pileggi - (48) 3216-3583
economia@diario.com.br

Economia

MUDANÇA SOCIAL Estado é destaque mundial

Catarinense é uma das cinco representantes globais de movimento que reúne empreendedores sociais na internet

JANAINA CAVALLI

A catarinense Carolina de Andrade, 32 anos, é uma das cinco representantes globais do +Social Good (fala-se Plus Social Good), movimento que reúne empreendedores sociais do mundo todo, engajados em projetos de mudança social por meio da internet.

Lançado há duas semanas, o +SocialGood criou uma plataforma online para que lideranças e empreendedores sociais dividam experiências, compartilhem agendas de projetos e estimulem a ação social por meio da internet em seus países. Diferente das organizações não-governamentais, as empresas sociais visam ao lucro e utilizam mecanismos de mercado para, por meio da sua atividade principal, buscar soluções de problemas sociais.

Carolina, que atua como gerente para Inovação Social do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICom), é a representante de todo o continente americano no movimento.

Ela conta que o seu papel é mobilizar as lideranças locais na área, divulgar as ações sociais das regiões que representa, além de participar de encontros físicos e virtuais do grupo. Na última segunda-feira, inclusive, ela se reuniu com empreendedores sociais brasileiros e internacionais em dois *hangouts* pela internet (conversas em vídeo na rede social Google+).

Antecipando o próximo encontro do G8 (grupo dos sete países mais desenvolvidos do mundo, mais a Rússia), os participantes debateram sobre o uso da tecnologia para aumentar a transparência dos governos



Carolina de Andrade, de Florianópolis, é a representante do continente americano no movimento +Social Good

e melhorar a gestão pública, assim como o papel da inovação no desenvolvimento das economias locais. As ideias geradas pelos encontros serão levadas às autoridades do G8.

Convite surgiu após sucesso em evento

O convite para representar o continente americano na recém-lançada plataforma +Social Good surgiu após a repercussão mundial do primeiro evento do Social Good no Brasil, em

novembro do ano passado.

A gerente do ICom encabeçou a coordenação do seminário, que atraiu 1,1 mil pessoas para o Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis, e gerou mais de 10 mil acessos no site. Também ganhou destaque a participação de palestrantes internacionais, entre os quais Aaron Sherinian, vice-presidente de comunicação da Fundação das Nações Unidas.

Carolina diz que atua em projetos de inovação para a transformação social desde o início de sua carreira

profissional.

De 2006 a 2010, ela trabalhou na Artemisia, uma aceleradora brasileira de negócios sociais e, entre 2010 e 2011, cursou mestrado na University of Sussex, na Inglaterra, focando seus estudos em inovação social. Depois, a empreendedora entrou para o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICom), onde lidera a promoção do Social Good no Brasil.

janaina.cavalli@diario.com.br

Bons exemplos:

Nossa Vida com Alice
nossavidacomalice.wordpress.com
O jovem casal de Florianópolis Carol Rivello e Thomas Ventura mantém o blog "Nossa Vida Com Alice", que registra o dia a dia da criação da filha com síndrome de Down.

Clube Sou Daqui
www.soudaqui.org
Eduardo Correia, de Balneário Camboriú, inventou uma maneira de combater os altos preços praticados pelo comércio e setor de serviços na cidade turística onde mora. No site, os usuários cadastrados recebem um cartão de desconto em produtos de empresas também engajadas na iniciativa.

Saútil
www.sautil.com.br
Dedicado ao Sistema Único de Saúde (SUS), o site informa onde encontrar medicamentos e equipamentos médicos, tomar vacinas e fazer consultas na rede pública.

I Care Games
www.icaregames.com.br
Trata-se de uma empresa de jogos educativos para redes sociais instalada no polo digital de Recife, em Pernambuco. Um dos jogos da empresa, o Subindo na Vida, estimula o empreendedorismo em jovens de baixa renda.

Quimioterapia e Beleza
www.facebook.com/quimioterapiaebeleza
Diagnosticada com câncer de mama, a empresária, jornalista e modelo Flávia Torres, de Florianópolis, criou páginas nas redes sociais, além de um blog e um canal no YouTube nos quais dissemina dicas de saúde e estilo para mulheres em tratamento.